



Lisa Matias Gonçalves

As Eleições Europeias em Portugal e a influência dos *Media*

1987 — 2014

Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, orientado pela Doutora Isabel Maria Nobre Vargues, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2015

Faculdade de Letras

As Eleições Europeias em Portugal e a influência dos

Media

1987 – 2014

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	As Eleições Europeias em Portugal e a influência dos <i>Media. 1987 – 2014</i>
Autor	Lisa Matias Gonçalves
Orientadora	Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues
Júri	Presidente: Doutor António Martins da Silva Vogais: 1.Doutora Maria Manuela de Basto Tavares Ribeiro 2.Doutora Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues
Identificação do Curso	2º Ciclo em Estudos Europeus
Área científica	Estudos Europeus
Data da defesa	26/10/2015
Classificação	15 valores

Imagem de capa: retirada do site <http://etuce.homestead.com/WEBNEWS-EN.html>



“Apesar de exercerem o direito de eleger os deputados do Parlamento Europeu, os cidadãos sentem muitas vezes que têm poucas oportunidades para fazer valer a sua opinião sobre as questões europeias e que não é fácil encontrar um local onde possam discutir estas questões em conjunto. Uma verdadeira cultura política pan-europeia, com grupos políticos e fundações à escala europeia, está ainda a emergir.”

Livro Branco Sobre uma Política de Comunicação Europeia, 2006.

Agradecimentos

Esta dissertação é o culminar de um ciclo de intenso trabalho de pesquisa, estudo, levantamento e cruzamento de vários dados e números. A sua realização só foi possível, graças à ajuda e apoio prestados por algumas pessoas, às quais quero deixar os meus agradecimentos.

Quero agradecer à minha orientadora Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues, pela sua imediata disponibilização para orientar a dissertação, pela atenção e dedicação ao longo do seu processo de elaboração, pelos seus esclarecimentos e sugestões apresentadas para a elaboração do trabalho.

Aos meus pais, por me apoiarem sempre, mas principalmente por estarem ao meu lado nesta etapa tão importante da minha vida académica e pessoal, disponibilizando-se sempre para me darem a sua opinião sobre o conteúdo que ia escrevendo.

À minha irmã Nicole, que apesar de se encontrar longe fez com que a distância praticamente não se notasse, estando sempre presente quando precisei da sua ajuda.

Também quero agradecer ao meu namorado, pelo seu apoio incondicional, paciência e compreensão, que me acompanhou em todos os momentos, tanto os bons como os maus.

Por fim, quero agradecer à Cristiana por tudo o que vivemos, quer a nível académico quer a nível pessoal. Esta é a nossa meta que culminamos “em conjunto”. Às várias dúvidas que lhe pus, questões, à competição saudável que tivemos entre nós para terminar as dissertações. Quero-lhe agradecer do fundo do meu coração.

Obrigada a todas as pessoas, especialmente às que acabei de enumerar, que de certa forma fizeram parte da minha vida, me apoiaram e fizeram crescer a vários níveis neste último ano.

Índice

Índice de figuras.....	7
Índice de gráficos.....	8
Índice de tabelas.....	10
Lista de abreviaturas.....	11
Resumo.....	12
Abstract.....	13
Introdução.....	15
Capítulo 1: Origem das eleições europeias para o PE.....	19
1.1 - Luta pelo sufrágio universal direto.....	19
1.2 - Resultados eleitorais.....	26
1.2.1- Análise a nível geral e possíveis razões para os resultados obtidos.....	26
1.2.2 - O Parlamento Europeu – características.....	30
1.3 - A entrada conjunta de Portugal e Espanha na CEE.....	35
1.3.1 - A evolução portuguesa nas eleições europeias.....	44
1.3.2 - A evolução portuguesa dentro do PE.....	51
Capítulo 2: A imprensa em 1987.....	57
2.1 - Análise do <i>Diário de Notícias</i> no mês de junho e julho.....	57
Capítulo 3: Influência exercida pelos <i>media</i> a nível das eleições europeias em Portugal.....	62
3.1 - <i>Livro Branco sobre uma Política de Comunicação</i>	62
3.2 – A evolução da relação dos portugueses, com a informação que têm sobre a UE.....	72

3.2.1 – <i>Eurobarómetro</i> 60.1 – Relatório nacional (outono 2003).....	79
3.2.2 - <i>Eurobarómetro</i> 60 – Relatório nacional (primavera 2004).....	77
3.2.3 - <i>Eurobarómetro</i> 62 – Relatório nacional (outono 2004).....	80
3.2.4 - <i>Eurobarómetro</i> 63.4 – Relatório nacional (primavera 2005)...	82
3.2.5 - <i>Eurobarómetro</i> 65 – Relatório nacional (primavera 2006).....	84
3.2.6 - <i>Eurobarómetro</i> 68 – Relatório nacional (outono 2007).....	86
3.2.7 - <i>Eurobarómetro</i> 70 – Relatório nacional (outono 2008).....	88
3.2.8 - <i>Eurobarómetro Standard</i> 76 – Relatório nacional (outono 2011).....	89
3.2.9 - <i>Eurobarómetro Standard</i> 78 – Relatório nacional (outono 2012).....	91
3.2.10 - <i>Eurobarómetro Standard</i> 20 – Relatório nacional (outono 2013).....	92
3.3 - Conclusões a retirar sobre a análise dos relatórios.....	93
Capítulo 4: Os <i>media</i> nos dias de hoje e a influência que exercem.....	96
4.1 - <i>Euronews</i>	96
4.2 - <i>Euranet Plus</i>	98
4.3 - Em Portugal, o que transmitem os <i>media</i> sobre a europa e o PE?.....	99
Conclusão.....	102
Bibliografia.....	105
Anexos.....	117
Índice de Anexos.....	118

Índice de figuras

Fig. 1: Assinatura de Mário Soares no tratado Tratado de Adesão no Mosteiro dos Jerónimos.....	40
Fig. 2: DN, 9 de junho.....	58
Fig. 3: DN, 11 de junho.....	58
Fig. 4: DN, 19 de junho.....	58
Fig. 5: DN, 29 de junho.....	59
Fig. 6: DN, 19 de julho.....	60
Fig.7: logotipo do canal <i>Euronews</i>	96
Fig. 8 : logotipo da rádio <i>Euranet Plus</i>	98
Fig. 9: Países onde a rádio é difundida.....	98

Índice de gráficos

Gráfico 1.2.1: Evolução da participação nas eleições europeias (1979-2009).....	27
Gráfico 1.2.2: Composição política do PE após as eleições de 2014.....	31
Gráfico 1.3.1: Em termos gerais, considera que a adesão do seu país à Comunidade Europeia (Mercado Comum) é...? [Período: setembro 1973 – novembro 1985].....	37
Gráfico 1.3.2: Em termos gerais, considera que a adesão do seu país à Comunidade Europeia (Mercado Comum) é...? [Período: Março 1986 – Novembro 1996].....	42
Gráfico 1.3.3: Evolução dos níveis de participação eleitoral nas eleições europeias.....	43
Gráfico 1.3.4: Imagem da União Europeia.....	49
Gráfico 1.3.5: Experiência parlamentar e governativa dos eurodeputados portugueses (%) – 1986-2012.....	53
Gráfico 1.3.6: Taxa de rotatividade (% de eurodeputados portugueses 1987-2012).....	54
Gráfico 3.1: Motivação do voto nas próximas eleições europeias – 2009 (% - pergunta de resposta múltipla)	65
Gráfico 3.2.1: Sentimentos dos inquiridos sobre o seu grau de informação sobre a UE, Outubro 2003 (valor médio, escala de 1 a 10).....	74
Gráfico 3.2.2: Fontes de informação sobre a UE, 2003 (%s; pergunta de resposta múltipla).....	76
Gráfico 3.2.3: Sentimento de informação sobre a UE e as suas instituições (média; escala de 1 a 10, em que 1 corresponde a “não sabe nada” e 10 a “sabe muito”).....	77
Gráfico 3.2.4: Intensidade com que os meios de comunicação social nacionais falam da UE.....	79

Gráfico 3.2.5: Probabilidade média de votar nas eleições europeias por grupos (valor médio; escala de 1 a 10; 1 corresponde a “não votaria certamente” e 10 a “votaria certamente”).....	80
Gráfico 3.2.6: Evolução dos sentimentos dos inquiridos sobre o grau de informação sobre a UE, 1999-2004.....	81
Gráfico 3.2.7: Sentimentos dos inquiridos sobre o seu grau de informação sobre a UE (valor médio, escala de 1 a 10).....	83
Gráfico 3.2.8: Fontes de informação sobre a UE.....	84
Gráfico 3.2.9: Média do que os cidadãos sentem saber sobre a UE, as suas políticas e instituições.....	85
Gráfico 3.2.10: Sentimento de informação sobre a UE (% de inquiridos que afirmaram que as pessoas no seu país estão “muito bem informadas” ou “bastante bem informadas”).....	87
Gráfico 3.2.11: Sentimento de informação sobre assuntos europeus (% de inquiridos que responderam “muito bem” ou “bem”).....	89
Gráfico 3.2.12: Sentimento de informação sobre assuntos europeus por grupos sociodemográficos (% de inquiridos que responderam “muito bem” ou “bem”).....	90
Gráfico 3.2.13: Os média privilegiados para procurar informação sobre a UE (% de inquiridos que afirma usar cada tipo de medida).....	91
Gráfico 3.2.14: “Não procuro notícias sobre assuntos políticos europeus” (% que concorda por grupos sociodemográficos em Portugal).....	92
Gráfico 3.2.15: Avaliação da situação atual da economia nacional.	93

Índice de tabelas

Tabela 1.1: Resultado das primeiras eleições para o PE – 1979.....	24
Tabela 1.2: Resultados das eleições para o Parlamento Europeu em Portugal.....	45
Tabela 1.3: Comparação das abstenções a nível geral europeu e de Portugal.....	46
Tabela 1.4: Distribuição dos eurodeputados portugueses dentro do PE (2009 e 2014).....	52

Lista de abreviaturas

CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEEA	Comunidade Europeia de Energia Atómica
CEE	Comunidade Económica Europeia
CE	Comissão Europeia
PE	Parlamento Europeu
EM	Estados-Membros
ED	Eurodeputado
EB	Eurobarómetro

Palavras-chave: Parlamento Europeu; eleições; sufrágio universal direto; abstenção; Portugal; *media*; comunicação.

Resumo

Hoje em dia o PE é uma assembleia eleita pelos cidadãos europeus, sendo uma instituição relativamente jovem. Na sua génese, esteve a antiga Assembleia Comum da CECA que se reuniu pela primeira vez a 10 de setembro de 1952, sendo os seus membros designados pelos respetivos Estados-Membros.

Nas negociações para o Tratado de Roma (1957) que instituiu a CEE e a CEEA, considerou-se que não faria sentido a criação de mais duas assembleias parlamentares, pelo que uma convenção assinada na ocasião conduziu à instauração de uma assembleia parlamentar comum às três comunidades existentes – CECA, CEE e CEEA. Inicialmente era uma unidade consultiva sem poder legislativo direto.

Contudo, o órgão que é hoje conhecido como Parlamento Europeu percorreu um longo caminho, ganhando sucessivamente poderes.

É pertinente compreender como se deu a entrada de Portugal para a União Europeia e o seu percurso desde a sua candidatura, até se tornar membro efetivo. De salientar que Espanha se juntou a Portugal na adesão à comunidade, havendo bastantes semelhanças entre estes dois países ibéricos.

O papel dos media nesta constante demonstra-nos as principais razões da existência do elevado número de abstenção ao longo dos tempos. Verifica-se que inicialmente os portugueses se encontravam mal informados sobre o PE e a UE porque os diferentes meios de comunicação não deram a estes assuntos internacionais a sua devida importância. Este será um aspeto que se irá alternar com o passar dos anos, onde se irá verificar um aumento progressivo dos conhecimentos europeus na população, tal como um desenvolvimento na comunicação social no que diz respeito a programas que ensinam e explicam o funcionamento das instituições europeias. De salientar também a importância que o cidadão europeu tem no desenvolvimento da vida política, económica e social europeia.

O voto para o PE é um direito cívico a que todos os cidadãos europeus têm direito, mostrando assim em quem confiam a nível nacional para representar o seu país. Por sua vez, os deputados nacionais escolhidos - denominados por eurodeputados - terão de mostrar a sua capacidade de se juntarem a deputados de outros países/nacionalidades com quem terão de trabalhar em conjunto para que se construa em conformidade o projeto europeu.

Abstract

Nowadays, the European Parliament is a relatively young European-citizen elected assembly. In its origin was the former ECSC Common Assembly whose members met for the first time on September 10th 1952 and were appointed by their respective national parliaments.

During the negotiations on the Treaty of Rome (1957) - which established the EEC and EAEC - it was considered that it would make no sense to create other two parliamentary assemblies; therefore a convention signed at the time led to the establishment of a joint parliamentary assembly to the three existing communities – ECSC, EEC and EURATOM. It was initially an advisory unit with no direct legislative power.

However, the now known as European Parliament institution came a long way and won powers continuously.

It is important to understand how Portugal joined the European Union, its journey from application to effective membership. It should also be noted that Spain joined Portugal in its adhesion to the community and both Iberian countries had strong similarities among them.

The role of the media in this field shows us the main reasons for the large number of abstention over time. The Portuguese people were initially misinformed about the EP and the EU because the media did not give these international issues its due importance. This is something that will change over the years and we will see a gradual increase in population's knowledge of Europe as well as a media development concerning programmes that educate and explain the European institutions functioning. It should also be noted the European citizen importance in the development of Europe's political, economic and social life.

Each European citizen is entitled to vote in elections to the EP, thus showing who they trust to represent their country nationally. In turn, elected MPs - the Eurodeputies - have to show their ability to join other member countries with which they will have to work in order to build a compliant European project.

Keywords: European Parliament; elections; direct universal suffrage ; abstention ; Portugal ; *mass media*; communication.

Introdução

Com o presente trabalho proponho-me a desenvolver a temática das eleições europeias em Portugal e a influência que os *media* exercem sobre este conteúdo. Num primeiro plano, tenciono analisar a origem das eleições europeias para o PE fazendo uma espécie de contextualização histórica para conseguirmos ter a noção do que foi a luta por um direito que hoje em dia os cidadãos europeus têm, a origem e a luta pelo sufrágio universal direto.

Este primeiro capítulo contém referência a vários aspetos tanto a nível europeu como a nível nacional, havendo inicialmente diversas discordâncias relativamente à realização das eleições europeias.

Antes da existência das eleições por sufrágio universal direto, como eram os EDs eleitos para o Parlamento? Como foi a caminhada progressiva até à realidade das eleições livres? Estas são algumas das questões que irão aqui ser desenvolvidas, entre muitas outras.

Demais questões a focar, são a evolução do sucessivo de resultados nas eleições europeias a nível geral, desde a primeira eleição até à última (2014). É importante referir que as primeiras eleições europeias se realizaram em 1979, e que a partir desse ano acontecem sempre de cinco em cinco anos.

Ao analisar os resultados ao longo dos anos, verifica-se um fenómeno crescendo das abstenções. Qual a razão que justifique este acontecimento? Serão as populações pouco informadas relativamente ao seu papel crucial nas eleições?

O PE é um dos parlamentos maiores, mais complexos e com mais idiomas no mundo, fazendo parte dele vinte e oito países.¹ Atualmente é constituído por 751 eurodeputados que dentro do Parlamento estão distribuídos por afinidade a um dos vários grupos políticos europeus.

Estes deputados são escolhidos através das eleições europeias, para darem voz às necessidades dos cidadãos dos seus países. Mas será que é isso o que realmente acontece? Muitos eurodeputados ao fazerem a sua campanha eleitoral preocupam-se demasiado em falar

¹ Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.

de assuntos nacionais e não propriamente em assuntos europeus. Como foi vista a adesão à UE pelos portugueses? Qual a afluência às urnas nas eleições europeias?

Em Portugal, semelhantemente ao conjunto de resultados nos outros EM, a tendência para a abstenção nas eleições europeias tem igualmente a tendência de subir. Uma das várias explicações encontradas para este fenómeno, é o facto de as populações considerarem estas eleições de segunda ordem, entre várias outras.

Depois de analisar a evolução portuguesa nas eleições europeias, é pertinente observar a sua evolução dentro do PE, o número de lugares a que Portugal tem direito, a distribuição dos EDs e as suas funções a exercer.

Ao longo do tempo, várias foram as mutações sofridas, entre elas a diminuição do número de EDs devido à sucessiva entrada de novos EM, posteriormente a Portugal. Inicialmente, Portugal entrou com vinte e quatro eurodeputados, atingindo o máximo nos anos 1994 e 1999 com vinte e cinco deputados. Nos dias de hoje, são apenas vinte e um os que representam o país.

É importante referir que o PE está dividido por partidos políticos europeus e não por nacionalidades. Cada ED é livre de escolher o partido pelo qual sente mais afinidade.

Após as últimas eleições (2014), os deputados portugueses encontraram-se distribuídos por quatro grupos políticos, são eles: a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, o Partido Popular Europeu, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica e a Aliança dos Democratas Liberais pela Europa.

Vários são os problemas que Portugal enfrenta dentro do PE, entre eles o facto de os eurodeputados terem pouca experiência governamental/parlamentar e de ser um dos países com maior rotatividade dentro do Parlamento. Ou seja, os deputados na sua maioria estão na instituição parlamentar por um mandato de cinco anos e depois seguem outras vertentes. Para que consigamos ter uma noção deste inconveniente, nas últimas eleições europeias realizadas, mais de metade dos eurodeputados que entraram estão a exercer pela primeira vez esta função.

Contudo, sendo a rotatividade uma grande desvantagem também existe nela a vantagem de impedir a criação de uma elite política centralizada a nível da União Europeia.

O segundo capítulo analisa a imprensa, mais concretamente o *Diário de Notícias* nos meses de junho e julho de 1987. Com este capítulo o objetivo é perceber se os portugueses eram informados sobre a UE e sobre as eleições europeias. Será que eram dadas às eleições europeias a real e devida importância?

Relativamente ao terceiro capítulo, inicialmente darei uma ênfase especial ao *Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia*, isto devido à sua criação, em 2006, ter como finalidade ultrapassar o défice de comunicação que existia.

Posteriormente, realizarei uma espécie de “estudo de caso” onde analiso a influência que os *media* exercem face às eleições europeias, em Portugal.

Mas o que é que significa o *media*? Este termo é uma redução do que em inglês se denomina por *mass media*. A expressão abrange toda a estrutura da difusão de informação que constitui ao mesmo tempo um meio de expressão, na transmissão de uma mensagem.

Serão os *media* generalistas, ou será que tendem a influenciar as pessoas que a consomem?

Para auxiliar nesta análise da influência dos *media* portugueses sobre a UE, recorri a vários *Eurobarómetros* nacionais. Neste caso, como são muitos os que existem, escolhi aqueles que se referiam com maior ênfase aos meios de comunicação e ao conhecimento em geral da população, no que diz respeito a assuntos da União Europeia.

Conhecem-se programas que elucidem as pessoas de forma simples, do que é a UE, as suas funções e os seus objetivos?

Verificamos que antigamente tal não lograva mas, com a evolução dos tempos os meios de comunicação foram progredindo de uma forma, em que nos dias de hoje podemos receber instantaneamente notícias do que está a decorrer, por exemplo, numa reunião de Eurogrupo. Atualmente os *media* estão mais sofisticados e mais bem preparados para informar e dar a conhecer à população as questões internacionais, mais especificamente as europeias. É no quarto capítulo que este assunto se destaca, analisando-se os *media* no presente, dando especial relevo a certos programas televisivos, radiofónicos e a nomes importantes que fizeram e fazem desenvolver esta área da comunicação dentro do nosso país e

que dão a conhecer à população portuguesa as instituições europeias, entre elas o PE e várias outras questões da UE.

Como a televisão é o meio de comunicação social mais utilizado em Portugal, é de extrema importância criar programas de esclarecimento, dar a conhecer melhor os ED's e desenvolver debates públicos, sobre as questões europeias.

Assim sendo, concluímos que o aprofundar desta temática é importante para os Estudos Europeus, sendo um assunto transdisciplinar que cruza vários saberes e matérias apreendidas ao longo dos anos, como a ciência política e as ciências sociais. Também nos ajuda a compreender não só o processo e o fundamento da abstenção nas eleições europeias, mas também como a UE enfrenta este problema, através da implementação de várias estratégias que façam difundir a informação europeia a todos. Facilitam-nos a compreensão de como os *media* exercem uma parte importante nesta estratégia e o quanto podem influenciar as populações na hora de votar. Este é um tema importante que afeta toda a UE e é pertinente que se reflita sobre ele.

Capítulo 1

Origem das eleições europeias para o PE

1.1. Luta pelo sufrágio universal direto²

Hoje em dia, o PE é uma instituição muito diferente do seu antecessor - CECA - que surgiu pela primeira vez na cena internacional em 1951, fundada pelo Tratado de Paris.³

Neste Tratado foi discutida a forma de como deveriam de ser escolhidos os deputados, surgindo duas opções possíveis:

1º) Cada EM designava uma vez por ano os seus delegados

2º) Eleição por sufrágio universal direto

Após a apresentação destas duas alternativas, nenhum dos membros escolheu a opção de eleição por sufrágio universal, isto devido à época que se vivia, sendo ela do pós Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Havia ainda uma forte ameaça comunista em países como a França e a Itália, justificando assim que a escolha não recaísse no direito ao voto, tendo-se receio de se dar novamente a ascensão dos partidos comunistas (objetivo era evitar a sua presença na Assembleia Comum).

Para que se consiga compreender a evolução que o PE teve ao longo da história, é de extrema importância falar de certos marcos biográficos da UE que a fizeram evoluir, depreendendo assim a árdua luta de transação de uma legitimidade indireta, como aqui foi referido, para eleições diretas que ainda hoje se exercem para a escolha dos EDs para o PE.

² Hoje em dia, o direito de voto é atribuído a todos os indivíduos a partir dos 18 anos de idade.

³ Entrou em vigor em 1952, criando o tratado da CECA. Definiu as primeiras instituições do projeto europeu entre elas a Assembleia Comum que tinha o poder de controlo, sendo composta por 78 deputados indicados pelos seis países fundadores: 18 pela República Federal da Alemanha, França e Itália; 10 pela Bélgica e Holanda; 4 pelo Luxemburgo.

Na sua génese, a Assembleia Comum não tinha qualquer poder legislativo. O seu objectivo, era aproximar os legislativos nacionais das decisões políticas tomadas relativamente ao âmbito regional e efetuar um controlo político sobre as estruturas executivas comunitárias, escrutinando as atividades da Comissão Europeia.

Em 1955, expandiu-se a ideia de uma Europa unida, a do Mercado Comum⁴ e de um processo de construção europeia, através da conferência de Messina⁵. Foi a partir desta conferência que surgiu o Relatório Spaak⁶ (comité que apresenta propostas), aprovado em 1956 numa cimeira ministerial em Veneza. Contudo, o assunto do sufrágio universal direto foi deixado de parte.

Com a instituição do Tratado de Roma em 1957, deu-se por terminada a CECA, tendo sido a sua última reunião a 28 de fevereiro de 1958 em Estrasburgo. Com a implementação deste novo Tratado, a atividade parlamentar passou a abranger a investigação da energia nuclear (Euratom⁷), os domínios da economia - CEE - e a formação de um mercado comum. Durante este período, de 1958 a 1979, a Assembleia Comum ficou conhecida como o *Parlamento dos Seis*.

“The Treaty of Rome provides the foundations for European political union founded on democratic principles common to the Member States. Specifically, the Treaty makes provision for the creation of an institution universally recognized as the basis for the legitimacy of modern political systems in general, and western democracies in particular: a representative assembly, a European Parliament (EP)

⁴ “Etimologicamente, mercado comum significa fronteira comum. Era a designação corrente da Comunidade Económica Europeia. É uma expressão que se confunde, frequentemente, com as de mercado único e mercado interno. O mercado comum, tal como surgiu inicialmente, no contexto europeu, foi na prática uma união aduaneira associada a algumas políticas comuns, como a política comercial comum em relação a países terceiros e a Política Agrícola Comum. A intenção expressa no Tratado de Roma de abolir, entre os Estados-Membros, os obstáculos à liberdade de circulação de serviços, pessoas e capitais só vem a concretizar-se com a realização do mercado interno, que elimina definitivamente as fronteiras económicas internas em 1 de Janeiro de 1993, ou mais completamente com a entrada em circulação do euro (apenas para os Estados-Membros da Zona Euro) em 1 de Janeiro de 2002.” In, http://www.carloscoelho.eu/saber_mais/ver_dicionario.asp?submenu=35&gloss=640.

⁵ Realizada de 1 a 3 de junho de 1955, em Itália, levaria posteriormente à criação da CEE em 1958.

⁶ “Documento, que serviu de base à Conferência Intergovernamental sobre o Mercado Comum e a Euratom, em 1956, e conduziu à assinatura dos Tratados de Roma, a 25 de março de 1957, que instituíram a Comunidade Económica Europeia em 1958.” In, http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/paul-henri_spaak_pt.pdf.

⁷ Comunidade Europeia de Energia Atómica.

destined to become the pivotal institution of political integration in Europe.”⁸

Neste tratado, a questão da eleição direta⁹ continuou a não ter grande relevo, pois era considerada como não sendo uma prioridade. Dessa forma, os deputados eram designados pelos membros dos parlamentos nacionais. As ideias estavam maioritariamente focadas na questão da integração económica.

Havendo continuamente pessoas que insistiam na questão das eleições diretas, em 1958 foi criada uma assembleia parlamentar, elaborando um grupo de trabalho para as eleições europeias. A sua solução era híbrida para o período de transição: parte do parlamento seria eleita por sufrágio universal direto e outra parte por nomeação dos parlamentos nacionais segundo o princípio do duplo mandato. Contudo verificou-se, como nas várias tentativas, anteriores que foi um completo fracasso.

De salientar, uma nova tentativa feita em 1960, onde foi criado um documento chamado de *Projeto de Convenção* que estava dividido em cinco relatórios. O seu objetivo primordial era de unificar entre todos os Estados, alguns procedimentos eleitorais (simultaneidade da realização dos escrutínios e a duração de mandatos dos deputados, limites aceitáveis para a idade mínima dos eleitores, a proibição da realização de outras eleições no mesmo dia das eleições europeias, as incompatibilidades e os duplos mandatos).

Porém, este projeto foi bloqueado pela França devido à hostilidade do presidente De Gaulle, ficando assim a ideia de umas eleições por sufrágio universal mais uma vez adiada, o assunto ficou em estado de espera e foi pouco discutido ao longo de praticamente dez anos.

Assim sendo, como se pode verificar, o tema das eleições para o PE foi sempre posto para segundo plano, dando-se pouca magnitude ao assunto. Mas, a luta continuou apesar de silenciosa, surgiram sempre novas ideias e novos incentivos.

Em 1962, a Assembleia Comum muda de nome para Parlamento Europeu.

No ano de 1968, deu-se um novo surgimento da questão eleitoral através de um grupo de deputados que apresentou uma proposta de relançar o debate, convidando o Conselho a solucionar o assunto e ameaçando-o com uma ação jurídica contra a inércia deliberativa nesta

⁸ European Communities (2009). *Building Parliament: 50 years of European Parliament History. 1958-2008*. Luxembourg: Office of Official Publications of the European Communities, p.34.

⁹ Candidatos que exercem o mandato político são escolhidos diretamente pelo povo.

matéria, o que estava complementado num artigo (175º) do Tratado da CEE.

Um ano depois, foi levantada a reivindicação do direito do voto em eleições europeias através de algumas ações estudantis (1969), o tema tornou-se de debate político. Relativamente a este assunto, vários foram os pontos de vista:

- Aumento do peso político do PE pela sua eleição direta e o novo equilíbrio resultante
- Repartição de lugares entre Estados
- Sistema eleitoral
- Número de deputados, duração do mandato e a questão do duplo mandato
- Simultaneidade do ato eleitoral nos vários Estados
- Idade mínima para votar
- Admissibilidade de candidatura dos partidos

Através do Tratado de Luxemburgo em 1970, surgiu a extensão do poder orçamental no PE, fortalecendo consequentemente mais os seus poderes em 1975, com um novo tratado assinado em Bruxelas (1972) relativamente ao mesmo conteúdo.

Nos anos 70, surgiram várias críticas à existência do mandato duplo/dual¹⁰ dos deputados, considerando-se necessário uma dedicação a tempo inteiro.

Como os deputados eram designados pelos próprios Estados-Membros sem qualquer critério de escolha populacional, começou-se a pôr em causa a genuinidade democrática do PE, sendo assim uma legitimidade indireta.

“It was decided that Members of the European Parliament would provisionally come from the ranks of national representatives and would be designated by their respective parliaments.”¹¹

A partir deste ponto da legitimidade democrática, verifica-se que extenso foi o caminho percorrido e a luta para que se conseguisse chegar a um direito fundamental do

¹⁰ Excluído em 2002 na revisão do Ato de 20 de Setembro de 1976 (os membros tinham lugar no parlamento nacional e no PE).

¹¹ European Communities (2009). *Building Parliament: 50 years of European Parliament History. 1958-2008*. Luxembourg: Office of Official Publications of the European Communities, p.35.

cidadão europeu, o sufrágio universal direto. Durante mais de um quarto de século, esta não foi a forma adotada para a escolha dos deputados para o PE.

Foi na Cimeira de Paris (1972), simultaneamente com o primeiro alargamento da CEE¹² que o projeto da UE e as eleições diretas foram integradas. Em 1974, surgiu um projeto uniforme para algumas das questões em debate sobre a eleição direta.

Em 1974, Valéry Giscard d'Estaing foi nomeado como presidente da França, sendo um dos grandes defensores das eleições diretas. No final de dezembro do mesmo ano, numa reunião relativamente ao que seria o futuro Conselho Europeu, tomou-se a decisão formal sobre as eleições que deveriam de ter lugar o quanto antes. A data prevista seria em maio e junho de 1978 mas, tal data fracassou devido à quantidade de tempo que foi gasto pelo conselho constitucional francês para chegar a uma decisão, onde colocou algumas condições para que se realizasse a sua aprovação. A nova data seria entre 7 e 10 de junho de 1979.

As primeiras eleições para o PE foram realmente revolucionárias, pondo de parte as rivalidades históricas existentes até então. Passou a haver uma união e um crer nas nações trabalharem juntas, além-fronteiras como um todo, juntando-se à articulação de um sistema político – a UE. O seu objetivo principal, era dar aos povos da comunidade a voz e influência através do voto nos membros que iriam integrar o PE, responsáveis formação e execução das políticas comunitárias. Foram eleitos 410 membros.

“But the holding of direct elections went for beyond governmental action, involving as it did the direct democratic participation of the people of the Community in the process of European integration for the first time, and providing them with the means to influence the policies and decisions of the European Community.”¹³

Dentro do PE, este era formado por vários partidos por onde os 410 membros se distribuíram, tendo como critério o partido com o qual se identificavam mais, tal como hoje em dia ainda é. A distribuição dos lugares e as percentagens de voto estão representados na tabela que se segue.

¹² Dinamarca, Reino Unido e Irlanda. Assembleia composta por 198 deputados e passando a ser chamada como *Prlamento dos Nove*.

¹³ PALMER, Michael (1981). *The European Parliament. What is it. What it does. How it works*. London: Pregamon Press. Ltd, p.1.

Tabela 1.1: Resultado das primeiras eleições para o PE – 1979¹⁴

<u>Partidos</u>	<u>Lugares</u>	<u>Percentagem dos votos</u>
Socialistas (S)	117	28,5%
Partido Popular Europeu (PPE)	108	26,3%
Democratas Europeus (ED)	68	16,6%
Comunista (COM)	44	10,7%
Liberais e Democratas (L)	40	9,8%
Democratas Europeus pelo Progresso (DEP)	22	5,4%
Deputados Independentes	11	2,7%

Contudo, existiam pessoas que preferiam a legitimidade indireta, como no caso do autor Michael Palmer que defendeu numa obra sua (“The European Parliament. What it is. What it does. How it works”) que para os eleitores/votantes, era mais benéfico a maneira de como os deputados eram escolhidos anteriormente, isto porque os deputados se expressavam sobre os problemas económicos e sociais da sua nação indiretamente, sendo eles escolhidos para esse propósito pelos parlamentos nacionais. A visão deste autor distorce o propósito da eleição dos ED’s. Sempre foi objetivo da UE transmitir uma luta conjunta para melhorar os vários EM, ou seja, dentro do PE são discutidas políticas que favoreçam os EM tendo em atenção a UE no seu conjunto.

Antes da existência das eleições diretas, a comunidade tinha menos legitimidade em termos gerais no que concerne a outros organismos internacionais (por exemplo a NATO). Agora, com o envolvimento direto dos cidadãos na comunidade europeia, esta será uma instituição muito mais justa e legítima, dando-lhes o direito político adicional, e o direito de votar nas eleições nacionais e europeias.

“Without direct elections, the Parliament was seen as distant even by those European citizens who knew of its existence, while others were utterly oblivious of it.”¹⁵

¹⁴ Quadro elaborado pelo mestrando.

¹⁵ PALMER, Michael (1981). *The European Parliament. What is it. What it does. How it works*. London: Pergamon Press. Ltd, p.35.

A primeira geração de membros eleitos diretamente para o PE, reconheceu rapidamente os fracos poderes que o Parlamento tinha e pretendiam fortalecê-los. Hoje em dia, graças aos esforços dos antepassados, ao conjunto de reformas de tratados e melhorias das relações entre as instituições, a situação é bastante diferente. Os deputados pertencem a uma instituição influente que tem um papel bastante significativo na definição das políticas da UE, pode controlar a Comissão e atua como um fórum de discussão.

Só após vinte anos de existência de uma Comunidade Europeia é que foi proposta a legitimidade através das eleições diretas. Entretanto, o PE é uma instituição muito diferente do seu antecessor, a Assembleia Comum, que inicialmente foi criada como mero órgão consultivo.

“Em 1979, as primeiras eleições diretas do PE conferiram dinâmica a este processo, atribuindo a esta instituição e aos seus membros um imprimatur democrático. Desde então, o PE cresceu também em tamanho. Esta evolução tornou o PE um dos maiores e mais poderosos parlamentos do mundo.”¹⁶

A partir daqui, o PE foi ganhando a sua legitimidade através das eleições diretas passando a ter um crescendo de poder. O seu objetivo primordial era de combater o défice democrático e o défice parlamentar.¹⁷

Assim sendo, após a breve contextualização¹⁸ do que foi esta longa luta pela legitimidade direta, surge a questão: Como surgiu Portugal neste contexto europeu? Como e quando surgiu a sua entrada para o PE? Como foi a sua evolução na participação ao longo dos tempos dentro do PE? Será que os portugueses tinham e têm a noção da importância que têm, quando estão a votar para as eleições do PE? Estas são questões às quais irão ser respondidas ao longo deste trabalho, seguindo-se no ponto subsequente uma análise geral dos resultados eleitorais ao longo dos anos para o PE.

¹⁶ TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.69.

¹⁷ Ler: NUGENT, Neill (2010). *The government and politics of the European Union*. Basingstoke: Plaggrave Macmillan, 7th edition.

¹⁸ Para aprofundar a questão do sufrágio universal direto e a evolução do PE e a integração europeia, ler: CORBETT, Richard (1997). *The European Parliament*. / Richard Corbett, Francis Jacobs, Michael Shackleton. London: Catermill, 3rd edition. e DESMOND, Diana (1999). *Ever closer union: na introduction to European integration*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2nd edition.

1.2. Resultados eleitorais

1.2.1. Análise a nível geral e possíveis razões para os resultados obtidos.

Até aos dias de hoje, oito foram as eleições europeias realizadas para a escolha dos deputados que ganharam um assento dentro do PE. Estas eleições têm-se realizado desde o seu começo em 1979, de cinco em cinco anos (1979, 1984, 1989, 1994, 1999, 2004, 2009, 2014). Com o início da realização destas eleições europeias, havia a intenção de desencadear a politização dos temas europeus pela população, isto porque a população europeia se encontrava bastante mal informada relativamente à instituição europeia (CEE) e do que era o PE, as suas funções, os seus objetivos e as suas intervenções.

No presente, o PE é como um fórum onde é dada voz aos eleitores através dos EDs e dos partidos a que pertencem, ou pelo menos assim o deveria de ser. A maioria dos trabalhos é realizado em comissões¹⁹ que reveem as propostas da Comissão e negociam com o Conselho. As comissões parlamentares estão no centro do funcionamento do PE.

Numa linha longitudinal, verifica-se que com o passar do tempo, começou a haver um crescendo nas abstenções. Esta evolução negativa é apresentada no gráfico 1.2.1, estando representado praticamente todos os resultados das eleições europeias, faltando a mais recente de 2014. Porém, pode-se acrescentar que no último ano, igual aos anos anteriores, a participação foi decrescendo e tem como tendência continuar assim. Será que esta falta de participação na vida política europeia terá posteriormente as suas consequências? Qual a razão desta contínua evolução negativa na participação eleitoral?

Alguns estudos revelam que as eleições europeias tendem a sofrer de desvantagens naturais, devido à característica supranacional do PE, isto porque a abstenção está profundamente ligada com os seguintes três fatores:

1º) Competência cívica: existe pouco conhecimento sobre a União Europeia, o Parlamento Europeu e as implicações nas eleições europeias. Há uma falta de pertença à UE como sistema político – falta de motivação eleitoral

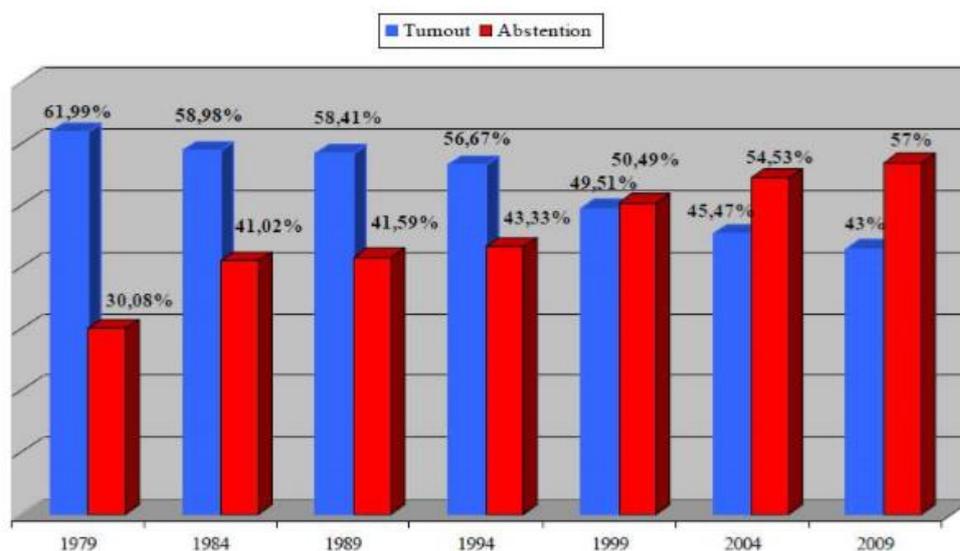
2º) Abstenção depende de aspetos ideológicos (falta de conhecimento do

¹⁹ PE tem 20 comissões (cada uma tem um presidente e três vice-presidentes) ativas e pode formar comissões *ad hoc*.

funcionamento do PE)

3º) A abstenção depende muito do clima económico e político que se esteja a viver no momento

Gráfico 1.2.1: Evolução da participação nas eleições europeias (1979-2009)



Fonte: “Pesquisa documental sobre as eleições europeias de 2009 - *Abstenção e comportamentos eleitorais nas eleições europeias de 2009*”. Direção-Geral da Comunicação, Unidade de Acompanhamento da Opinião Pública. Bruxelas, 13 de novembro de 2012.

Esta queda contínua da participação dos cidadãos europeus nas eleições tem várias explicações que aqui serão desenvolvidas, passando-se de 61,99% em 1979 para 43% em 2009, onde a abstenção foi superior ao número de votantes (57%).

Para alguns especialistas, as primeiras eleições europeias demonstraram os interesses específicos a cada resultado a nível dos países²⁰, isto porque a Dinamarca e o Reino Unido tiveram uma afluência bastante baixa (inferior a 48% e 33%, respetivamente).

Porém, pondo de parte os países onde o voto era obrigatório²¹, a afluência às urnas foi bastante grande: Alemanha (65,73%), Irlanda (63,61%) e França (60,71%). Estes resultados de participação despertaram de imediato um debate. Otimistas argumentaram que o resultado destas primeiras eleições foram semelhantes e/ou até melhores do que os verificados nas principais democracias federais, como no caso dos EUA.

²⁰ Ver anexo 1.

²¹ Atualmente, o voto é obrigatório na Bélgica, Chipre, Grécia e Luxemburgo.

O resultado das primeiras eleições foram consideradas satisfatórias, tendo especialmente em conta a tendência de um decrescendo das votações na maior parte dos Estados europeus, durante várias eleições.

Contudo, este foi um otimismo de curto prazo, verificando-se nas segundas eleições um notável aumento das abstenções, passando de 30,08% em 1979 para, 41,02% em 1984. Tal situação sucedeu-se em todas as eleições seguintes, gerando-se uma grande preocupação, isto porque a abstenção pode estar ligada, entre muitas das opções, à fraca imagem da UE entre os cidadãos.

Vários são os fenómenos que podem demonstrar este drástico aumento da abstenção, mas o fator mais influente e mais recente foi sem dúvida e crescente da crise (2007) que arrasou os países da zona euro, com maior incidência nos países do sul que foram denominados como PIGS²² pela imprensa britânica, devido à sua má performance económica. Uma outra adversidade que justifica esta queda, é o facto de os deputados nacionais aspirantes a deputados europeus, fazerem a sua campanha eleitoral baseada em assuntos políticos nacionais e domésticos, ou seja, nacionalizarem as campanhas. Se os temas de campanha fossem verdadeiramente europeus, se a dimensão política da UE fosse destacada, o número de eleitores seria inevitavelmente maior, desde que a importância da UE seja bem mais aparente.

“Despite the determination of pro-Europeans to begin a debate on this subject, it has to be said that in nearly all Member States, electoral campaigns have always focused on national political issues and candidates. The parties’ strategies have often consisted of exploiting the European elections; in other words, using European electoral platforms for national ends.”²³

Estes fatores fazem com que as eleições europeias tenham menos impacto político, do que as eleições locais e regionais que também são de segunda ordem, sendo considerado as de primeira ordem as de carácter nacional, onde se decide quem vai para o poder. Ao contrário destas eleições, não nos podemos esquecer que as europeias envolvem o eleitorado de todas as nações europeias, ou seja, os 28 países membros.

Este será um assunto aprofundado no desenrolar deste trabalho, quando se falar sobre

²² Portugal, Itália, Grécia e Espanha (Spain em inglês).

²³European Communities (2009). *Building Parliament: 50 years of European Parliament History. 1958-2008*. Luxembourg: Office of Official Publications of the European Communities, p.38.

a influência que os meios de comunicação exercem sobre as pessoas, sendo utilizada pelos deputados, para conseguirem atingir os seus fins.

Devido a estas causas de grande abstenção e menor participação, as eleições europeias são consideradas como sendo de segunda ordem, relativamente às eleições realizadas para os cargos executivos nacionais. Num dos seus artigos, relativamente à questão das abstenções crescentes nas eleições, Bruno Theodoro Luciano refere: “O facto de que os partidos políticos nacionais são os atores responsáveis pela seleção e organização da lista de candidatos, bem como das campanhas eleitorais, reforça o carácter nacional e secundário das eleições, esvaziando as características europeias de pleito.”²⁴

Mas o que quer realmente dizer “eleições de segunda ordem”? Qual o seu significado?

Segundo consta num artigo de análise social do doutorando Filipe Nunes do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, são umas eleições “ (...) em que há menos em jogo, (...) não está em causa a formação de governo nacional e nas quais, portanto, os eleitores podem mais facilmente «votar com o coração» ou dar «cartões amarelos» ao governo. (...) As europeias são eleições de segunda ordem, por oposição às legislativas (...) nas eleições de segunda ordem é expectável que a abstenção seja maior, que os pequenos partidos tenham melhores resultados e que o (s) partido (s) que suporta (m) o governo seja (m) penalizado (s).”²⁵

Ou seja, este tipo de eleições e o seu resultado são influenciados pelos círculos de popularidade durante a legislatura de determinado governo. Digamos que nas eleições europeias, os cidadãos que vão votar usam o seu direito ao voto para mostrar a sua opção política que querem ver aplicadas nas eleições de primeira ordem (as nacionais), mostrando o seu descontentamento aos partidos do governo.

Ao ter este tipo de posição para mostrar o seu desagrado, o cidadão demonstra que as eleições europeias para eles não têm um carácter importante e que no fundo desvalorizam ou não conhecem os trabalhos efetuados nesse Parlamento. Neste caso, o mais coerente seria saber separar os assuntos nacionais dos europeus e cultivar mais as informações relativamente aos conteúdos políticos da União Europeia. Na ocorrência do processo de falta de informação,

²⁴ LUCIANO, Bruno Theodoro (2014). *Eleições europeias de 2014: possibilidades de politização de uma Europa pós-Lisboa e pós-crise do euro*. In: http://www.kas.de/wf/doc/kas_37742-1522-5-30.pdf?140514214318, p.2.

²⁵ NUNES, Filipe (2005). *Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004*. In, *Análise Social*, vol.XL (177), 2005, p.795-813, p.796.

tal aconteceu quando Portugal decidiu entrar na CEE, estando a população no geral completamente desconhecadora dos benefícios que o país iria obter com a adesão. Assim sendo, uma das principais preocupações da UE relativamente a Portugal, seria a difusão das informações para que todos os extratos populacionais soubessem o que é a instituição e os seus benefícios.

A participação eleitoral, também está fortemente ligada à idade e ao interesse político. Ou seja, os votantes quanto mais novos (socialmente menos integrado) e desinteressados forem, menos os eleitores tendem a exercer o direito de voto nas eleições europeias.

“...UE não possui um vasto espaço público, o que é exemplificado pela falta de uma ampla cobertura mediática da UE e pela percepção que os cidadãos têm de que é impossível influenciar o processo de tomada de decisões da UE, dada a sua natureza marcadamente elitista.”²⁶

O facto de as eleições serem vistas como de segunda ordem, faz com que as pessoas se abstenham não por insatisfação, mas sim porque não vêm utilidade alguma no voto.

Em suma, tem de se chamar a atenção dos cidadãos para o importante papel que têm em tempo de eleições europeias. Estes não se podem esquecer que é neste Parlamento onde os assuntos atingem o quotidiano dos cidadãos europeus e onde são discutidos e aprovados em reuniões²⁷.

1.2.2. O Parlamento Europeu – características.

É um dos parlamentos maiores, mais complexos e com mais idiomas no mundo, sendo um Parlamento de trabalho²⁸.

Dentro dele, os assentos são distribuídos de forma a que os Estados de menores dimensões, como no caso de Portugal, têm mais eurodeputados do que o que lhes seria

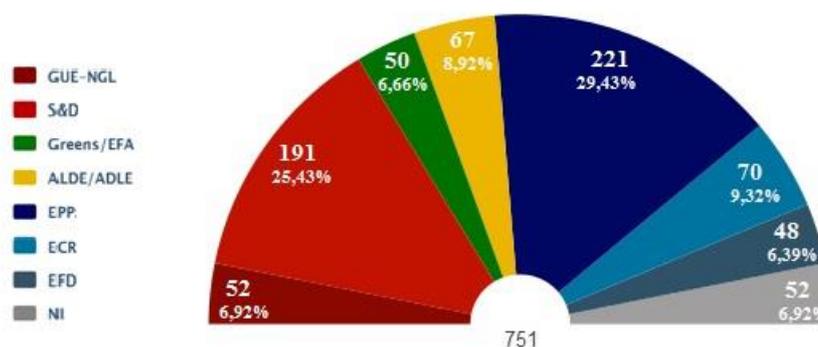
²⁶ TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.196.

²⁷ Como por exemplo temas relativos ao auxílio a regiões europeias afetadas por catástrofes naturais; garantia de direitos de aposentadoria para trabalhadores que mudem de país dentro da UE; regras relativamente à origem dos produtos comercializados na Europa.

²⁸ Para aprofundar as características similares do PE, ler: Publicações do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu (2004). *Um Parlamento diferente dos outros*. Edição: Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e Comissão Nacional de Eleições.

conferido, tendo somente em conta a sua base populacional. Ou seja, os lugares são distribuídos pelos EM, com base na *proporcionalidade degressiva* – os países com mais população são os que têm mais assentos que os Estados mais pequenos mas, os mais pequenos mantêm mais lugares do que se fosse pelo princípio da proporcionalidade direta. Assim sendo, cada país tem um número mínimo de deputados, que foi alterado pelo Tratado de Lisboa para seis, eleitos por representação proporcional. De salientar que dentro dos partidos no PE, as votações são feitas pelas diretrizes partidárias e não nacionais. Os eurodeputados necessitam de entender tanto as políticas dos seus países, como as políticas multinacionais de Bruxelas. Desde 2014, o Parlamento tem 751 deputados distribuídos por vários grupos políticos, como se pode observar no gráfico 1.2.2.

Gráfico 1.2.2: Composição política do PE após as eleições de 2014



Legenda:

- GUE-NGL: Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde;
- S&D: Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas;
- Greens-EFA: Os Verdes/Aliança Livre Europeia;
- ALDE/ADLE: Aliança dos Democratas Liberais pela Europa;
- EPP: Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos);
- ECR: Conservadores e Reformistas Europeus;
- EFD: Europa da Liberdade e da Democracia;
- NI: Não-inscritos – deputados não filiados em qualquer grupo político.

Fonte: <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/20150201PVL00021/Lei%C3%A7%C3%B5es-anteriores>.

Atualmente e com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa²⁹, os eleitores têm uma palavra a dizer no que concerne a quem assume o comando do órgão executivo da UE (a Comissão), isto porque refere a nomeação do presidente da Comissão Europeia, devendo ter em atenção o resultado das eleições europeias. Assim sendo, assim os grupos políticos europeus foram incentivados a apresentar um candidato europeu para presidir à Comissão. Com esta implementação, o objetivo primordial era de aparecerem novas dinâmicas que trouxessem a possibilidade de uma maior politização e participação nas eleições europeias, como, por exemplo, a mudança nas datas da realização das eleições, passando-as de junho para maio, podendo as eleições beneficiar da participação de eleitores que nas votações anteriores estavam ausentes (devido a ser uma época de férias). Este Tratado também trouxe algumas alterações no papel político do PE, aumentando a substantividade dos seus poderes no processo decisório europeu.³⁰

É neste ponto que os *media* assumem uma parte do seu papel fulcral, sendo que os candidatos à presidência da Comissão têm de realizar debates³¹ com um ou mais candidatos, transmitidos para as televisões/rádios de todos os países da UE. Estas campanhas, ao inverso das campanhas para ED, tentam trazer um carácter europeu aos debates político-eleitorais, enfatizando o papel dos eurocéticos nas eleições e o debate político sobre qual dos dois maiores grupos políticos europeus deve vencer.

As três maiores e mais antigas forças políticas europeias, são:

- Democratas-cristãos
- Socialistas
- Liberais

É de evidenciar, que os grupos políticos europeus, são compostos a partir de afinidades ideológicas. Ou seja, no que concerne a nível nacional, os partidos responsabilizam-se pelas candidaturas e a eleição dos eurodeputados. A nível europeu, já são os grupos políticos europeus que controlam as discussões, distribuições de cargos e a agenda

²⁹ Entrou em vigor em 2009.

³⁰ Para aprofundar e verificar quais eram as políticas, anteriores ao Tratado de Lisboa, ler: European Commission (2011). *The European Union after the Treaty of Lisbon: Visions of leading policy-makers, academics and journalists*. Luxembourg: Publications of the European Union.

³¹ No total são seis debates mediados em língua inglesa, alemã e francesa.

das atividades internas do PE. Assim sendo, o eurodeputado escolhe o grupo político com o qual mais se identifica.

Ao longo de 1979 a 2014, o número de deputados no PE evoluiu do seguinte modo:

- 1979: criação da primeira Assembleia eleita por sufrágio universal direto (410 deputados)
- 1984: Parlamento dos Dez que passou a ter 434 deputados, com a adesão da Grécia (1 de janeiro de 1981) à CEE
- 1989: Parlamento dos Doze com 518 deputados, na sequência da adesão de Espanha e de Portugal (1 de janeiro de 1986) à CEE
- 1994: nova ampliação devido à unificação alemã, por ocasião das quartas eleições europeias, que se traduziu na eleição de 567 deputados (junho de 1994)
- 1999: fixação em 626 deputados, com a adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia à União Europeia, a 1 de janeiro de 1995
- 2004: eleição de 732 deputados. Este aumento do número de deputados deve-se ao alargamento a dez países à UE: Chipre, República Checa, Hungria, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslovénia e Eslováquia (1 de maio de 2004)
- 2009: entrada da Croácia a 1 de julho de 2013, distribuição de 766 lugares
- 2014: redução nos assentos parlamentares para 751 lugares

A União Europeia é uma camada de um sistema multinível (necessária coordenação vertical entre Lisboa e Bruxelas) de governação, sendo PE um pilar central na sua arquitetura institucional. Tem um papel importante na atividade legislativa e codecide com o Conselho quase todas as áreas de competência da UE. Como foi averiguado anteriormente, o seu poder evolui fortemente, conforme a alteração aos tratados, aumentando gradualmente o seu poder, sendo o ponto alto o Tratado de Lisboa³², “... passo final no reconhecimento do papel do PE nas áreas legislativa e orçamental e na nomeação da Comissão.”³³

³² Tratado assinado pelos EM da UE a 13 de dezembro de 2007. Emenda o Tratado da União Europeia (TUE, *Maastricht*; 1992) e o Tratado que estabelece a Comunidade Europeia (TCE, *Roma*; 1957). Neste processo, o TCE foi renomeado para Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

³³ TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.76.

Assim sendo, fazendo uma retrospectiva ao assunto principal que aqui se salienta, o caso da abstenção, é necessário criar soluções para que os cidadãos participem na vida eleitoral europeia, mas não apenas para mostrar a sua insatisfação a nível nacional. Devem ser criados canais de ligação entre os cidadãos e as instituições europeias, uma democracia participativa.³⁴

Para que isso aconteça, é necessário cultivar entre a população um capital político europeu³⁵, a sua partilha e a visão de que os interesses europeus estão em primeiro lugar.

“...we must stress the importance of dialogue with Civil Society in a political system that struggles to find mediators between citizens and institutions. (...) history has shown that the emergence of civil society in a political system is a slow and gradual process, taking place over several generations. In the European Union, it was hastened by ‘social integration’ policies introduced in the 1970s and by the opportunities that the European institutions offered to civil society organizations keen to enter into a dialogue with them.”³⁶

Também é de extrema importância o diálogo com a sociedade civil, o facto de que as informações cheguem a todos os estratos sociais, que o PE não seja visto como uma instituição onde predomine a burocracia e que tenha um sistema moroso.

Contudo, apesar da baixa participação nas eleições europeias, os vários atores europeus (cidadãos, organizações da sociedade civil, líderes políticos e nacionais...) estão conscientes da influência do PE.

³⁴ Possibilidade de intervenção direta dos cidadãos nos procedimentos de tomada de decisão e de controlo do exercício do poder.

³⁵ “Conhecimento requerido para lidar eficazmente com as instituições complexas que tomam as decisões na UE. Consiste num conjunto de competências políticas, conhecimento e experiências que os indivíduos podem adquirir a trabalhar em Bruxelas.” In, TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.257.

³⁶ European Communities (2009). *Building Parliament: 50 years of European Parliament History. 1958-2008*. Luxembourg: Office of Official Publications of the European Communities, p.88.

1.3. A entrada conjunta de Portugal e Espanha na CEE

Após a criação da CEE pelos seus seis membros fundadores³⁷, deram-se sucessivos alargamentos daquela que viria a ser a futura União Europeia. Em 1973, como aqui já foi referido, deu-se a entrada do Reino Unido, Dinamarca e Irlanda. A Grécia foi o país que se sucedeu (1981) e, em 1986, deu-se a entrada de Portugal e de Espanha para a Comunidade Europeia.³⁸

Contudo, esta entrada conjunta inicialmente não agradava a todos os EM, principalmente ao último país que tinha sido aceite no até então restrito grupo, a Grécia³⁹. Foram levantadas várias objeções relativamente à fraca competitividade económica de ambos os países que pretendiam aderir à Comunidade. Para que se chegasse a um acordo mútuo, era exigido pelo governo grego a implementação de uma quantidade maior de fundos europeus, sendo que em troca aceitariam a adesão dos dois países. Por fim, a 29 de março de 1985, chegou-se a um acordo e foram realizadas as negociações da adesão.⁴⁰

Chegando ao ponto crucial da adesão de ambos os países ibéricos, para que Portugal conseguisse integrar a comunidade, longa foi a caminhada e profundas as mutações que houve, isto porque naquela época o país atravessava várias dificuldades, incluindo o regime político ditatorial de Salazar que usava as eleições governamentais não para permitir mudanças no governo, mas sim como objetivo de confirmar a sua durabilidade no poder. O sufrágio era limitado e sofria de fraude eleitoral. O até então chefe de governo, estava mais interessado em fazer estender o país para além mar, virando as costas para a Europa. Enquadrava-se na perfeição o discurso “*orgulhosamente sós*”. Salazar tinha a ideia de criar uma unidade portuguesa, que incluísse Portugal e as colónias, num espaço denominado de Espaço Económico Português, virando totalmente as costas à Europa.⁴¹

Ao fazer uma retrospectiva do que foi o caminho da adesão para Portugal⁴², havia inicialmente um claro desinteresse na integração à CEE, mesmo após o 25 de abril de 1974, a indiferença persistia pensando-se que não daria para conjugar a visão atlântica com a

³⁷ Alemanha Ocidental (RFA), Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo.

³⁸ Para saber mais sobre a entrada conjunta, ver: Org. Associação de Jornalistas Europeus (2006). *Portugal e Espanha: vinte anos de integração na Europa*. Madrid: Association of European Journal.

³⁹ Ver anexo 2.

⁴⁰ Ver anexo 3 e 4.

⁴¹ ROLO, Maria Fernandes (1998). *Salazar e a Construção Europeia*. Penélope, nº18, pp. 51-76.

⁴² Ver anexo 5.

européia. Na obra “Portugal e a Europa – distanciamento e reencontro”, o Doutor António Martins da Silva refere: “...no entusiasmo e no braseiro revolucionários, a Europa não esteve totalmente ausente no discurso político. Apesar da expectativa e do interesse manifestados pelas Comunidades Europeias relativamente à nova situação política ocorrida em Portugal e à abertura e solicitude para o estreitamento de relações, os primeiros governos provisórios apenas manifestaram intenções de aproximação ao Mercado Comum.”⁴³ Unicamente as pessoas com uma formação mais elevada, do meio académico e cultural mostravam agrado a uma futura entrada na comunidade. Usavam como aspetos favoráveis o facto histórico, geográfico (pertença de Portugal ao continente europeu) e cultural do país.

A nível da opinião pública, havia uma falta de preocupação por parte dos *media* em explicar o processo de construção comunitária, as suas consequências e uma grande falta de rigor no que concerne às referências aos futuros processos negociais, como se irá verificar e analisar com mais rigor no desenrolar do trabalho.

“...este geral desinteresse pela aproximação à Europa parece-nos sugestiva também a ausência de sondagens ou quaisquer formas de auscultação popular ou mesmo de sectores sócio-profissionais específicos, veiculadas pela comunicação social, que nos pudessem fornecer indicações sobre as atitudes da população portuguesa perante a Europa.”⁴⁴

Assim sendo, o governo da época foi a quem se deveu este total desconhecimento, isto porque não considerou o acontecimento da adesão à CEE como de desígnio nacional mas sim político, não promovendo qualquer tipo de discussões públicas e não fazendo chegar a informação a estratos sociais mais baixos, como por exemplo, aos agricultores. A nível social, um problema que predominava na altura e que é de extrema importância salientar era o facto de haver um elevado nível de analfabetismo no país. Este problema do analfabetismo é uma das justificações para que houvesse um elevado nível de desinteresse relativamente à adesão. O governo não se preocupava em explicar o acontecimento para que todos conseguissem entender o passo que Portugal iria dar a nível internacional na construção de uma comunidade.

⁴³ SILVA, António Martins da (2005). *Portugal e a Europa – Distanciamento e Reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*. Viseu: Palimage Editores, p.409.

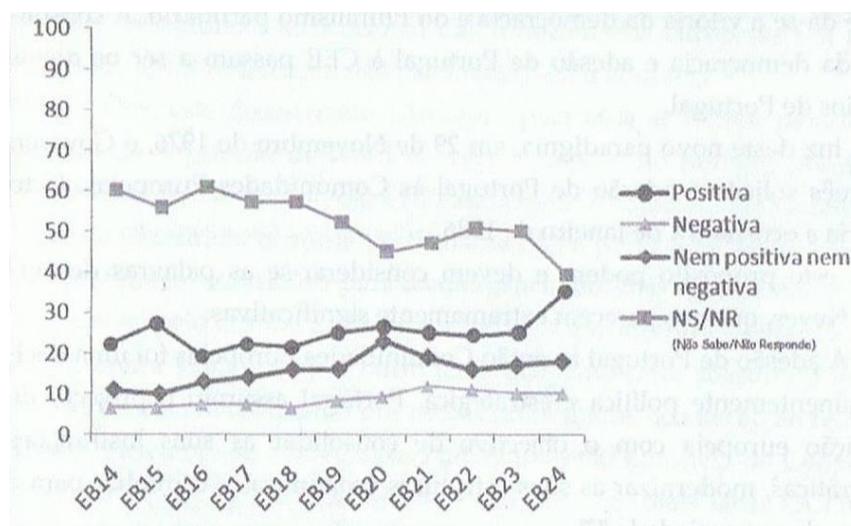
⁴⁴ *Idem, ibidem*, p.412.

Houve algumas tentativas de adesão em 1962 e 1970, mas estas foram sempre negadas devido à natureza do regime (ditatorial). Através da presidência de ministros de Portugal por Marcelo Caetano, passou a haver uma maior abertura para uma ligação verdadeira e institucional à CEE.

Conclui-se que por parte de Portugal e dos portugueses, inicialmente havia uma grande falta de preocupação em se informarem sobre o que se estava a suceder e pouca curiosidade relativamente ao que era a CEE e ao futuro Comunitário.⁴⁵

Este alheamento de grande parte da população, no que diz respeito à adesão portuguesa, pode-se verificar no gráfico 1.3.1 podendo concluir-se que a maioria da população não tinha uma opinião formada e que sabia pouco sobre o projeto de adesão à Comunidade. Contudo, essa opinião teve uma subida gradual ao longo do tempo, havendo uma ascensão ao apoio à adesão do projeto europeu ao longo do tempo.

Gráfico 1.3.1: Em termos gerais, considera que a adesão do seu país à Comunidade Europeia (Mercado Comum) é...? [Período: setembro 1973 – novembro 1985]



Fonte: MARTINS, Ana Isabel; VALENTE, Isabel Maria Freitas (2009). *Vinte Anos De União Europeia: Percepções E Realidades Em Portugal*. Cadernos do CEIS20, N.º. 10 p.19.

Foi a partir dos anos oitenta que a população portuguesa começou a ter mais informação e interesse pelo tema, havendo um crescimento gradual. O sucessivo de valores

⁴⁵ Ler: SILVA, António Martins da (2000). *Portugal entre a Europa e Além-Mar. do Plano Briand na SDN (1929) ao Acordo Comercial com a CEE 1973*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

favoráveis à adesão verifica-se no *EB* realizado na primavera de 1985, contudo, perto de metade da população portuguesa (45%), não sabiam nada acerca da CEE.

Voltando à ordem cronológica da sucessão dos acontecimentos, foi através do terceiro governo provisório⁴⁶, que se assumiu formalmente uma vontade de aprofundar relações de cooperação com a Comunidade.

Neste período de um ano, surgiram também os Acordos de Lomé, onde a UE fez um acordo comercial com os países ACP,⁴⁷ concordando com a coordenação comercial, garantindo o livre acesso ao mercado comunitário de quase todos os produtos do terceiro mundo. O acordo determinou assegurar a estabilidade das receitas de exportação para trinta e seis produtos-base, protegendo-as contra as flutuações de preço do mercado mundial; cooperar industrial e financeiramente e criar instituições destinadas à gestão em comum do conjunto de acordos.

Em Portugal, a aproximação com a CEE ia tendo as suas dificuldades, isto devido aos governos subsequentes ostentarem pouco interesse em aderir à Comunidade, mostrando que beneficiavam mais nas relações que mantinham com os países do terceiro mundo. Porém, a entrada numa Europa de Mercado Comum seria um bom objetivo estratégico para o país, tendo a sua entrada várias vantagens.

Foi com o VI governo provisório, chefiado por Pinheiro de Azevedo posteriormente substituído por Almeida e Costa, onde se notaram evoluções no sentido de aproximação à CEE, havendo a formalização de negociações⁴⁸ com o objetivo de assistência e formas de cooperação.

Com o primeiro governo constitucional, verificou-se o início de uma mudança no nosso país. De salientar que estas foram as primeiras eleições democráticas realizadas por sufrágio direto. Nestas eleições, para presidente da república vence António Ramalho Eanes e como primeiro-ministro, a chefia iria para Mário Soares que tomou a iniciativa de adesão à então Comunidade Europeia.

“ Nesse sentido, considera o governo, por um lado, ser prioritária a entrada

⁴⁶ Primeiro-ministro era Vasco Gonçalves. Cargos assumidos em setembro de 1974.

⁴⁷ Países da África, Caribe e Pacífico.

⁴⁸ No meio do ano de 1976.

no Conselho da Europa, querendo-se «assim significar politicamente a vocação europeia de Portugal», e, por outro, encarar decididamente e «acelerar a integração institucional de Portugal na CEE», cujo processo, complexo e moroso, de negociação diplomática e de preparação e adaptação internas, constitui «o caminho que importa percorrer». Desde logo foram encetadas diligências, definidos critérios, calendarizadas actuações e visitas às capitais europeias tendentes à apresentação do pedido de adesão (...)”⁴⁹

É importante referir que esta caminhada à qual Portugal se propôs, não foi solitária, sendo que o nosso país vizinho, a Espanha, também tinha o objetivo de aderir à CEE. Por conseguinte, pode-se dizer que esta foi uma caminhada conjunta para aderir à comunidade, sendo que tanto um como outro país, tinham um passado bastante semelhante, onde passaram por uma ditadura que tinha deixado ambos os países num elevado estado de repressão e pobreza a nível social (no caso de Espanha, a ditadura do general Franco). O objetivo dos dois países era de mudar os seus horizontes, interesses e perspetivas.

Em paralelo com os desenvolvimentos que se estavam a dar em Portugal, em Espanha também predominava, como já referi, uma ditadura, iniciou-se em 1939 com o triunfo do general Franco na Guerra Civil Espanhola. O pós Guerra Civil demonstrou uma grande fragilidade do país, isto porque nesta guerra, muitas foram as vidas que se perderam em combate. Assim sendo, avizinhavam-se tempos bastante difíceis com um grande índice de pobreza, fome e de forte repressão política. Na Segunda Guerra Mundial, o país declarou-se neutro, surgindo no pós Segunda Guerra um grupo de contra golpistas do franquismo. Com o surgimento da Guerra Fria, Espanha mostrava-se ser um local geograficamente estratégico para os EUA, estabelecendo lá bases militares, - como também verificamos que aconteceu em Portugal, com a base das Lajes nos Açores - foi criada no contexto da Segunda Guerra Mundial, sendo usadas pelos EUA no pós guerra no âmbito de reestabelecer o domínio político e militar. Devido à grande instabilidade que a ditadura criou, especialmente a nível social, foi criado um Plano de Estabilização.

Foi em 1975, com a morte de Franco que se deu a queda do regime ditatorial dando-se uma transição para um regime constitucional – Estado social, democrático e de direito. De

⁴⁹ SILVA, António Martins da (2005). *Portugal e a Europa – Distanciamento e Reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*. Viseu: Palimage Editores, p.413.

destacar que foram as primeiras eleições democráticas desde a Guerra Civil, dataram de 15 de junho de 1977.

Ao pegar nesta última data referida e voltando ao caso português, a 28 de março de 1977, Mário Soares apresenta em Bruxelas o pedido formal de adesão para a Comunidade Económica Europeia, sendo que as negociações se iniciaram a 17 de outubro do ano seguinte.

Aproximando-se à data da assinatura dos atos relativos à integração, o número de pessoas que viam na adesão um aspeto positivo cresceu, sobrepondo-se aos indivíduos que não sabiam dos acontecimentos.

Contudo, nem sempre a caminhada da adesão foi próspera, sendo este um procedimento moroso com os seus altos e baixos. Todo este processo culminou a 12 de junho de 1985, onde os dois países ibéricos (Portugal e Espanha) assinaram em duas cerimónias distintas – a primeira, realizada em Portugal no Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa, depois no Palácio Real de Madrid – os respetivos Tratados de Adesão. Nascia assim a Europa dos Doze.

Fig. 1: Assinatura de Mário Soares no Tratado de Adesão no Mosteiro dos Jerónimos.



No que concerne à comunicação social, esta continuou como no desenrolar do processo negocial, isto é, não mostrou muito interesse em noticiar o assunto.

Apesar de haver várias notícias relativamente a fatores comunitários, não existiu um verdadeiro interesse em demonstrar o que era a Comunidade e da-la a conhecer à população. O governo teve culpa, no que consta em não dar a conhecer o processo de adesão à comunicação social, isto porque se desinteressou no que toca a ações de esclarecimento públicas, considerando-o um assunto meramente político com pouco ou nenhum intuito

nacional. Ou seja, havia pouca preocupação em informar a população sobre o aprofundamento comunitário.

O contrário, decorreu com a nossa vizinha Espanha, que se preocupou em esclarecer a sua população e pô-la a par dos benefícios e consequências que teriam com a sua entrada.

Esta adesão, apesar de promissora sempre teve defensores e opositores que afirmavam que Portugal estaria melhor se seguisse o seu caminho por outras vertentes, como o de se inclinar para o continente africano (com os laços existentes com as ex-colónias) e para o Brasil.

“...a maior parte dos que se pronunciavam favoravelmente sobre a Europa, em particular no espaço político-partidário democrático (do centro direita e esquerda), pensavam sobretudo no alargamento, viam a opção pela integração europeia como a saída possível e desejável para que Portugal encontrasse o seu lugar que lhe cabia no concerto internacional e superasse a «desorientação» em que se encontrava. Muitos, contudo, tinham dúvidas das reais vantagens que dessa inserção poderiam reverter para o país; alguns sugeriam alternativas diversificadas; outros, a extrema direita, os comunistas e os esquerdistas, nas suas variantes, rejeitavam liminar e invariavelmente – mas por motivos diferentes – a viragem de Portugal no sentido da Europa (...)”.⁵⁰

Em suma, Portugal e Espanha culminaram assim o seu caminho, assinando as condições de entrada na União.

As conclusões que se podem tirar relativamente ao elevado desconhecimento relativamente à adesão, é que na época a população na sua grande percentagem era analfabeta. Um outra razão, seria que a população portuguesa vivia na sua maioria em ambientes rurais, onde não havia grande interesse sobre esse tipo de assuntos.

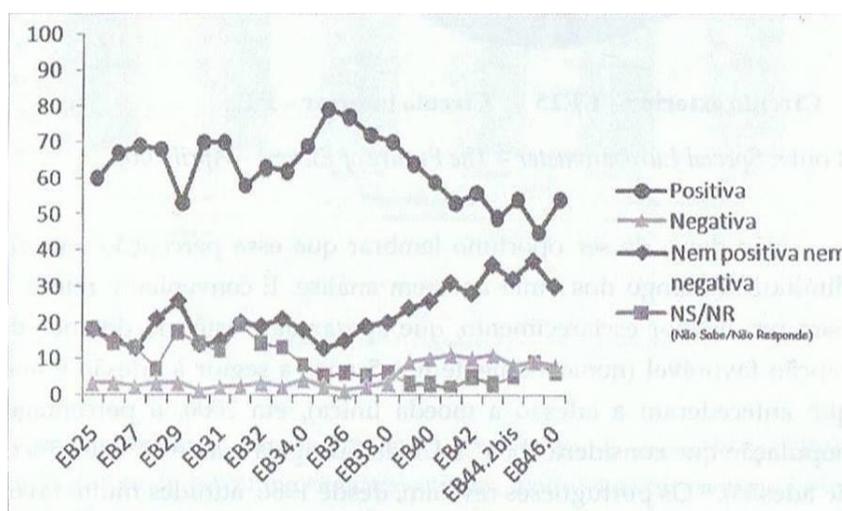
Apesar da falta de interesse pela maioria da população portuguesa, tanto Portugal como a UE tiveram benefícios com a adesão. No que concerne a Portugal, beneficiou de aspetos a nível político, económico e social. Já a Europa, vai usufruir da posição atlântica do nosso país (importante salientar que é um dos países europeus com maior extensão costeira),

⁵⁰ SILVA, António Martins da (2005). *Portugal e a Europa – Distanciamento e Reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*. Viseu: Palimage Editores, p.417.

tendo a intenção de formar assim mais facilmente uma ponte entre a Europa e a África.

Após a entrada na Comunidade Europeia, a população começou a ter uma visão mais positiva do projeto, até 1991, onde começaram a surgir oscilações. Grande parte da população não mostrava grande interesse relativamente às questões europeias. No período, entre 1990 e 1993, verifica-se uma mudança, isto porque se realizou a primeira presidência portuguesa no primeiro semestre de 1992. Neste período, os cidadãos (81%) afirmavam ter recebido várias informações sobre a União Europeia, através dos meios de comunicação social.

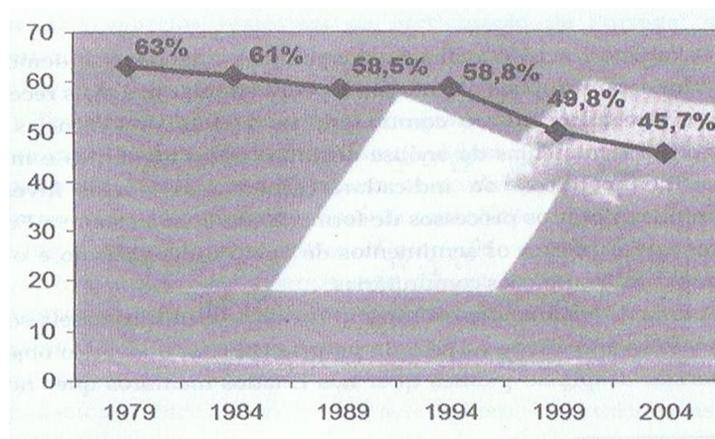
Gráfico 1.3.2: Em termos gerais, considera que a adesão do seu país à Comunidade Europeia (Mercado Comum) é...? [Período: Março 1986 – Novembro 1996]



Fonte: MARTINS, Ana Isabel; VALENTE, Isabel Maria Freitas (2009). *Vinte Anos De União Europeia: Percepções E Realidades Em Portugal*. Cadernos do CEIS20, N.º. 10, p. 20.

Contudo, ao longo dos tempos a atitude que se estava a tornar positiva relativamente à pertença à EU, diminuiu e tem tendência a decrescer continuamente, não só por as eleições europeias serem consideradas de segunda ordem, como com a existência da crise europeia que afeta principalmente os países do sul, demonstra que o interesse por uma Europa unida vai decrescendo.

Gráfico 1.3.3: Evolução dos níveis de participação eleitoral nas eleições europeias



Fonte: MARTINS, Ana Isabel; VALENTE, Isabel Maria Freitas (2009). *Vinte Anos De União Europeia: Percepções E Realidades Em Portugal*. Cadernos do CEIS20, N.º 10, p. 9.

O gráfico 1.3.3, demonstra a evolução nas votações para o PE desde o seu início até 2004 (faltando os dados relativos a 2009 e 2014). Verifica-se que a votação foi diminuindo sucessivamente. Apesar de o gráfico só ilustrar os resultados até 2004, é importante salientar que estes números decresceram cada vez mais, chegando as eleições de 2014 a atingir o recorde de abstenções alcançadas em eleições europeias. Infelizmente, devido aos acontecimentos mais recentes que a União Europeia está a passar, estes resultados tendem a piorar.

Esta é a altura de repensar as táticas de informação para chegar à população europeia e de fazer ver que a sua participação eleitoral é importante para o desenvolvimento do processo político europeu.

Relativamente aos votos e à participação eleitoral europeia, no artigo “Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004”, escrito por Filipe Nunes, este defende que existem três modelos que explicam a razão da abstenção e o sentido do voto, são eles:

- **Modelo sociológico:** o sentido do voto e da participação eleitoral variam consoante o acesso à informação, a pressão social a que os eleitores estão sujeitos e o próprio setor em que desenvolvem a sua actividade profissional. Sendo assim, neste modelo o papel dos *media* e a formação pessoal do

indivíduo são extremamente importantes. Quanto mais os meios de comunicação mantêm a população informada acerca dos assuntos europeus, mais as pessoas passam a conhecer as áreas de trabalho e mais se interessam pelo rumo que a Europa possa tomar, ou seja, neste contexto o ir votar torna-se um dever cívico do bom cidadão europeu

- Modelo sócio-psicológico: valoriza mais as variáveis atitudinais
- Modelo económico: os eleitores dão maior apoio ao governo em períodos de prosperidade económica, penalizando-os em períodos de recessão. Aqui neste contexto, as eleições europeias entram como sendo de segunda ordem, onde a população de uma nação mostra a sua insatisfação ou satisfação em relação ao seu governo, consoante os resultados das eleições. Pode-se dizer que mostram o seu desagrado a nível do governo nacional, através das eleições europeias

Conclui-se assim, que os *media* têm um papel importante, no facto de divulgarem através de programas televisivos as eleições europeias, que por sua vez faz com que a população comente mais entre si. Artigos de jornal e páginas na internet, podem ter por ventura influência menor.

1.3.1. A evolução portuguesa nas eleições europeias

As primeiras eleições europeias foram realizadas em Portugal a 19 de junho de 1987, tendo sido escolhidos os parlamentares que iriam representar o país dentro do PE. As seguintes eleições para o Parlamento, iriam decorrer em 1989,⁵¹ em conformidade com o resto dos países pertencentes à UE.

A partir da afirmação que fiz, é pertinente levantar-se a seguinte questão: se as eleições europeias são realizadas de cinco em cinco anos, como foi possível que as primeiras eleições em Portugal fossem realizadas em 1987, se como se sabe e já foi referido no início, as eleições que se enquadram nessa data, foram realizadas em 1984 e posteriormente em 1989?

A resposta a esta questão é bastante simples, tendo Portugal entrado para a

⁵¹ Ver anexo 8.

Comunidade, era necessária a existência de representação nacional dentro do Parlamento, como todos os países tinham. Assim sendo, os portugueses foram a eleições nesse ano, não fazendo sentido que após a sua entrada em 1985, só houvesse representação portuguesa a nível europeu em 1989.

Para que se consiga analisar a evolução portuguesa nas eleições europeias, será apresentado na tabela 1.2 vários elementos datados, desde a sua entrada até às últimas eleições que decorreram em 2014.

Tabela 1.2: Resultados das eleições para o Parlamento Europeu em Portugal⁵²

	1987	1989	1994	1999	2004	2009	2014
Votantes	72,42%	51,10%	35,54%	39,93%	38,60%	36,78%	34,66%
Abstenção	27,58%	48,90%	64,46%	60,07%	61,40%	63,22%	65,34%
Votos em branco	1,21%	1,59%	1,61%	1,83%	2,57%	4,65%	4,38%
Votos nulos	1,32%	1,49%	1,49%	1,44%	1,39%	1,96%	3,04%
Nº de mandatos	24	24	25	25	24	22	21
Partidos vencedores	PPD/PSD: 10 PS: 6 CDS/PP: 4 PCP-PEV: PRD: 1	PPD/PSD:9 PS: 8 PCP-PEV:4 CDS/PP: 3	PS: 10 PPD/PSD: 9 PCP- PEV: 3 CDS/PP: 3	PS: 12 PPD/PSD: 9 PCP-PEV: 2 CDS/PP: 2	PS: 12 PSD/CDS- PP: 9 PCP-PEV: 2 BE: 1	PPD/PSD: 8 PS: 7 BE: 3 CDS/PP: 2 PCP: 2	PS: 8 PPD/CDS- PP: 7 PCP-PEV: 3 MPT: 2 BE: 1

Designação dos partidos por extenso:

- PPD/PSD: Partido Social Democrata;
- Partido Socialista;
- CDS/PP: Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular;
- PCP-PEV: Coligação Partido Comunista Português e o Partido Ecologista “Os Verdes”, conhecido por CDU – Coligação Democrática Unitária;
- PRD: Partido Renovador Democrático;
- BE: Bolco de Esquerda;

⁵² Quadro elaborado pelo mestrando.

- MPT: Partido da Terra

Fontes: Comissão Nacional de Eleições, *Diário da República* e o site PRODATA.

Verifica-se na tabela de cima, sem dúvida nenhuma, que o primeiro ano de eleições foi o que obteve um maior número de afluência às urnas por parte da população portuguesa, conferindo-se posteriormente uma contínua diminuição da percentagem do número de votantes. Dando-se uniformidade ao que aqui já foi dito, em relação aos baixos resultados da participação eleitoral, a sua tendência é de sucessivamente piorar. Chega-se à conclusão de que ao longo dos anos, houve um crescendo do número de abstenções⁵³ o que poderá demonstrar a indiferença da população, isto porque este fenómeno não se regista unicamente em Portugal mas sim a um nível geral dentro da União Europeia. Se se for compara as abstenções a nível português e nível geral europeu⁵⁴, verificam-se as semelhanças.

Tabela 1.3: Comparação das abstenções a nível geral europeu e de Portugal

	Abstenção a nível geral na UE ⁵⁵	Abstenção em Portugal ⁵⁶
1979	30,08%	-
1984	41,02%	-
1987	-	27,58%
1989	41,59%	48,90%
1994	43,33%	64,46%
1999	50,49%	60,07%
2004	54,53%	61,40%
2009	57,0%	63,22%
2014	56,91%	65,34%

⁵³ “ Os votos em branco e os votos nulos não têm influência no apuramento dos resultados; Será sempre eleito, à primeira ou segunda volta, o candidato que tiver mais de metade dos votos expressos, qualquer que seja o número de votos brancos ou nulos.” Nota oficiosa da Comissão Nacional de Eleições, in http://cne.pt/sites/default/files/dl/notaoficiosa_votosbrancos_pr2011.pdf.

⁵⁴ Ver anexo 7.

⁵⁵ FERREIRA, Eduardo Paz (2014). *Da Europa de Schuman à Não Europa de Merke*. Lisboa: Quetzal Editores, p.171.

⁵⁶ Dados retirados da tabela 1.2, p.42.

De salientar também que este decréscimo eleitoral português, desde 1987, afetou os médios e pequenos partidos, primeiro a nível das eleições legislativas, que, por sua vez, tiveram impacto nas eleições europeias.

Uma das várias razões e que aqui já foi referido para este acontecimento, é o caso de a população cometer o erro de dar primazia neste tipo de eleições aos assuntos nacionais em vez de dar prioridade a temas europeus. Isto acontece devido ao que a Europa, e alguns países europeus incluindo Portugal passaram e continuam a passar, sobretudo a partir de 2007, havendo um grande pessimismo relativamente ao estado da economia, associado a atitudes negativas face à UE. Os portugueses culpabilizam a União, por estarem a atravessar esta crise, isto devido às várias austeridades que foram implementadas através do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e à democracia portuguesa⁵⁷. A adesão às eleições nacionais é superior às registadas nas eleições europeias. Mais argumentos para estes resultados ao longo dos anos, é o facto de Portugal ser um país bastante religioso, este aspeto também conta na hora de ir votar, bem como as fracas raízes partidárias e um grande cepticismo em relação à UE. Ao voltar à análise da tabela 1.2, também se verifica uma predisposição centrista do eleitorado português.⁵⁸ Ou seja, as votações mais elevadas alternam entre o PS e o PSD. Por que razão isto acontece? Várias podem ser as respostas, entre elas o alheamento e desinteresse pela política; o baixo nível de cidadania dos portugueses (mais notório nos estratos mais baixos) e um fraco papel no que concerne à intervenção social dos partidos portugueses – “...interacção com o eleitorado é superficial e limitada aos períodos eleitorais.”⁵⁹

Estes resultados podem também estar relacionados com o facto de ao longo dos tempos, haver a existência de um défice democrático, isto porque o PE era e ainda continua a ser visto, como uma obra de elites, segundo a lógica de cima para baixo, ou a lógica piramidal. Os cidadãos sentem-se afastados, porém, e como já anteriormente foi referido, existiram claras e progressivas mudanças que tinham por objetivo apelar a uma maior intervenção do cidadão europeu (Tratado de Lisboa).

⁵⁷ Ver anexo nº 6.

⁵⁸ Por norma, nas eleições a direita domina no norte e em áreas rurais, enquanto que a esquerda domina no sul e nas áreas urbanas.

⁵⁹ JALALI, Carlos (2003). *A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras*. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 524-572, p.567.

Uma outra explicação é a falta de empenho dos governos nacionais e a existência de um progressivo “divórcio” da população europeia em relação à UE. De salientar, que segundo o *EB* nacional de outono de 2013, os portugueses são muito mais pessimistas do que a generalidade dos europeus.

“Pelo facto de as atividades do PE se encontrarem relativamente distantes do cidadão comum e as decisões terem de ser tomadas através de deliberações de carácter multinacional, o cidadão comum não deverá ter expectativa de que os seus eurodeputados levem a cabo programas que foram aprovados a nível nacional. Em vez disso, um eurodeputado deverá atuar como representante dos interesses dos seus eleitores, utilizando o seu discernimento para fazer o que achar mais correcto no contexto da UE.”⁶⁰

Curiosamente, à diminuição do número de votantes correspondeu ao aumento de poderes por parte do Parlamento.

Juntamente com algumas causas acima referidas, as seguintes são algumas das que justificam a abstenção:

- Grande desigualdade na divulgação de partidos nos *media*
- Falhas de ordem técnica nos instrumentos de votação
- A não identificação com nenhum programa dos partidos
- Demonstração de desagrado contra alguma/s lei/s que originam descontentamento populacional
- Desinteresse geral pela classe política
- Existência de barreiras de acesso ao voto, como por exemplo, a falta de implementação de novas tecnologias de votação: internet e telefone, no caso da pessoa não ter capacidade de pagar a sua deslocação, seja por incapacidade física na mobilidade ao local de voto

⁶⁰ TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.52.

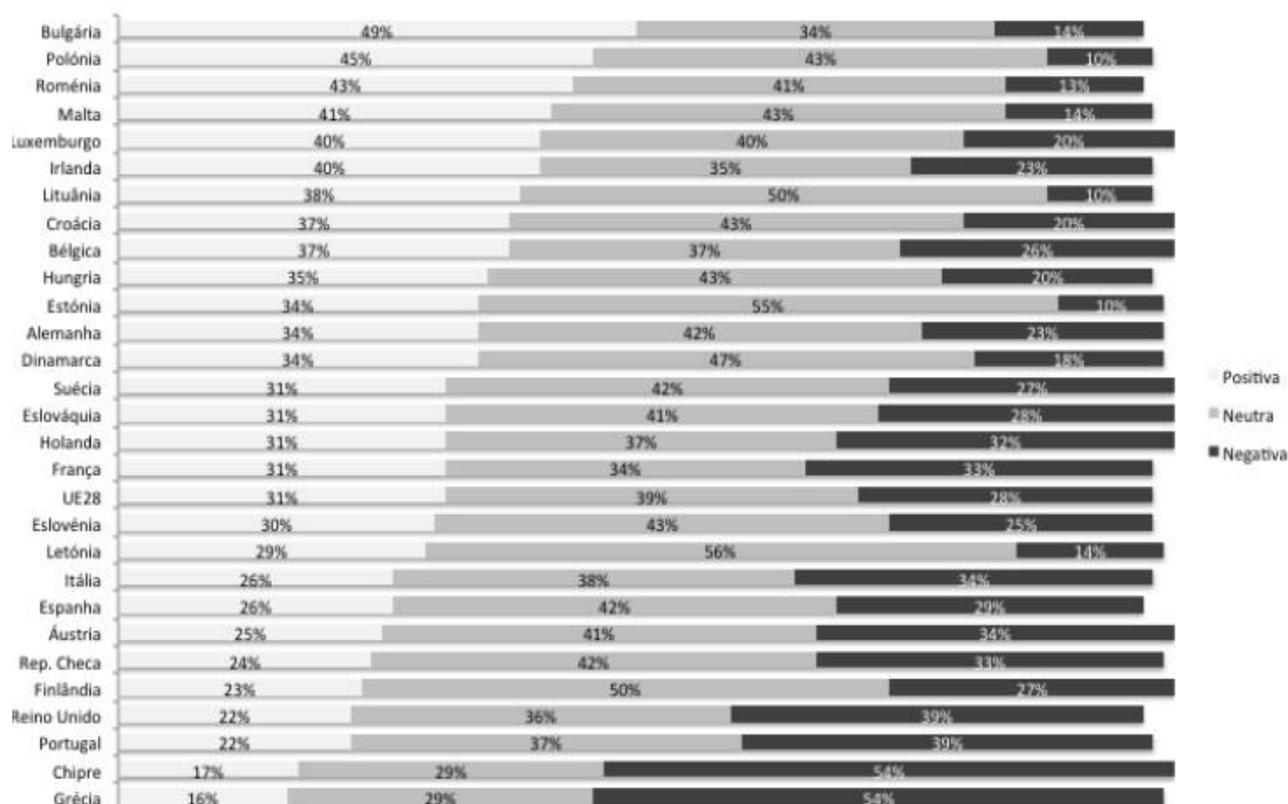
- Desmobilização do eleitorado pela divulgação de sondagens em tempo de campanha, as quais dão ênfase reforçado na necessidade de voto útil nos "grandes partidos"

“ Uma evolução clarificadora dos poderes do Parlamento Europeu e, em particular, o esclarecimento sobre a existência de poderes para escolher o presidente da Comissão são um factor de importância decisiva para o futuro e que poderia ter amenizado já a taxa de abstenção de 2014.

Para já não parecem existir quaisquer razões para que se possa ver na União Europeia uma possibilidade de contribuir para qualquer melhoria dos sistemas políticos a nível mundial.”⁶¹

Juntamente com o Reino Unido, a Grécia e o Chipre, Portugal é um dos países que hoje em dia, tem uma das imagens mais negativas em relação à União Europeia.

Gráfico 1.3.4: Imagem da União Europeia



Fonte: Eurobarómetro Standard 80. Relatório Nacional – Portugal.

⁶¹ FERREIRA, Eduardo Paz (2014). *Da Europa de Schuman à Não Europa de Merke*. Lisboa: Quetzal Editores, p.172.

Em suma, a afluência às urnas foi e continua a ser muito fraca com uma tendência a decrescer ao longo dos anos, verificando-se nas últimas eleições (2014) a maior abstenção de sempre, muito abaixo da média europeia.

Está na altura dos cidadãos portugueses refletirem sobre a sua atitude. O voto em eleições é considerado tanto um direito como um dever. Como sabemos, a entrada para a UE foi bastante morosa e por vezes com vários impasses, a população não pode deixar de ficar indiferente aos assuntos europeus, que também lhes dizem respeito, são da comunidade a que pertencem.

Haverá alguma solução para combater este crescendo de abstenção?

Poderíamos optar pelo voto obrigatório, como acontece na Grécia, Chipre, Bélgica e Luxemburgo. Mas surge outra questão, será que temos um aprofundamento democrático suficiente para que haja o voto obrigatório? Tem de se refletir bem sobre esta possibilidade, pois poderá vir a ser considerada uma situação ambígua. Se o voto passasse a ser obrigatório, traria consigo a consequência do cidadão estar a votar inconscientemente. Por isso, deve-se apostar no investimento da educação política/democrática do cidadão.

Assim sendo, tem de se apelar à consciência do cidadão europeu da importância que o seu voto pode vir a ter. Não nos podemos esquecer que a União Europeia não é unicamente formada pelos eurodeputados que constituem o PE, mas sim igualmente dos cidadãos europeus que devem usar o seu direito de voto para exprimir o seu desejo/intenção do rumo que quer que a Europa tome.

1.3.2. A evolução portuguesa dentro do PE

O Parlamento Europeu é um dos pilares centrais da arquitetura da União Europeia⁶². A maioria dos países pertencentes à União Europeia são de pequena dimensão, como é o caso de Portugal.

Com a adesão de Portugal e Espanha, o número de eurodeputados passou de 435 para 518 (60 espanhóis e 24 portugueses). Contudo, ao longo do tempo, Portugal foi perdendo sucessivamente lugares dentro do PE.

Por que razão os lugares vão diminuindo? Isto acontece consoante a entrada de novos EM para o PE. Assim sendo, verifica-se que inicialmente Portugal, que foi o décimo primeiro a entrar na Comunidade, no começo tinha 24 eurodeputados (em 1987) e hoje em dia tem 21,⁶³ tendo posteriormente aderido mais dezasseis países à UE. Contudo, os alargamentos da União tiveram efeitos de redução maiores em EM como a Alemanha ou França porque quando o poder tem de ser partilhado com mais membros, os de dimensões maiores tendem a perder mais proporcionalmente do que os mais pequenos. A distribuição dos assentos é feita de maneira a que os Estados de pequena dimensão tenham um número de assentos para os eurodeputados, superior ao que lhes seria conferido unicamente com base na população⁶⁴.

De salientar que o PE está dividido por partidos políticos e não nacionalidades. Cada grupo político é constituído por um gabinete, presidente e vice-presidentes. Na tabela 1.4, estão representadas as distribuições dos ED's dentro dos partidos políticos europeus nos últimos dois mandatos.

⁶² Ler: SILVA, António Martins da (2013). *Sistema Político da União Europeia. Arquitectura, Funcionamento e Teorização*. Coimbra: Edições Almedina.

⁶³ 1987- 24 ED; 1994 – 25 ED; 2004 – 24 ED;
1989 – 24 ED; 1999 – 25 ED; 2009 – 22 ED; 2014 – 21ED.

⁶⁴ Sistema de proporcionalidade degressiva

Tabela 1.4: Distribuição dos eurodeputados portugueses dentro do PE (2009 e 2014)⁶⁵

	Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no PE (S&D)	Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) (PPE)	Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica (GUE/NGL)	Grupo da Aliança dos Democratas Liberais pela Europa (ALDE)
2009	7 Eurodeputados	10 Eurodeputados	5 Eurodeputados	0
2014	8 Eurodeputados	7 Eurodeputados	4 Eurodeputados	2 Eurodeputados

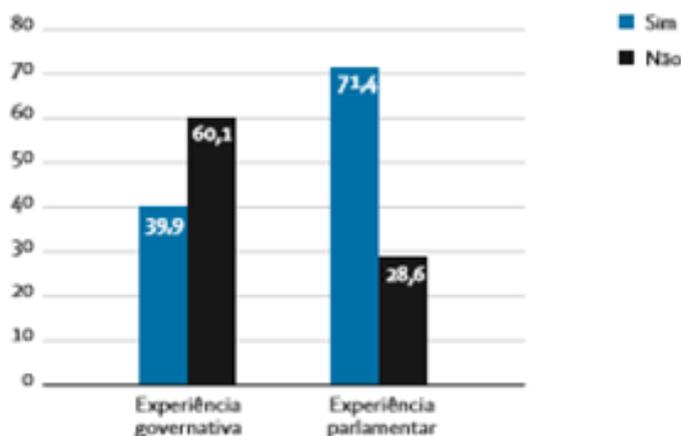
É preciso que Portugal foque a sua atenção nos interesses comuns, onde sejam incluídas as prioridades do país, em vez de ser nos interesses especificamente nacionais. Assim sendo, os Estados mais pequenos para seu benefício e se fazerem conseguir ouvir, devem exercer o chamado *smart power*⁶⁶ (existem cerca de 22 Estados de pequena/média dimensão).

Um dos grandes problemas que Portugal enfrenta dentro do Parlamento, é o facto de os eurodeputados terem pouca ou nenhuma experiência governamental ou parlamentar. Este aspeto é considerado desvantajoso no desempenho dentro do PE, uma vez que a experiência acumulada no passado é muito pouca.

⁶⁵ Quadro elaborado pelo mestrando.

⁶⁶ "(...) agilidade na identificação de questões de interesse nacional e posições de consenso; conhecimento técnico da forma como uma proposta da UE vai afectar o seu país; e aptidão política para criar redes e coligações que apoiem políticas de interesse mútuo. O *smart power* inclui a adopção de uma posição nacional suficientemente próxima da defendida por um número considerável de outros países, no sentido de que esta possa ser integrada em qualquer decisão que surja do processo político da UE. O *smart power* pode também servir para neutralizar propostas consideradas inadmissíveis para um país. Sem o exercício de *smart power*, os Estados Membros da UE de menor dimensão são meros espectadores quando os outros chegam a acordo." In, TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 27.

Gráfico 1.3.5: Experiência parlamentar e governativa dos eurodeputados portugueses (%) – 1986-2012



Fonte: TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos

O gráfico mostra que quase 30% dos eurodeputados não tiveram nenhuma experiência parlamentar e que cerca de 60% não tiveram qualquer experiência governativa entre 1986 e 2012.

Outro dos grandes problemas de Portugal no Parlamento⁶⁷, é o caso de ser um dos países com um maior índice de rotatividade dentro do PE (68%), isto é, os EDs maioritariamente estão só durante um mandato (período de 5 anos) no Parlamento, entrando sucessivamente sempre eurodeputados novos⁶⁸. Este fenómeno não nos é favorável, devido à falta de experiência e conhecimento acumulado⁶⁹, perde-se por sua vez a capacidade de exercer o poder dentro do parlamento. “Um eurodeputado que cumpre mais do que um mandato terá muito mais potencial de influência do que um eurodeputado que esteja a começar.”⁷⁰

Para que um deputado fique *uropeizado*, é defendida a tese de que é necessário pelo menos um mandato para que este saiba qual o seu papel dentro do Parlamento. Daí, a rotatividade ser referida como inconveniente para o desempenho no Parlamento.

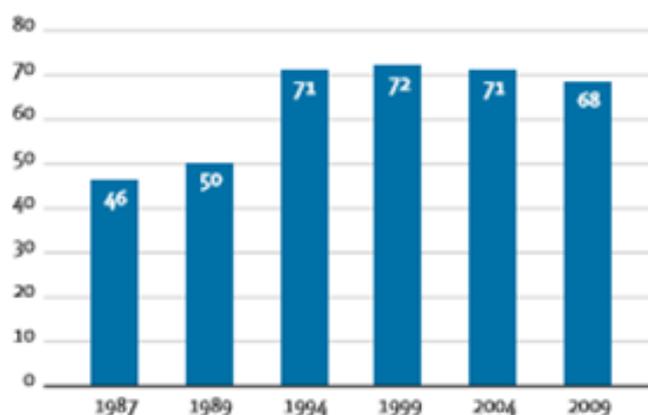
⁶⁷ Ver anexo 9.

⁶⁸ Vantagem de impedir a criação de uma elite política centralizada ao nível da UE. É importante referir que esta é uma única vantagem, entre várias desvantagens.

⁶⁹ Falta de capital político europeu. Este capital político é conseguido através de uma baixa rotatividade dos ED (o oposto ao que acontece com os portugueses), conseguindo assim o parlamentar tirar maior partido das ocasiões institucionais que surgem na estrutura que trabalha.

⁷⁰ TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p.62.

Gráfico 1.3.6: Taxa de rotatividade (% de eurodeputados portugueses 1987-2012)



Fonte: TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

O gráfico acima, demonstra que ao longo do tempo, a taxa de rotatividade foi aumentando. Inicialmente, como novo membro Portugal tinha uma rotatividade que não passava os 50%. Após 1994, verificou-se um grande aumento chegando-se a 2009 com uma ligeira descida.

“A rotatividade é acima de tudo o resultado de políticas partidárias, na medida em que a seleção de candidatos e a reorganização das listas eleitorais são impulsionadas pelos partidos e não uma consequência de mudança eleitoral nos escrutínios.”⁷¹

Assim sendo, após uma breve reflexão sobre a evolução portuguesa dentro do PE, é pertinente lançar a seguinte questão: quem são hoje em dia, os eurodeputados que estão a representar Portugal no Parlamento?

Como aqui já foi referido, as últimas eleições europeias foram realizadas em 2014, ocupando os eurodeputados portugueses 21 lugares.

Oito deles são pertencentes ao Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no PE (S&D), são eles: Francisco Assis, Elisa Ferreira, Ana Gomes, Liliana

⁷¹ *Ibidem*, p.98.

Rodrigues, Maria João Rodrigues, Ricardo Serrão Santos, Pedro Silva Pereira e Carlos Zorrinho.

No Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos/PPE), são sete deputados: Carlos Coelho, José Manuel Fernandes, Nuno Melo, Cláudia Monteiro de Aguiar, Paulo Rangel e Sofia Ribeiro.

Os restantes seis lugares estão distribuídos entre o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica (GUE/NGL): João Ferreira, Marisa Matias, Miguel Viegas e Inês Cristina Zuber; e o Grupo da Aliança dos Democratas Liberais pela Europa (ALDE): José Inácio Faria e António Marinho e Pinto.

É importante referir que mais de metade (11 em 21) dos deputados acima referidos, está sentado pela primeira vez no hemiciclo europeu.⁷²

Os EDs para além de serem membros de um comité, poderão assumir outros papéis, como mandatos coletivos no PE, onde os mais importantes são: presidente do PE e vice-presidente, questor, presidente e vice-presidente do grupo partidário, presidente ou vice-presidente de uma comissão.

A coesão é outro dos aspetos importantes dentro do Parlamento, indica a coerência das delegações nacionais⁷³ nas votações. Num âmbito global, o voto dos eurodeputados portugueses, tal como o dos restantes eurodeputados, está ligado a três fatores: a fidelidade ao grupo partidário europeu do qual são pertencentes, ao seu partido nacional e à delegação do seu país.

Em suma, para que Portugal se consiga fazer ouvir e progredir dentro do Parlamento Europeu, terá de se aliar estrategicamente a outros EM de média e pequena dimensão que defendam as mesmas prioridades, o denominado *smart power*. Sem ele, seria impossível um Estado de média/pequena dimensão se fazer conseguir ouvir.

⁷² José Inácio Faria, António Marinho e Pinto, Cláudia Monteiro de Aguiar, Sofia Ribeiro, Liliana Rodrigues, Maria João Rodrigues, Fernando Ruas, Ricardo Serrão Santos, Pedro Silva Pereira, Miguel Viegas e Carlos Zorrinho.

⁷³ Constituídas por um determinado número de membros de cada um dos países pertencentes à UE. Refletem o equilíbrio global da política, geográfica e local / regional de cada EM. Cada nação propõe os seus representantes regionais e locais, sendo depois aprovados pelo Conselho da UE. Em conjunto formam o Comité Regional 350 membros que reúnem em Bruxelas algumas vezes por ano, para discutir prioridades políticas e legitimar pareceres sobre a legislação da união.

Entre os vários problemas que o nosso país enfrenta dentro do Parlamento, alguns podem ser colmatados com o decorrer do tempo, como é o caso da experiência dos eurodeputados, diminuindo por sua vez o índice de rotatividade.

Assim sendo, vários são os desafios que Portugal enfrenta dentro da União Europeia, tais como os que se seguem no quadro 1.

Quadro 1: Os desafios que Portugal enfrenta no PE

Colectivamente, as normas de consenso da UE impedem que um Estado de grandes dimensões possa dominar a UE, mas para chegar a consenso não é necessário que se consulte e se negocie com todos os pequenos Estados-membros.

Desde que Portugal aderiu à UE, o alargamento mais do que duplicou o número de Estados-membros, fazendo com que cada Estado corra o risco de se perder no meio da multidão.

Portugal precisa de enfatizar os interesses **comuns**, que incluam as prioridades específicas do país e não os interesses nacionais distintos.

Para evitar ter de aceitar determinadas medidas políticas como um facto consumado, Portugal deve fazer parte de coligações com mais de uma dúzia de Estados-membros, grandes e pequenos.

Para formular propostas tecnicamente concretizáveis e politicamente aceitáveis, Portugal precisa de um Gabinete de Representação Permanente em Bruxelas, em contacto constante com o Governo em Lisboa e com as organizações da sociedade civil afectadas.

Para reforçar a sua influência política, um maior número de eurodeputados portugueses terá de assumir um compromisso de longo prazo no sentido de influenciar as decisões tomadas num PE composto por 751 eurodeputados.

Para trabalhar eficazmente num sistema multinível de governação europeu e de economia política internacionalmente interdependente, os portugueses precisam de ter capital político europeu – ou seja, conhecimento de como são tomadas as decisões em cenários multinacionais – e também capital político nacional, em Lisboa.

Fonte: TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 16.

Serão os eurodeputados capazes de colmatar e executar os desafios? Terão os deputados essa capacidade, tendo em conta que para a maioria deles esta situação de estar no PE é algo de absolutamente novo ao qual têm de se habituar?

Estas são questões, que só poderão obter resposta, com o decorrer do tempo.

Capítulo 2

A imprensa em 1987

2.1. Análise do *DN* no mês de junho e julho

Após a entrada de Portugal para a CEE em 1986, como já foi referido, a 19 de julho de 1987 deram-se as primeiras eleições europeias em que a população iria votar nos EDs que iriam representar Portugal dentro do PE.

A nível da imprensa, pouco se falava sobre este acontecimento, dando-se mais importância às eleições legislativas que iriam ocorrer no mesmo dia. Para entender a real importância que era dada às eleições para o PE, decidi recolher e analisar todas as notícias do *DN* relativas ao mês de junho e julho (o mês antes e o mês das eleições) do primeiro ano em que as eleições se iriam realizar.

É importante salientar que a nível de imprensa, várias eram as notícias publicadas sobre a CEE como por exemplo questões racistas e xenófobas na Europa, o desejo de adesão de certos países, os fundos que Portugal iria receber, entre muitos outros assuntos. Contudo, sobre as eleições europeias que se avizinhavam e sobre o PE, pouco se falava na imprensa portuguesa. Existem referências às eleições no país vizinho Espanha, mas igualmente em pouca quantidade.

Contudo, vão surgindo alguns artigos de opinião sobre a entrada de Portugal na CEE, como é o exemplo do artigo “*A importância da adesão de Portugal e Espanha à CEE*”⁷⁴

Ao analisar os jornais publicados nos meados do mês de junho, começam-se a verificar referências sobre as eleições europeias em Espanha, na Grã-Bretanha, na Itália e sobre as candidaturas de alguns EDs portugueses.

⁷⁴ Ver anexo 24.

Fig. 2: *DN*, 9 de junho

Fonte: *DN*, 9 de junho de 1987, p.3.

Fig. 3: *DN*, 11 de junho

Fonte: *DN*, 11 de Junho de 1987, p.capa.

Apesar de poucas notícias, elas eram publicadas diariamente, dando-se sempre maior ênfase às eleições legislativas.

Surgem também artigos que referenciam a transmissão na televisão pública sobre assuntos europeus.

Fig. 4: *DN*, 19 de junho

Fonte: *DN*, 19 de junho de 1987, p. 20.



Também são muito mencionadas as aplicações dos Fundos Sociais Europeus em Portugal. É pertinente apresentar a notícia que se segue, pois demonstra a intenção europeia de formar as pessoas que trabalham nos *media*, neste caso específico, na rádio.

Fig. 5: DN, 29 de junho



Fonte: DN, 29 de junho de 1987, p.24.

A partir de julho, mês das eleições, já começam a surgir crónicas denominadas de “*Candidatos europeus ao telefone*”⁷⁵, onde os EDs são convidados a responder a uma série de perguntas a nível do nosso país e da CEE.

Ao analisar o dia 19 de julho, dia das eleições, pouquíssimos são os artigos que se referem aos ED’s e ao PE. A maioria foca-se no conteúdo sobre as legislativas. Um dos poucos artigos que encontrei sobre o tema das eleições para o PE, incutia nele ambos os assuntos, as da legislação e do PE.

⁷⁵ Ver anexo 25.

Fig. 6: DN, 19 de julho

Fonte: DN, 19 de julho de 1987, p.3.

Assim sendo, entende-se a razão da população portuguesa saber tão pouco sobre a CEE, já que este assunto tinha uma cobertura muito fraca nos *media*, nomeadamente na imprensa. É certo que nesta altura, o número de consumidores de jornais era bastante reduzido mas, é importante referir que a imprensa era muito utilizada nos grandes centros urbanos.

Curiosamente, ao analisar os *media* ao longo do tempo (a desenvolver nos capítulos posteriores), chegamos à conclusão foram melhorando, surgindo nos dias de hoje com um fácil acesso aos vários estratos sociais. Sendo assim, porque se verifica que a abstenção hoje em dia é muito maior que antigamente onde a difusão era mais difícil entre os vários extratos populacionais?

Esta é uma questão que poderá ter várias respostas, sendo este um tema que poderia dar origem a mais um trabalho de investigação. Muito resumidamente, hoje em dia as pessoas encontram-se melhor informadas sobre todos os assuntos, o que as leva a absterem-se neste tipo de eleições, é o simples facto de haver um desinteresse generalizado. Outra das possíveis respostas, é mostrar o seu descontentamento, optando por não ir votar. Várias são as opções que aqui poderiam ser apresentadas.

Voltando à imprensa de 1987, sumariamente pode-se dizer que Parlamento Europeu, eurodeputados, eram expressões praticamente nulas nos artigos que se apresentavam diariamente. Eram abordados vários assuntos da CEE como os fundos, os planos agrícolas entre outros, mas definitivamente não foi dada a devida importância ao assunto das eleições

para o PE. Algo que achei muito curioso ao fazer esta pesquisa nos diários, foi o facto que a parte desportiva tinha o maior número de páginas neste jornal, resumindo-se os assuntos nacionais e internacionais a dez páginas ou até menos.

Capítulo 3

Influência exercida pelos *media*⁷⁶ a nível das eleições europeias, em Portugal

Nesta terceira parte, o estudo cairá sobre a influência dos *media* numa vertente de estudo de caso, utilizando para esse efeito dados existentes no *EB*, servindo de instrumento para explorar as opiniões da população com um enfoque especial a nível nacional.

Hoje em dia, com a evolução da tecnologia a informação chega mais rápido e facilmente às pessoas. As notícias são praticamente instantâneas, mesmo enquanto os acontecimentos ainda estão a decorrer. Da televisão, ao rádio, à internet passando pelo meio de comunicação mais antigo que existe, o jornal, serão necessárias imposições de regras, implementação de políticas? Será que este acesso à informação não acaba por manipular e influenciar as pessoas? Este estudo pretende revelar as respostas a tais questões, analisando-se se o acesso à informação é igual para todos e se no caso dos meios de comunicação como a TV e a rádio, estes não publicam as notícias por vezes em seu próprio benefício, fazendo uma certa interpretação do acontecimento, induzindo as pessoas a crer que é como estão a dizer.

3.1. Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia

Este livro foi implementado pela Comissão Europeia em 2006, com o objetivo de transmitir aos cidadãos uma mensagem de confiança e tranquilidade, através da implementação de estratégias e políticas europeias de comunicação.

Verifica-se que ao longo dos anos, enquanto as políticas europeias tentavam afetar de várias maneiras e melhorar a vida dos cidadãos europeus, falhou o aspeto da comunicação, não conseguindo acompanhar o ritmo igualitário das outras implementações.

⁷⁶ Esta expressão provém de uma redução do inglês *mass media*, ou seja, traduzindo à letra, meios de comunicação de massa. Este termo abrange todo o suporte da difusão de informação: imprensa, televisão, rádio, publicações na internet, videograma, satélite de telecomunicação, entre outros.

Assim sendo, haverá um défice de comunicação? Sim, ao recuar no desenvolvimento deste trabalho, a questão da abstenção das eleições europeias está intimamente ligada a este aspeto.

Havendo um certo distanciamento dos cidadãos à instituição e a falta de informação prejudica a um grau muito elevado a UE. Assim sendo, passa a haver por parte dos cidadãos um desinteresse cada vez maior, levando à fraca participação na vida política europeia e a um défice de comunicação da União⁷⁷.

"A comunicação é antes do mais uma questão de democracia. As pessoas têm o direito de saber o que a UE faz e o que defende. Têm também o direito de participar plenamente no projecto europeu. A comunicação sobre a Europa não é apenas uma questão para Bruxelas. Chegou o momento de as instituições da UE e os Estados-Membros congregarem esforços. A União Europeia cresceu enquanto projecto político mas não se encontra ainda presente no coração nem no espírito dos cidadãos. O Livro Branco constitui a proposta da Comissão para dar resposta a este desafio, criando as bases para uma política de comunicação da União Europeia".⁷⁸

Como tal, num contexto de combate ao défice democrático, a Comissão foi estabelecendo vários planos com objetivo de colmatar este distanciamento e a falta de informação.

Em 2005 foi criado um *Plano de Ação* que posteriormente veio dar ao *Livro Branco*. Este plano retratava uma lista com medidas específicas a adotar para reforçar a comunicação com os cidadãos, dando uma resposta mais eficaz às suas preocupações.

No mesmo ano, foi lançado o *Plano D para a democracia, diálogo e o debate*, destinando aos cidadãos europeus, para intervirem mais na vida política europeia através de debates sobre diferentes assuntos.

⁷⁷ A política de comunicação europeia nem sempre foi, nem sempre é eficaz. A população é pouco motivada e interventiva neste processo.

⁷⁸ Discurso proferido pela vice-presidente da Comissão, Margot Wallström. In <http://www.igfse.pt/news.asp?startAt=1&categoryID=281&newsID=1216>

Será que estas iniciativas foram bem-sucedidas? “O êxito (...) dependerá do envolvimento dos principais intervenientes – as outras instituições e organismos da UE; as autoridades nacionais, regionais e locais nos Estados-membros; os partidos políticos europeus e a sociedade civil.”⁷⁹

O objetivo primordial do *Livro Branco*, foi dar propostas de orientações e estratégias onde deveriam interceder os vários intervenientes europeus, para que juntos, conseguissem combater o défice de comunicação e aumentar a ligação entre os cidadãos e as questões europeias. Pretendia envolver um vasto leque de níveis de administração pública e organizações dos vários EM, sendo perspectivada para um desenvolvimento de longo prazo.

Propostas de intervenção conjunta:

- Definição de princípios gerais para o dinamismo de comunicação sobre as questões europeias
- Trabalhar em conjunto
- Implicar os cidadãos europeus
- Entender o ponto de vista da opinião pública
- Trabalhar com os meios de comunicação e dar uso às novas tecnologias

O défice de comunicação é um problema que se tem estendido por um vasto período de tempo, considerando-se assim que a comunicação institucional não é suficiente. O objetivo da Comissão com este *Livro Branco*, era fazer chegar o diálogo mais centrado nos cidadãos, passando a ser uma abordagem mais descentralizada, não estando focada unicamente em Bruxelas.

Todos os cidadãos têm o direito à informação isenta e completa sobre a UE. Mas será que na realidade é isto que acontece? Será a informação toda uniformemente distribuída para que chegue a todos os patamares sociais?

Relativamente às eleições europeias, os cidadãos tomam conhecimento do sucedido, especialmente através dos *media* nacionais de cada país, região e local. Contudo, quando se

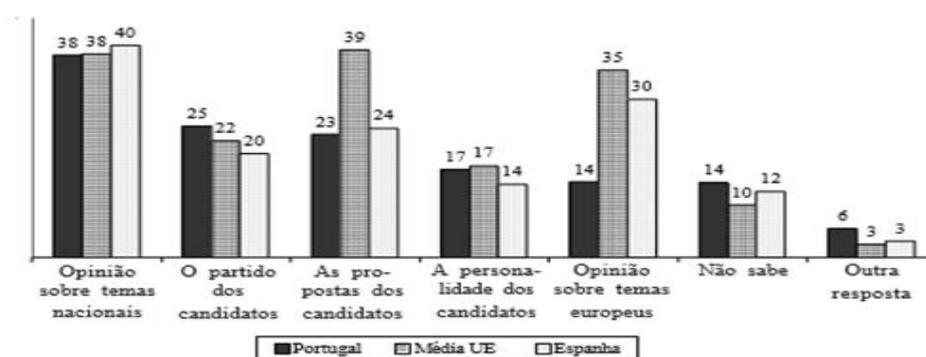
⁷⁹ Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia*. Bruxelas, 1.2.2006, p.2.

põe em discussão as questões europeias, os cidadãos tendem sempre a analisar os assuntos num aspeto nacional, assim quando votam, fazem-no num sentido nacional e não a um nível de visão europeia.

Até os cidadãos europeus não conseguirem entender em pleno que as eleições europeias não estão relacionadas com as eleições a nível nacional, a União Europeia irá continuar a dar passos muito pequenos, sendo em praticamente todos os países consideradas eleições de segunda ordem, onde a população manifesta o seu agrado e/ou desagrado dos políticos a nível nacional. Digamos que existe uma certa indiferença por da parte da população, sobre o papel crucial que poderiam ter. Exemplo disso, foi uma sondagem para as eleições europeias de 2004, onde, a maioria dos portugueses deram especial importância à opinião sobre os temas nacionais (38%) e ao partido dos candidatos (25%).

De salientar que a nível geral europeu, foi dada maior importância às propostas dos candidatos (39%), seguidamente da opinião sobre os temas nacionais (38%) e por fim a opinião sobre os temas europeus (35%).

Gráfico 3.1: Motivação do voto nas próximas eleições europeias – 2009 (% - pergunta de resposta múltipla).



Fonte: NUNES, Filipe (2005). *Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004*. *Análise Social*, vol. XL (177), 2005, 795-813, p.802.

Contudo, já se verificaram que alguns desses pequenos passos se realizaram com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, onde a escolha do presidente da Comissão Europeia

terá em consideração o resultado das eleições parlamentares e o candidato deve ser apoiado pelo vitorioso europartido em particular.

Cabe aos governos, o papel de difundir as informações relativas à UE acerca das políticas públicas europeias e o seu impacto no quotidiano. Assim sendo, todos têm de trabalhar em conjunto – autoridades públicas nacionais, sociedade civil e as instituições da UE – reforçando o lugar da Europa na esfera pública.

“O direito à informação e à liberdade de expressão encontram-se no âmago da democracia na Europa.”⁸⁰

Vários são os princípios essenciais em matéria da comunicação, o *Livro Branco* refere-se especificamente a três, sendo eles a inclusão, a diversidade e a participação.

A inclusão, indica-nos que qualquer cidadão deve ter acesso às várias questões de interesse público, dessa maneira, as informações têm de ser amplamente divulgadas pelos meios de comunicação sociais. Contudo, também é necessário que todas as pessoas consigam aceder e utilizar essas informações, sendo necessário adquirir de novos conhecimentos (caso dos idosos, minorias, deficientes – acesso à internet).

Não nos podemos esquecer que a Europa contém um grande multiculturalismo, onde convivem diversas culturas em conjunto, daí surgir o princípio da diversidade, onde a política de comunicação deve respeitar os diversos pontos de vista e opiniões durante os debates públicos.

Por fim, o último princípio é o da participação, onde os cidadãos devem expressar, opinar e ser ouvidos com os responsáveis pela tomada de decisões.

Para que os cidadãos se sintam mais incluídos nos assuntos europeus e mais informados, o *Livro Branco* também propõe políticas que façam nelas implicar os cidadãos, focando-se em três pontos essenciais:

- Melhorar a educação cívica: esta área está ao cargo dos Estados-Membros, não se podendo limitar unicamente aos espaços de ensinos escolares, prestando

⁸⁰ Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia*. Bruxelas, 1.2.2006, p.4.

uma especial ajuda àquelas pessoas que não sabem utilizar certos instrumentos, como a internet, para terem acesso às informações sobre as políticas europeias e os seus debates

- Pôr os cidadãos em contacto entre si: criação de fóruns onde se possam discutir e debater questões europeias
- Pôr os cidadãos em contacto com as instituições públicas: é essencial uma boa comunicação entre os cidadãos e as instituições públicas. Superar o défice de comunicação ente a Europa e os cidadãos deve implicar um esforço global entre os cidadãos e as autoridades públicas (local e europeu)

É essencial referir a importância de ouvir os cidadãos e da apresentação de medidas. Porém, será que este plano criado em 2006 conseguiu atingir as suas metas?

Hoje em dia, já há um maior acesso à internet, um maior desenvolvimento pessoal e uma educação digamos que europeizada. Sendo que nas escolas já se ensina que o aluno não é unicamente cidadão português mas que também é um cidadão europeu. Contudo, será o necessário para se chegar ao cidadão? Para isso, a Comissão elaborou um quadro com vários objetivos que ajudarão a informação chegar aos cidadãos.

A nível institucional, a transparência⁸¹ tem começado a dominar o espaço, sendo as reuniões do Conselho públicas quando o assunto aborda a adoção de atos legislativos da EU, em conjunto com o PE. É importante ouvir os cidadãos e fazer-lhes conseguir chegar as medidas que a Comissão propõe para lhes aplicar, no que diz respeito a este assunto.

⁸¹ Impede a ocultação.

Quadro 2: Como chegar ao cidadão?

Como chegar ao cidadão?

- Apesar de a educação cívica ser da responsabilidade nacional e regional, a UE pode contribuir para garantir o intercâmbio de melhores práticas e promover o desenvolvimento de “instrumentos” educativos comuns para que a dimensão europeia seja reflectida de forma mais eficaz. Os Estados-Membros poderão ser convidados a explorar a melhor forma de reunir os professores europeus de educação cívica, por exemplo, através de uma rede, de um programa especial no âmbito de estruturas existentes, como o Colégio da Europa, ou de uma nova estrutura, com o objectivo de trocarem ideias sobre abordagens inovadoras para a educação cívica e para obterem novas competências.
- Um outro projecto importante a desenvolver pelos Estados-Membros é a transformação das bibliotecas em *bibliotecas europeias ligadas através de meios digitais* que poderiam trabalhar como centros de informação e de aprendizagem, garantindo a todos os cidadãos o livre acesso às tecnologias da informação e às informações relevantes.
- Os Estados-Membros poderão cooperar no âmbito de acções comuns com o objectivo de criar novos locais de encontro para os Europeus, abertos aos cidadãos de todas as gerações e origens, para acolher eventos culturais e políticos relacionados com a Europa.
- As instituições e organismos da UE poderão trabalhar em conjunto para coordenar, melhorar e alargar os seus programas de visitantes.
- As instituições da UE deverão explorar a possibilidade de complementar os sítios Web da UE com fóruns em linha-“locais de encontro virtuais” – com ligações a fontes de informação exteriores.
- As instituições da UE devem prosseguir os seus esforços para estabelecer um melhor contacto com os cidadãos. As *normas mínimas de consulta* da Comissão poderão ser revistas a fim de garantir uma representação mais equilibrada dos grupos de interesses e um seguimento mais adequado.
- As três principais instituições poderão igualmente estudar a possibilidade de realizarem debates abertos conjuntos para complementar os debates parlamentares, respondendo a questões do público ou dos jornalistas.

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia*. Bruxelas, 1.2.2006, p.8 e 9.

Os passos foram e vão ser dados, havendo a iniciativa europeia da transparência e uma maior atenção à aplicação prática do direito dos cidadãos comunicarem na sua própria língua com as instituições. “ O multilinguismo faz parte integrante da legitimidade, transparência e democracia do projeto europeu.”⁸²

A comunicação social, é dos elementos mais fortes de qualquer política de comunicação europeia. Contudo, há uma menor atenção de assuntos europeus dedicada pelos *media* tradicionais (televisão, rádio...). É aqui que é importante o uso da internet, para informar direta e sistematicamente os cidadãos sobre as suas posições na política europeia e a

⁸² Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia*. Bruxelas, 1.2.2006, p.8.

legislação futura. É importante haver um conjunto de esforços a nível das várias instituições europeias para que haja um melhoramento da relação com os meios de comunicação.

São muitos os jornalistas acreditados em Bruxelas, havendo a necessidade de tomar medidas como garantir que a imprensa é informada sobre as deliberações tomadas, em tempo real. Um dos mecanismos que permite fornecer a informação aos *media*, está dividido em três grandes instituições⁸³ europeias a nível de vídeos, som e imagem é a *Europe by Satellite*.

Porém, mesmo com a implementação destes esforços para uma melhor cobertura das questões europeias, ela ainda está muito aquém daquilo que deveria de ser. Os assuntos europeus abordados pelos meios de comunicação, continuam a ser limitados e fragmentados.

Os jornais a nível de cada país, encarregam-se de garantir a cobertura de acontecimentos importantes a nível europeu como, por exemplo, as reuniões do Conselho Europeu mas, fora estas situações, os jornais dão muito pouco espaço às questões europeias. Contudo, com a atual crise que a Europa enfrenta e principalmente o caso da Grécia, este é um tema que tem estado regularmente em debate. De salientar também, que os portugueses são dos que leem menos jornais e o seu meio de comunicação predileto é a televisão.

A nível da TV e da rádio, hoje em dia começam a aparecer cada vez mais programas de debate político, como o caso dos programas televisivos: *Sociedade das Nações* e *Os Europeus* entre outros dos muitos programas que começam a surgir.

Nos dias de hoje, facilmente uma pessoa toma conhecimento sobre os vários assuntos europeus, assim sendo, será a justificação para o desinteresse, a falta de iniciativa, de interesse em procurar saber sobre a atualidade da vida europeia?

As pessoas podem estabelecer ligações entre si e participar em todos os tipos de rede. Antigamente se Portugal era bastante deficitário no que toca à rede de internet, hoje em dia quase em todos os locais se consegue ter acesso a ela, tanto em casa, como num café ou num centro comercial. Recentemente, a de Coimbra foi toda coberta com acesso livre e ilimitado à internet, sendo este um dos vários exemplos existentes. Contudo, ainda há um longo trabalho em curso para se conseguir explorar em pleno as potencialidades das tecnologias da informação em prol de ultrapassar o défice democrático.

⁸³ Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia e Comissão Europeia.

Para espoletar a curiosidade dos cidadãos sobre os assuntos europeus, devia de haver finalidades centradas nessa questão. Muitos cidadãos ao falarem da UE, ficam um pouco confusos, devido à União não ter um “rosto” uma personagem clara a quem se possam identificar, daí sentirem uma certa falta de enquadramento enquanto cidadãos europeus. Se houvesse esse “rosto”, os cidadãos sentir-se-iam mais ligados à instituição compreendendo por sua vez que a informação lhes interessaria pessoalmente.

Para que consigam ter uma noção generalizada sobre a dimensão europeia e dos seus problemas, os cidadãos deveriam ter um maior e mais facilitado acesso à informação. Neste aspeto, são os meios de comunicação pan-europeus⁸⁴ e a imprensa especializada que têm um papel crucial a desempenhar. Contudo, estes assuntos também devem ser debatidos a nível nacional e local, promovendo um maior nível de informação. “(...) poderia ser atingido de forma natural através de um maior empenhamento por parte dos políticos e instituições nacionais e locais, mas será também necessária a participação activa das instituições da UE, sobretudo para inserir as políticas europeias num contexto local.”⁸⁵ Ou seja, seria necessário haver um trabalho coletivo em torno da difusão da informação entre os governos nacionais e as instituições europeias.

Também se deve investir na exploração das capacidades das novas tecnologias. Ou seja, devem apostar nos meios digitais como a internet, para difundir canais de comunicação sobre as questões europeias. Mas para isso, é necessário que haja uma vontade política unânime para que se consiga explorar estas potencialidades cibernéticas⁸⁶.

Assim sendo, como o *Livro Branco* foi lançado em 2006, pode-se verificar hoje em dia, que certos objetivos já foram alcançados e outros ainda estão por alcançar. O aspeto da difusão pela internet permitiu o desbloqueamento das barreiras que havia e passou a haver cursos de formação para ajudar as pessoas a utilizar esta ferramenta, que é tão vantajosa e ao mesmo tempo se pode tornar perigosa se não for utilizada devidamente.

A nível informativo a temática está em terreno positivo, mas ainda muito tem de se fazer e de trabalhar para que as informações cheguem de forma simples e eficaz aos vários tipos de extratos sociais.

⁸⁴ Relativo a todas as nações europeias.

⁸⁵ Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia*. Bruxelas, 1.2.2006, p.10.

⁸⁶ Para isso foi criado a *Iniciativa i2010* que procurou aligeirar o fosso entre os que têm acesso à tecnologia da informação e os que não têm.

No fundo, a opinião pública é o grande instrumento para que os políticos consigam entender, sondar e analisar as necessidades que existem. Se não fossem os meios de comunicação, nunca conseguiriam chegar a uma tão vasta plateia de cidadãos. Este instrumento tem um grande poder e uma extrema importância.

Como a opinião pública é tão vasta e tão diversa, surgiu a ideia de criar um instrumento que analisasse as várias opiniões públicas, este instrumento denomina-se de *Eurobarómetro*.

O *EB* faz sondagens aos EM da UE e aos futuros membros. Sendo nos dias de hoje uma das maiores bases de dados europeia e estando sempre atualizada, recorri a ela para conseguir analisar o caso particular português que irá ser desenvolvido mais à frente. A sua obtenção é de fácil acesso, estando disponível a qualquer pessoa que queira procurar os dados a nível nacional e europeu. A Comunidade passou a apostar em fundos de investigação europeus, para seu benefício, apoiando trabalhos de investigação na área das ciências sociais, em todos os EM. Estas investigações são benéficas, para que consigam entender os resultados e as falhas na interação entre os responsáveis políticos europeus e os cidadãos. Com o decorrer do tempo, o *EB* tem melhorado vários aspetos, sendo a qualidade das sondagens muito fiáveis.⁸⁷

Para melhorar a comunicação entre as instituições europeias e os cidadãos, deverá haver maiores esforços, descentralizando a comunicação e incentivando os EM a desenvolverem atividades de informação aos cidadãos, acerca de assuntos europeus. As políticas e programas europeus devem ser aplicados a nível de cada nação (regional e local), iniciando assim um diálogo muito mais próximo com os cidadãos, para implicar de forma eficaz as comunidades locais nos assuntos da União Europeia. Por sua vez, os partidos políticos também têm um papel importante a desempenhar, no que concerne a questões europeias. Devem estimular os cidadãos para os debates e para a criação da esfera pública europeia.

Assim sendo, a UE é um projeto bastante complexo que requer uma participação de todos os níveis de governo, organizações e pessoas de todos os grupos.

⁸⁷ “As instituições da UE poderiam colaborar mais entre si para conceber e planear sondagens Eurobarómetro e para divulgar os respetivos resultados. Cada sondagem Eurobarómetro podia ser acompanhada de discussões públicas entre as instituições da UE e as organizações da sociedade civil.” In, Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia*. Bruxelas, 1.2.2006, p.12.

Os cidadãos, têm o direito de se inteirarem sobre a concretização de projetos europeus, e de expressarem a sua opinião relativamente a eles. Pode-se dizer que é uma espécie de intercâmbio, onde todos trabalham em função de chegar a um destino comum, o bem geral a todos os cidadãos da UE (a comunicação deve funcionar em ambos os sentidos). Para que o objetivo de difundir os meios de comunicação se concretize, é necessário restaurar a confiança dos cidadãos nos seus representantes no que diz respeito a assuntos europeus, fazer com que os documentos cheguem aos cidadãos na sua língua materna e de uma forma clara e simples. Este é um trabalho de grupo, entre as respetivas instituições europeias e os vários EM.

Cada nação deve de se preocupar também em difundir as notícias através dos vários mecanismos existentes, apelando à intervenção dos cidadãos na vida europeia. Se verdadeiramente assim fosse, as eleições europeias teriam certamente uma maior afluência às urnas do que têm tido, ao longo do tempo. Os *media* são o ponto fulcral que fazem passar as ideias da união aos cidadãos e vice-versa. Para isso, é necessário uma maior intervenção. Portugal é dos países que mais consome programas televisivos, indo por esta vertente, deve-se de se apostar em programas televisivos nos canais públicos a que praticamente toda a população tem acesso, para os elucidar sobre o mecanismo europeu, as suas funções e objetivos.

3.2. A evolução da relação dos portugueses, com a informação que têm sobre a UE

Este subcapítulo vai ter por base as descrições do *Eurobarómetro* – Relatório Nacional de Portugal e alguns *Eurobarómetros Standard*. Foram escolhidos com o critério de se destacarem questões específicas sobre os *media*, tais como as estratégias de comunicação e a informação que a população portuguesa pensa ter sobre a Europa, nomeadamente sobre as suas instituições, fontes de informação e a avaliação que fazem dos meios de comunicação social. São aqui estudados os *Eurobarómetros* 60.1 (outono 2003), 61 (primavera 2004), 62 (outono 2004), 63.4 (primavera 2005), 65 (primavera 2006), 68 (outono 2007), 70 (outono 2008), *Eurobarómetro Standard* 76 (outono 2011), *Eurobarómetro Standard* 78 (outono 2012) e o *Eurobarómetro Standard* 80 (outono 2013).

O estudo na área da comunicação, teve maior destaque a partir de 2003, verificando-se que nos relatórios anteriores não havia a preocupação de incutir este tipo de questões e áreas a investigar.

Contudo, o que é realmente o *Eurobarómetro*? A sua função é fazer sondagens através da recolha de informação junto da população, desde 1973. Pode-se dizer que é uma espécie de barómetro que mede o clima político, económico e social da Europa, de como as atitudes da população têm evoluído ao longo do tempo. Estes estudos indicam o estado em que a Europa está em determinado momento⁸⁸. Posteriormente, a Comissão utiliza os resultados para tentar melhorar determinados aspetos.

Ao longo da análise dos relatórios nacionais, vai-se observando a evolução da atitude dos portugueses, em relação à ideia de informação que têm da UE.

3.2.1. *Eurobarómetro* 60.1 – Relatório Nacional (outono 2003)

Ironicamente ou não, em 2003 os portugueses conjuntamente com os gregos eram dos cidadãos europeus que mais confiavam na União Europeia. Contudo, esta é uma visão que se vai deteriorando ao longo do tempo.

Desde logo, verifica-se que o povo português dá mais preferência de informação à TV e ao rádio, sendo o nosso país um dos que menos lê jornais, diariamente.

Os extratos sociais mais baixos, são os que têm menos acesso à informação, estando incluído neles as pessoas que têm níveis de ensino mais baixos, pessoas com deficiências e aquelas que vivem em ambientes rurais. Por sua vez, devem-se criar estratégias que permitam um fácil e simples acesso à informação, para este tipo de população. Não nos podemos esquecer, que Portugal, é um dos países europeus onde a taxa de envelhecimento é das mais elevadas. Visto este aspeto, deve-se apostar em ensinar às pessoas idosas, como aceder à informação, inclusive através da internet, meio o qual não estão habituados a lidar e aceder.

“...importante perceber a que públicos se deve dirigir prioritariamente e através de meios. Eventuais campanhas poderão ser impostas para atingir os inquiridos com níveis de escolaridade e rendimento inferiores, chamando

⁸⁸ Influenciado pelo desemprego, política, finanças, etc...

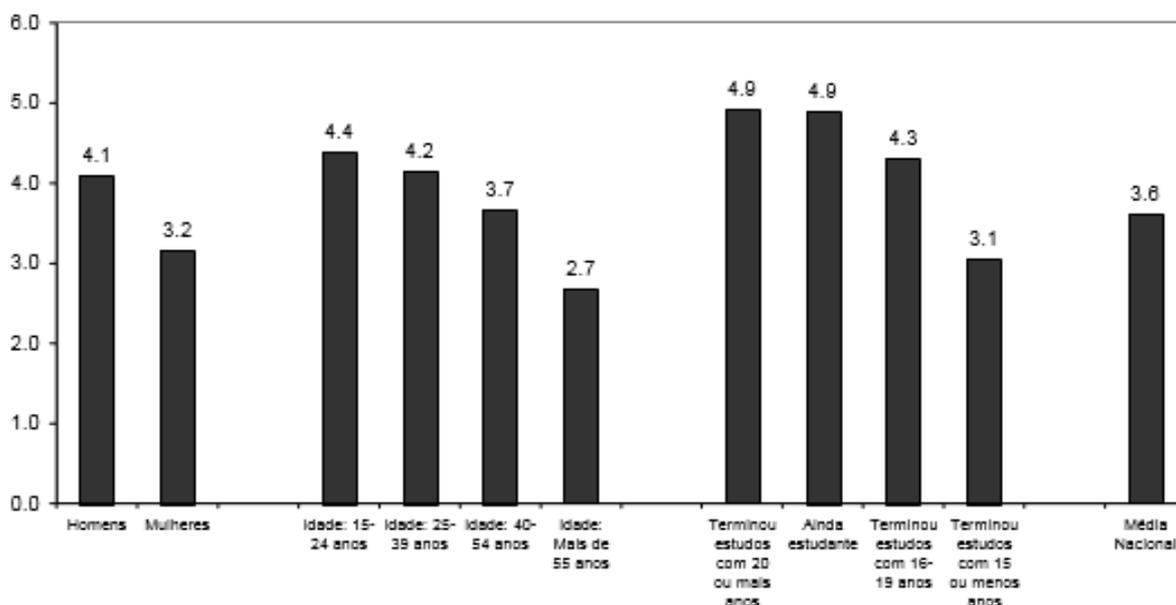
nomeadamente a atenção para a necessidade de manter a coesão europeia perante os desafios da actual situação internacional.”⁸⁹

Contudo, a falta de informação provém da falta de difusão, ou da falta de interesse por parte das pessoas?

A difusão de informação deve ser a preocupação central de uma estratégia de informação, dando especial preferência à TV e aos jornais que são os meios de comunicação preferidos para receber informações da UE.

Relativamente aos portugueses e à informação que têm sobre a UE, em 2003 sentiam-se distantes do assunto, considerando-se pouco informados sobre a temática europeia⁹⁰. Comparando com a média europeia, abaixo dela encontravam-se a Suécia, a Espanha e Portugal. Possivelmente a falta de conhecimento, aliado à dificuldade das questões postas, levaram a um sentimento ainda maior da falta de informação sobre a UE.

Gráfico 3.2.1: Sentimentos dos inquiridos sobre o seu grau de informação sobre a UE, Outubro 2003 (valor médio, escala de 1 a 10)



Fonte: Eurobarómetro 60.1. Relatório nacional – Portugal.

⁸⁹ CE, Eurobarómetro 60.1 Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional. Outono 2013, p.26.

⁹⁰ Ver anexo 10.

Através do gráfico 3.2.1, pode-se concluir que existem baixos níveis de cidadania política pela parte dos portugueses, havendo como solução de combate, a implementação de estratégias viradas a certas faixas populacionais.

Os portugueses em 2003, também eram fracos utilizadores das novas tecnologias, tendo uma forte dependência da TV como fonte de informação. Uma outra fração da população portuguesa, adquiriu a maior parte da informação acerca da UE, através de discussões com amigos e família sobre o assunto. Houve muito pouco peso dos outros meios de comunicação, no que diz respeito à difusão de informação sobre a UE.

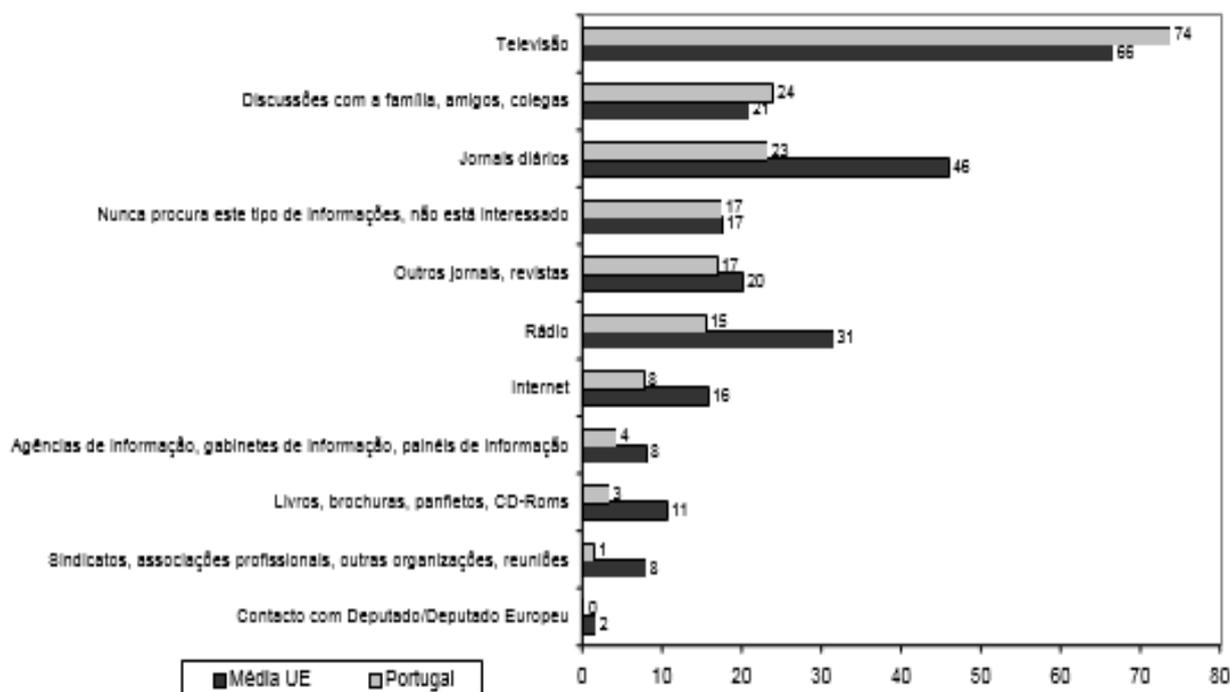
“... desinteresse manifestado por estes grupos (idosos, domésticas...)por mais informação sobre a UE reflecte a sua percepção de que esta informação nenhum benefício lhes poderá trazer,”⁹¹

São alguns grupos sociodemográficos particulares que consideravam que os meios de comunicação falavam em demasia sobre a UE – mulheres, idosos, menos instruídos, domésticas e reformados⁹². Nestes casos particulares, deveria alterar-se os hábitos que se encontravam enraizados, sendo exigido para isso um processo bastante moroso mas que fizesse essas pessoas, ao longo do tempo, terem um ponto de vista diferente.

⁹¹ CE, *Eurobarómetro* 60.1 Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional. Outono 2013, p.33.

⁹² Ver anexo 11.

Gráfico 3.2.2: Fontes de informação sobre a UE, 2003 (%s; pergunta de resposta múltipla)



Fonte: Eurobarómetro 60.1. Relatório nacional – Portugal.

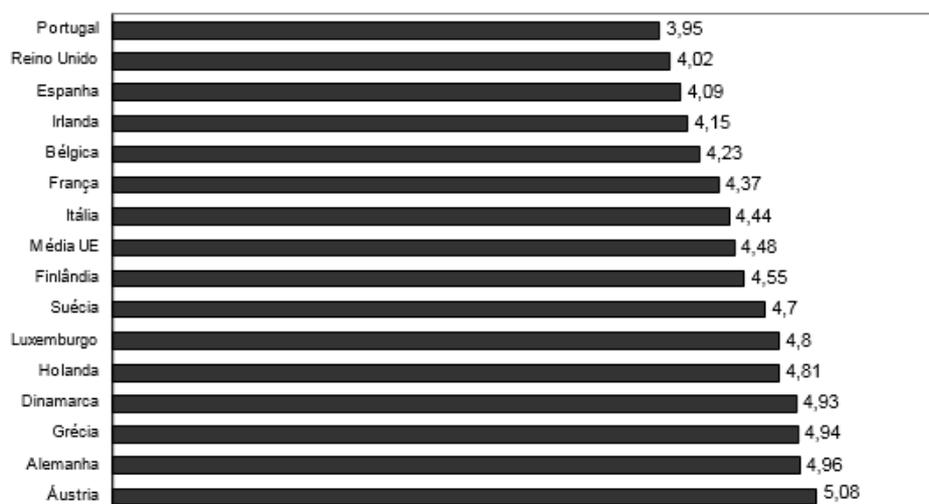
Em suma, o que podemos retirar deste relatório de 2003, é que existe uma falta de conhecimento generalizada e que deverão de ser aplicadas várias estratégias para melhorar este aspeto. Como a TV era e continua a ser o meio mais usado, deveria existir uma estratégia onde a televisão estivesse mais implicada, como por exemplo, programas que apelem à Europa e às instituições europeias, coisa que hoje em dia já se começa a verificar. A imprensa apresentava valores fracos de utilização, remetendo por sua vez para o povo português, que era um fraco consumidor de jornais. Neste ano, também podemos concluir que Portugal era dos EM que mais confiava na UE, afirmando que era benéfico fazer parte dela.

3.2.2. Eurobarómetro 61 – Relatório Nacional (primavera 2004)

O ano de 2004 é bastante importante de analisar, isto porque a 12 de junho se iriam realizar as eleições para o PE e seria neste ano que a Europa se tornaria na Europa dos 25, com a adesão de dez novos EM.⁹³

Até então, como no relatório anterior analisado, os portugueses continuavam a ser dos que mais confiavam na EU. Contudo, já se sentiam efeitos da crise económica, como a ascensão do desemprego. Houve uma ligeira subida do sentimento de informação sobre a União Europeia e as suas instituições mas, Portugal continuava a ser dos países que se encontrava em campo negativo, sendo dos que mais afirmam “não saber nada”, como se verifica no gráfico 3.2.3.

Gráfico 3.2.3: Sentimento de informação sobre a UE e as suas instituições (média; escala de 1 a 10, em que 1 corresponde a “não sabe nada” e 10 a “sabe muito”)



Fonte: Eurobarómetro 61. Relatório nacional – Portugal.

Relativamente ao alargamento que se iria suceder, a nível integral, havia o objetivo de tentar tranquilizar os mais cétricos/negativistas. Contudo, a maioria dos portugueses sabiam muito pouco sobre este assunto.⁹⁴ As diferenças de informação nos grupos sociodemográficos continuavam.

⁹³ Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslovénia e Eslováquia.

⁹⁴ Ver anexo nº 12 e nº 13.

“... as mulheres, os aposentados, os inquiridos com baixos níveis de instrução, mas também as domésticas e os inquiridos com mais baixos rendimentos, sentem-se menos informados sobre o alargamento.”⁹⁵

Ao questionar as pessoas sobre as instituições, a bandeira europeia, as eleições europeias, entre muitas outras perguntas, a maioria dos inquiridos acertou, ultrapassando até a média europeia⁹⁶. Mas, houve uma questão que ultrapassou a média europeia (17%), numa perspetiva negativa, foi a seguinte: o presidente da CE é eleito pelos cidadãos da UE? (comparando com a média europeia, 27% dos inquiridos portugueses errou nesta questão.)

“...evolução positiva no que se refere ao interesse por estas questões: (...) percentagem de portugueses que afirma nunca procurar informações sobre a UE baixou e está a níveis idênticos aos europeus.”⁹⁷

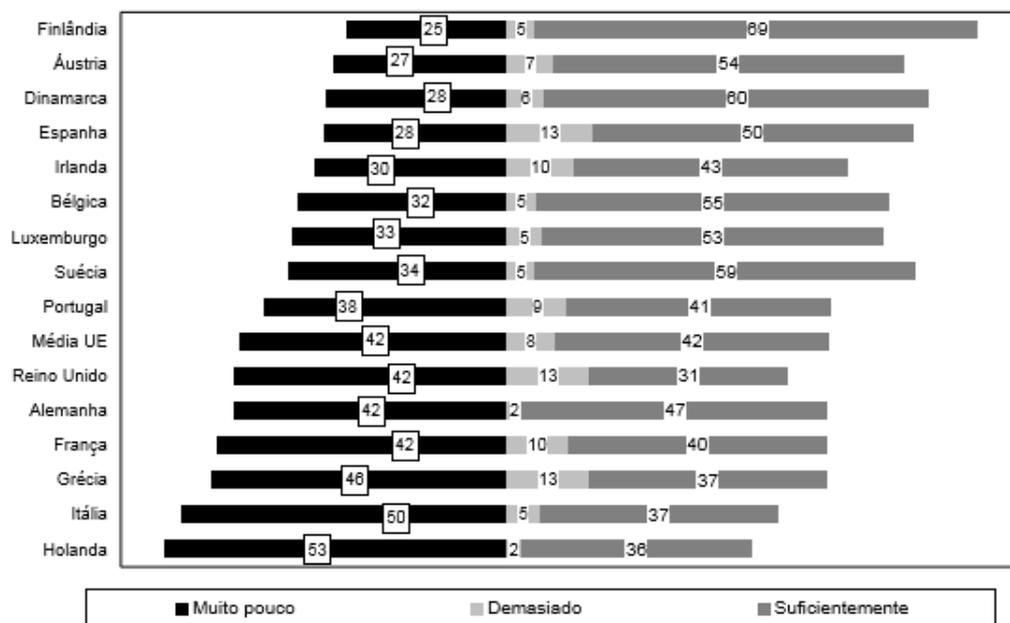
A televisão continuava a ser a meio mais utilizado e no que os portugueses mais confiavam. Ao perguntar aos inquiridos qual a intensidade com que os meios de comunicação social nacionais falavam da UE, 38% afirmavam que os *media* falavam muito pouco sobre o assunto, 41% diz que lhe era conferido o tempo suficiente e 8 % dos inquiridos, afirmavam que se fala em demasia sobre a União Europeia.

⁹⁵ CE, *Eurobarómetro* 61 Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional.Primavera 2004, p.16.

⁹⁶ Ver anexo 14.

⁹⁷ CE, *Eurobarómetro* 61 Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional.Primavera 2004, p.24.

Gráfico 3.2.4: Intensidade com que os meios de comunicação social nacionais falam da UE



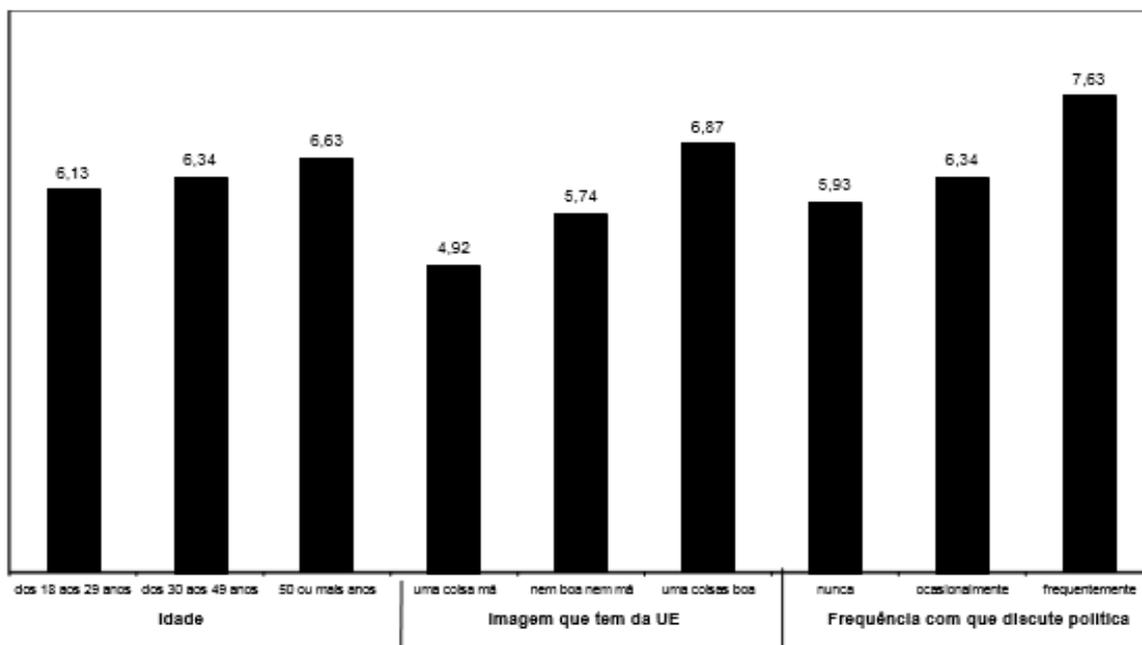
Fonte: Eurobarómetro 61. Relatório nacional – Portugal.

No que concerne às fontes de informação, em 2004 os portugueses liam pouco, ouviam pouca rádio e navegavam pouco na internet.

Relativamente às eleições de 2004, também foi realizado um estudo onde se verificou que as eleições teriam níveis bastante elevados de abstenção. Havia um desinteresse geral sobre os temas europeus.

Assim sendo, Portugal não dava prioridade aos assuntos Comunitários. O seu desinteresse era maior do que o da generalidade dos europeus. Outra das justificações para este acontecimento, era o facto de as campanhas eleitorais europeias, aliciarem mais ao voto através do debate sobre temas nacionais, enquanto não se dava o devido ênfase à natureza da campanha. O afastamento que havia entre os EDs e a população, a questão da idade (os jovens votavam menos), explica mais uma das razões para a abstenção.

Gráfico 3.2.5: Probabilidade média de votar nas eleições europeias por grupos (valor médio; escala de 1 a 10; 1 corresponde a “não votaria certamente” e 10 a “votaria certamente”)



Fonte: Eurobarómetro 61. Relatório nacional – Portugal.

A partir deste ponto e da análise feita, pode-se concluir que deveria de ser elaborada uma estratégia, para incentivar os mais jovens ao voto.

Será que este desinteresse pela União Europeia irá continuar? Será que a população portuguesa irá insistir em continuar a acreditar e a ter confiança nas notícias televisão? Nas informações que se abordavam sobre a Europa?

3.2.3. Eurobarómetro 62 – Relatório Nacional (outono 2004⁹⁸)

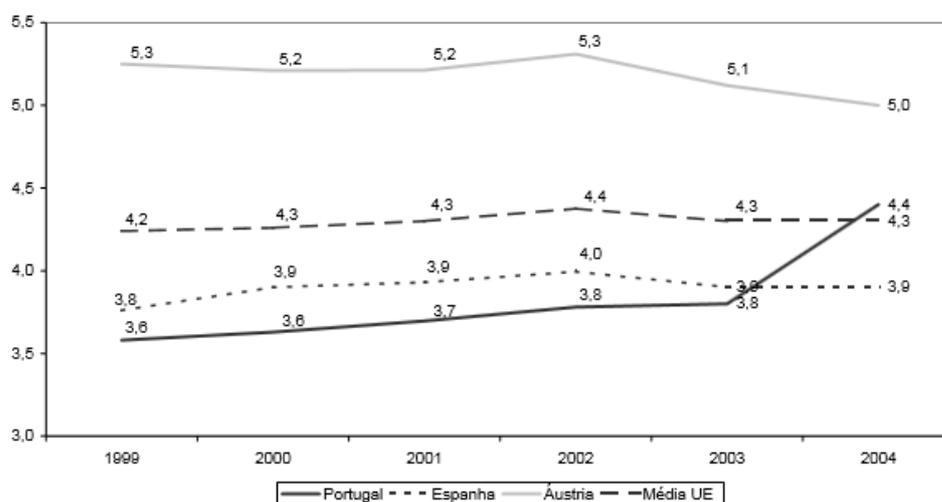
Continuando no mesmo ano, e numa fase pós-eleitoral, analisemos se a opinião portuguesa continuava a ser a mesma.

⁹⁸ Ler: SCHMITT, Hermann (2005). *As eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu: ainda eleições de segunda ordem?*. *Análise Social*, vol. XL (1777), 2005, 765-794.

A nível de pertencer à UE ser um acontecimento positivo e dos grupos sociodemográficos pouco informados, mantém-se o mesmo patamar que nos relatórios anteriores. O objetivo da informação chegar a público específico, também se mantém

Contudo, verifica-se uma evolução positiva no que concerne ao sentimento de informação. Uma possível explicação para este facto, são as eleições europeias e a ida de Durão Barroso para a presidência da Comissão.

Gráfico 3.2.6: Evolução dos sentimentos dos inquiridos sobre o grau de informação sobre a UE, 1999-2004



Fonte: Eurobarómetro 62. Relatório nacional – Portugal.

Positivamente, também se verifica que os portugueses já tinham um reconhecimento das instituições da União Europeia, superior que à média. Houve uma melhoria do conhecimento a nível da instituição.⁹⁹ Assim sendo, começou-se a verificar alguns frutos sobre a estratégia de comunicação, relativamente às instituições europeias.

Fontes de informação mais usadas pelos portugueses:

1º) Televisão

2º) Jornais

3º) Rádio

⁹⁹ Ver anexo nº 15.

Ainda assim, como se pode verificar, os portugueses continuavam a usar a televisão como principal fonte de informação. Assim sendo, qualquer estratégia de comunicação da União que pretendesse atingir um público alargado, teria de passar pela TV.

3.2.4. Eurobarómetro 63.4 – Relatório Nacional (primavera 2005)

A confiança elevada na UE como se verifica nos anos anteriores, manteve-se elevada neste ano, concluindo-se que a estratégia de comunicação em geral foi bem-sucedida. Porém, continuava a haver assimetrias nos diferentes grupos sociodemográficos, tendo de se realizar uma especial incidência nos respetivos grupos.

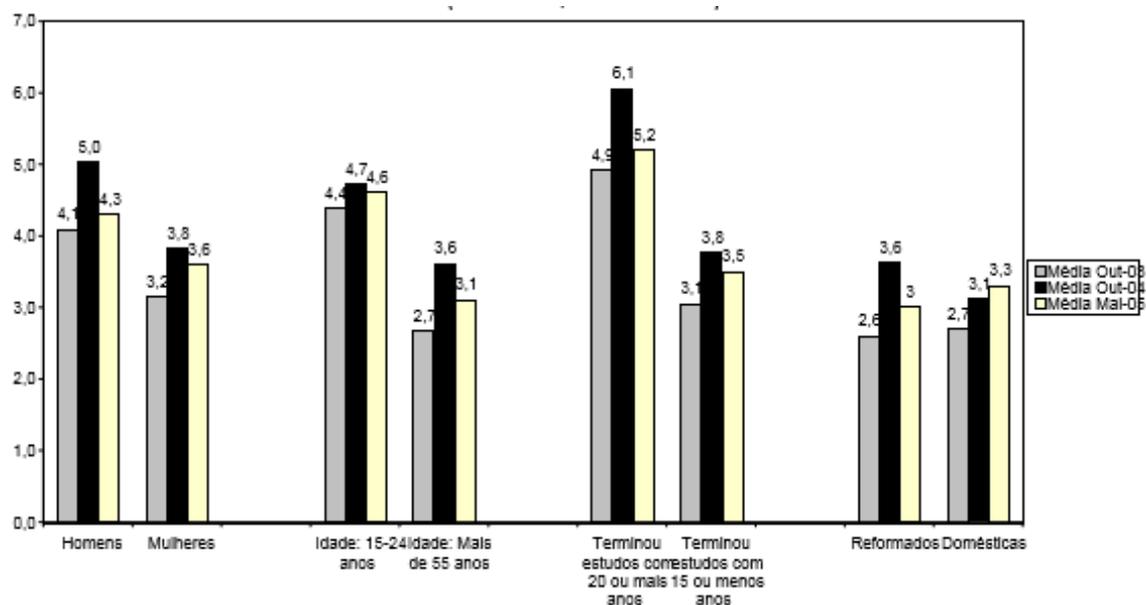
Os portugueses tinham uma fraca pertença europeia, tendo de os fortalecer através de programas de estimulação da “identidade europeia”, que por sua vez, leva a uma opinião e um conhecimento mais abrangente sobre as várias instituições. Assim sendo, a UE nesse aspeto tinha um papel importante a desempenhar.

“...divulgação dos programas de que dispõem para intervir ao nível das áreas vistas como mis problemáticas. Aumentar a visibilidade dos esforços feitos no sentido da resolução dos problemas do desemprego e das desigualdades sociais poderá favorecer a melhoria da avaliação da actuação da UE.”¹⁰⁰

Apesar de se verificar uma subida no sentimento de informação, o problema de determinados grupos sociodemográficos persiste, como podemos verificar no gráfico que se encontra na página seguinte.

¹⁰⁰ CE, *Eurobarómetro 63.4* Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional. Primavera 2005, p.26.

Gráfico 3.2.7: Sentimentos dos inquiridos sobre o seu grau de informação sobre a UE (valor médio, escala de 1 a 10)



Fonte: Eurobarómetro 63.4. Relatório nacional – Portugal.

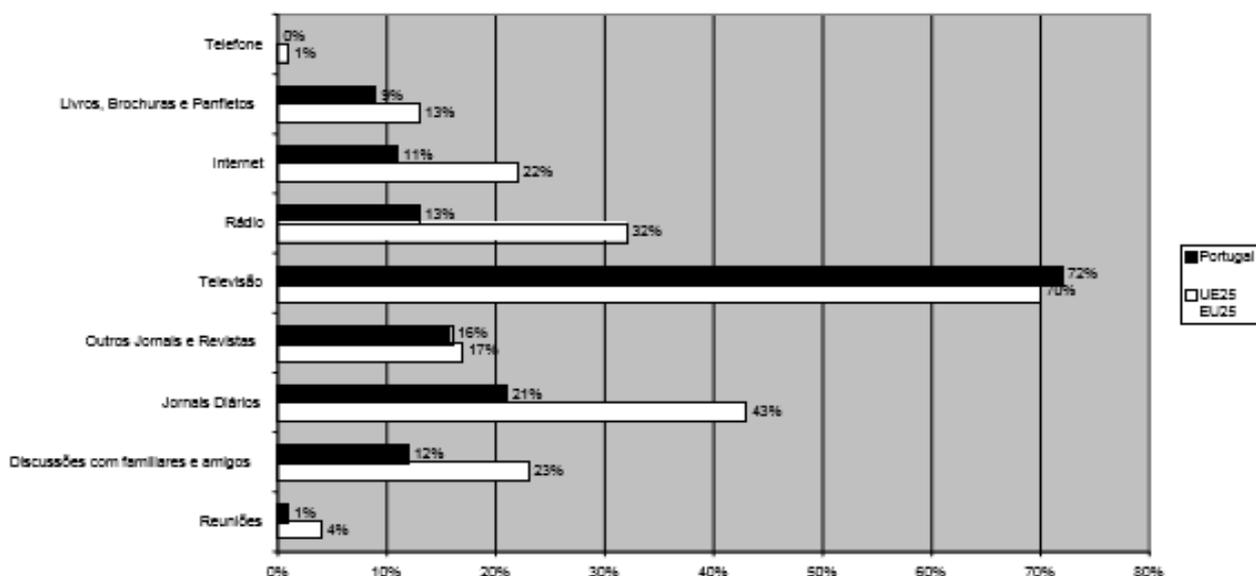
É bem patente o declínio na média nacional, sendo refletida por um menor sentimento de informação a quase todos os grupos. Contudo, destacam-se as áreas dos menos instruídos e das mulheres pelo resultado baixo, mas contrastando com os reformados e nos mais idosos, o sentimento de informação baixou ainda mais, comparando com os *Eurobarómetros* anteriores.

Os portugueses, continuam a ser os que a nível europeu mais instituições conhecem e também os que continuam a não saber, onde é gasta a maior fatia do orçamento europeu, afirmando que é no PE.¹⁰¹

A nível das fontes de informação preferenciais, a TV continua a dominar seguido de valores bastante inferiores à média europeia dos jornais diários, da rádio e da internet. No fundo, os portugueses estavam pouco expostos a outros meios de comunicação.

¹⁰¹ Ver anexos 16 e 17.

Gráfico 3.2.8: Fontes de informação sobre a UE



Fonte: Eurobarómetro 63.4. Relatório nacional – Portugal.

Assim sendo, como forma de implementação de uma estratégia, havia a necessidade de se realizar uma centralização nas questões mais específicas do funcionamento europeu, como por exemplo, a questão orçamental, que um número grande de pessoas desconhecia.

3.2.5. Eurobarómetro 65 – Relatório Nacional (primavera 2006)

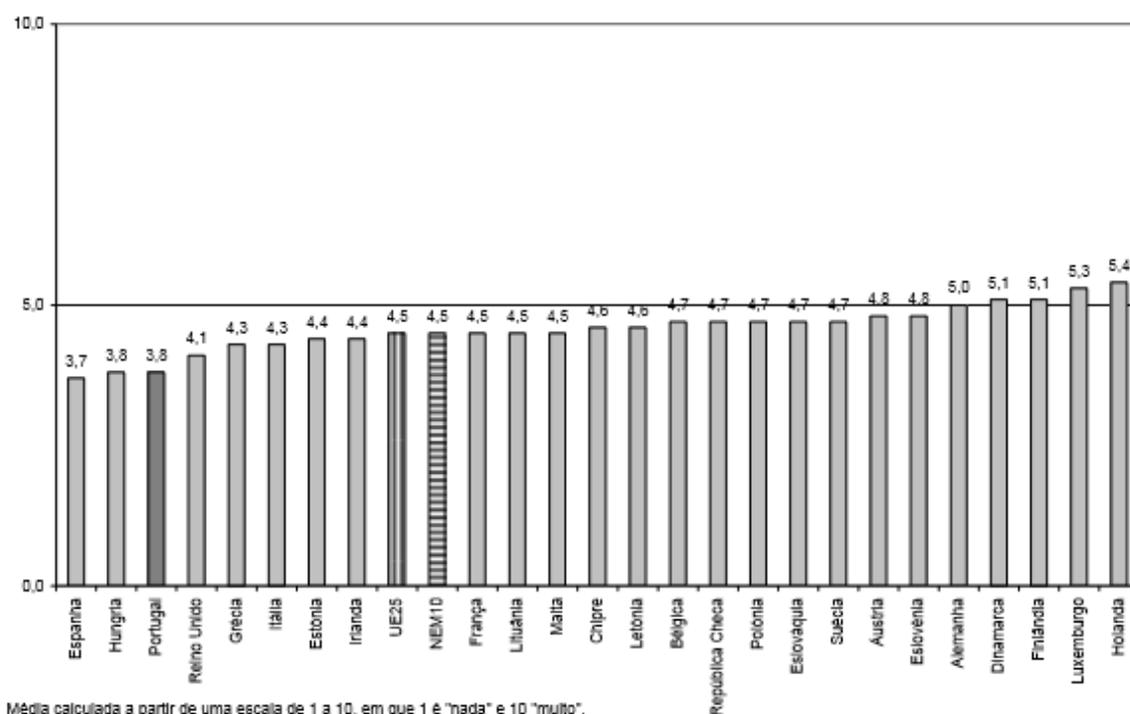
Como se verifica nos relatórios anteriores, os níveis de confiança na UE continuavam em alta. Ainda assim, era necessário a continuação de ações que informassem os cidadãos dos projetos europeus, realização de debates e a continuação no aumento do acesso à informação sobre a UE, divulgando vários planos e medidas.

“... poder-se-á apostar numa maior divulgação dos planos e das medidas de fomento do emprego e de mitigação de pobreza e da exclusão social, para que os cidadãos compreendam que as prioridades que estabeleceram estão, de facto, a ser entendidas e tratadas como prioridades pela UE.”¹⁰²

¹⁰² CE, Eurobarómetro 65 Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional. Primavera 2006, p.37.

O grau da informação de que a população dispunha, era um indicador fundamental, para se entender o quanto bem informados estavam, acerca desta instituição. Assim sendo, verificou-se que em 2006 Portugal continuava a ser dos países onde as pessoas menos sentiam saber sobre a UE, conjuntamente com a Espanha e a Hungria. No lado oposto, os países membros que se sentiam mais bem informados, eram a Holanda, Luxemburgo, Finlândia, Dinamarca e Alemanha.

Gráfico 3.2.9: Média do que os cidadãos sentem saber sobre a UE, as suas políticas e instituições



Fonte: Eurobarómetro 65. Relatório nacional – Portugal.

A maioria dos portugueses, na altura, já tinha ouvido falar das principais instituições europeias e não entendiam o funcionamento da UE. Assim sendo, verificava-se a falta da propagação de informação. Sendo Portugal um dos países onde mais se utilizava a TV, havia uma grande falta de iniciativa, de criação de programas que explicassem o funcionamento interno da Europa, a opinião pública, etc... Hoje em dia, este aspeto foi bastante melhorado, havendo uma vasta programação sobre a Europa, a atualidade da crise que certos países europeus estão a passar, entre outros aspetos.

Comparando as atitudes da população neste ano de 2006, e a atitude que a população tem nos dias de hoje, vemos que em 2006, havia um grande desconhecimento das coisas, enquanto que hoje, as atitudes são um produto de procedimentos políticos.

“ – Desde 1999, a TV tem sempre ocupado um lugar de destaque, como fonte de informação entre os portugueses, voltando nesta Primavera a observar-se os valores elevados de 2004.

- A imprensa, que conheceu um pico de utilização como fonte em 2004, aparenta estar em evolução descendente.

- A rádio, que não é referida por mais de um quinto dos portugueses desde a viragem do século, aproxima-se novamente dos vinte pontos percentuais.”¹⁰³

Estes factos acima descritos variam entre o sexo e as idades. Dos vários grupos sociais, os homens e inquiridos mais escolarizados, usam os três meios de comunicação (TV, imprensa e rádio). Já os mais jovens, utilizam mais a TV. De referir que a imprensa era mais usada nas grandes cidades urbanas. É neste contexto que surge o já referido, princípio de inclusão *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia*, onde o objetivo a atingir, era o de todos os cidadãos terem o direito ao acesso à informação.

3.2.6. Eurobarómetro 68 – Relatório Nacional (outono 2007)

No início de 2007, houve um novo alargamento europeu, aderindo a Bulgária e a Roménia, passando a ser a Europa dos 27.

No segundo semestre do mesmo ano, Portugal assumiu a presidência do Conselho da União Europeia. Nesta altura, a Europa estava a atravessar um momento bastante delicado e de impasse político, provocado pela rejeição do Tratado Constitucional em França e na Holanda. Simultaneamente, também se estava a começar a sentir o avizinhar de período de crise.

Por conseguinte, voltando ao estudo dos *media* face a Portugal, ainda havia várias estratégias a desenvolver.

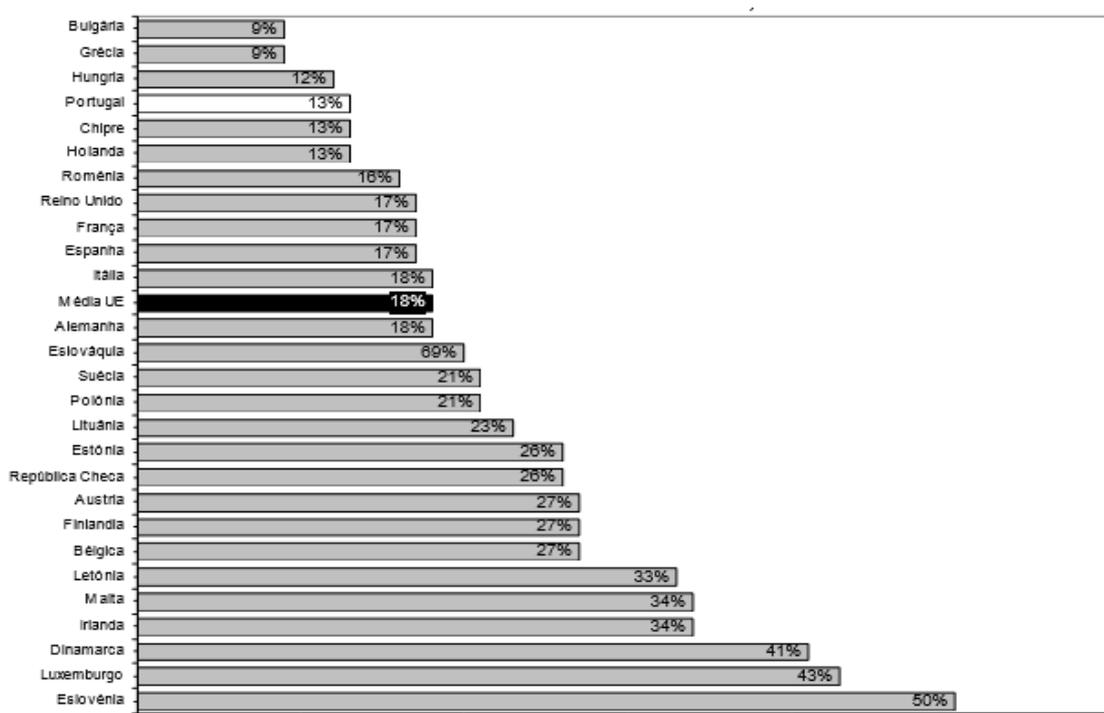
¹⁰³ CE, *Eurobarómetro 65* Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional. Primavera 2006, p.45. Ver anexo 18.

Os grupos sociais com menos recursos (educacionais, de rendimento), os que habitavam no interior do país e os mais idosos, demonstravam ser os mais pessimistas face aos vários acontecimentos Europeus.

Contudo, será que através da presidência portuguesa na UE, os padrões de conhecimento sobre a mesma, subiram nos portugueses?

A nível do grau de informação (ver gráfico 3.2.10) que os indivíduos possuíam, Portugal era dos países onde a percentagem era das mais baixas. Apesar disso, a perceção da informação, ainda em campo negativa, tinha aumentado de 9% para 13%.

Gráfico 3.2.10: Sentimento de informação sobre a UE (% de inquiridos que afirmaram que as pessoas no seu país estão “muito bem informadas” ou “bastante bem informadas”)



Fonte: Eurobarómetro 68. Relatório nacional – Portugal.

No que concerne ao entendimento sobre o funcionamento da UE, o padrão era negativo (32%). Comparando com o *EB* anterior, este padrão desceu drasticamente (de 41% para 32%).¹⁰⁴ Já o conhecimento, apresentava uma variação de acordo com as características sociodemográficas: escolaridade, sexo, idade, local de residência e profissão.

¹⁰⁴ Ver anexo 19 e 20.

A confiança na TV continuava bastante elevada, persistindo a pouca confiança na internet.¹⁰⁵ Porém, ao analisar vários gráficos, verifica-se que houve um aumento de percentagem de indivíduos que não confiavam nos meios de comunicação social.

Portugal, na representação da UE nos *media*, tinha uma cobertura de imprensa insuficiente (41%) e pouca abordagem por parte da rádio (41%). A nível da televisão, 41% dos inquiridos afirmou que gostariam de ter recebido mais informação, enquanto que 44% considerou a cobertura satisfatória.

Em suma, neste relatório os portugueses afirmavam que a informação sobre a UE era claramente insatisfatória, como também não compreendiam o funcionamento da União e que havia falta de informação sobre a presidência portuguesa na União.

“...a Comissão pode, e deve, reforçar a quantidade de informação facultada aos cidadãos através dos média, por exemplo através da promoção e patrocínio de programas televisivos e radiofónicos, da oferta de publicações sobre questões europeias juntamente com os jornais e revistas.”¹⁰⁶

3.2.7. Eurobarómetro 70 – Relatório Nacional (outono 2008)

Com o atenuar da crise, a opinião pública estava a começar a expressar um pessimismo generalizado. Para evitar esse pessimismo, seriam necessárias medidas e resoluções adaptadas, que poderiam ter impacto na vida quotidiana de cada um, tanto a curto como a longo prazo. Uma das soluções, seria dar a conhecer os benefícios dos quais Portugal usufruiu e usufrui ao pertencer à UE, tal como os caminhos que a Europa estaria a seguir.

As campanhas deveriam ter um especial enfoque nos cidadãos mais velhos, menos escolarizados e sem ligação ao mundo do trabalho (desempregados, domésticas). Teria de haver estratégias de comunicação, que abordassem de forma diferente a situação, consoante os grupos sociodemográficos. Importante também, seria esclarecer as dúvidas à população, para aumentar o conhecimento concreto, neste caso, de eventuais benefícios/custos de um possível novo alargamento.

¹⁰⁵ Ver anexo 21 e 22.

¹⁰⁶ CE, *Eurobarómetro 68* Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional. Outono 2007, p.48.

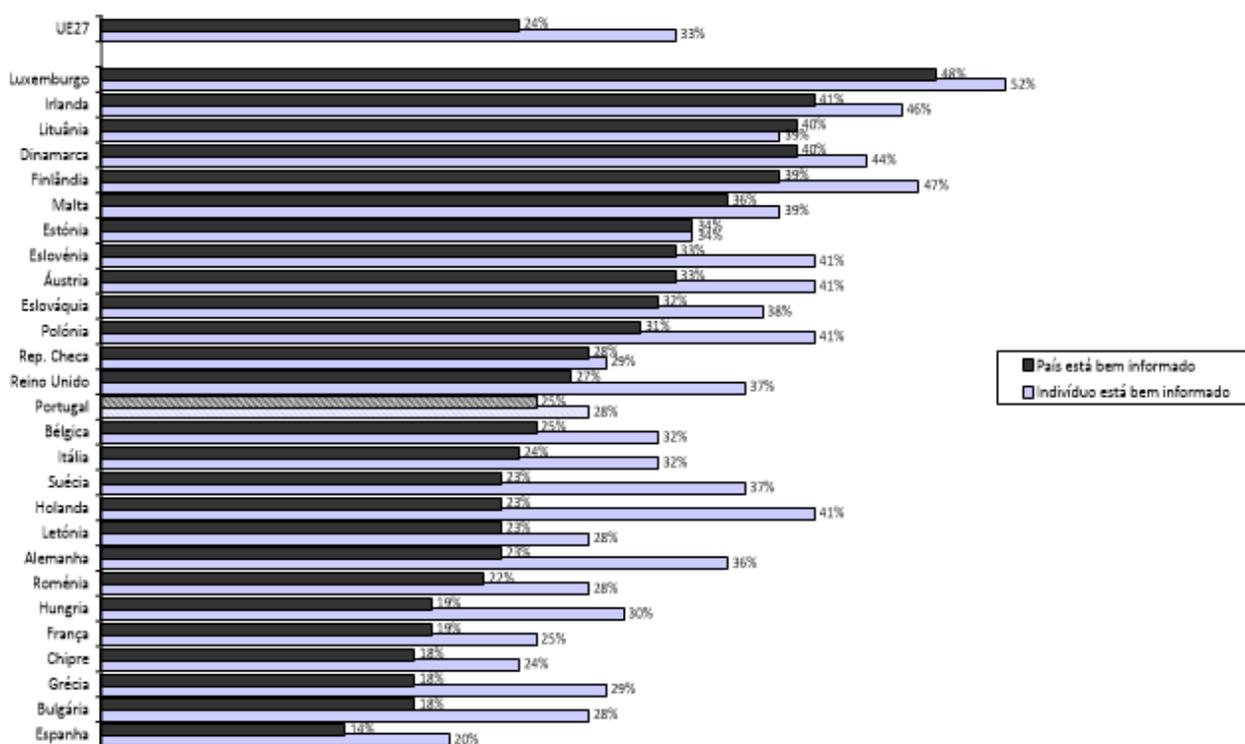
Contudo, é pertinente questionar, sabendo o que após 2008 surgiu, seria esta a estratégia mais eficiente? Será que ela deu frutos perante o povo português?

Fazendo uma retrospectiva dos relatórios aqui referenciados, este último demonstra um crescendo de pessimismo do povo português, o que nos anos anteriores não se verificava, tendo sido Portugal dos países que mais confiavam na UE e nas suas instituições.

3.2.8. Eurobarómetro Standard 76 – Relatório Nacional (outono 2011)

Relativamente ao sentimento de informação dos portugueses sobre os assuntos europeus, este continuava em campo negativo, apesar de ter melhorado, em comparação ao EB74 (feito em novembro de 2010).

Gráfico 3.2.11: Sentimento de informação sobre assuntos europeus (% de inquiridos que responderam “muito bem” ou “bem”)

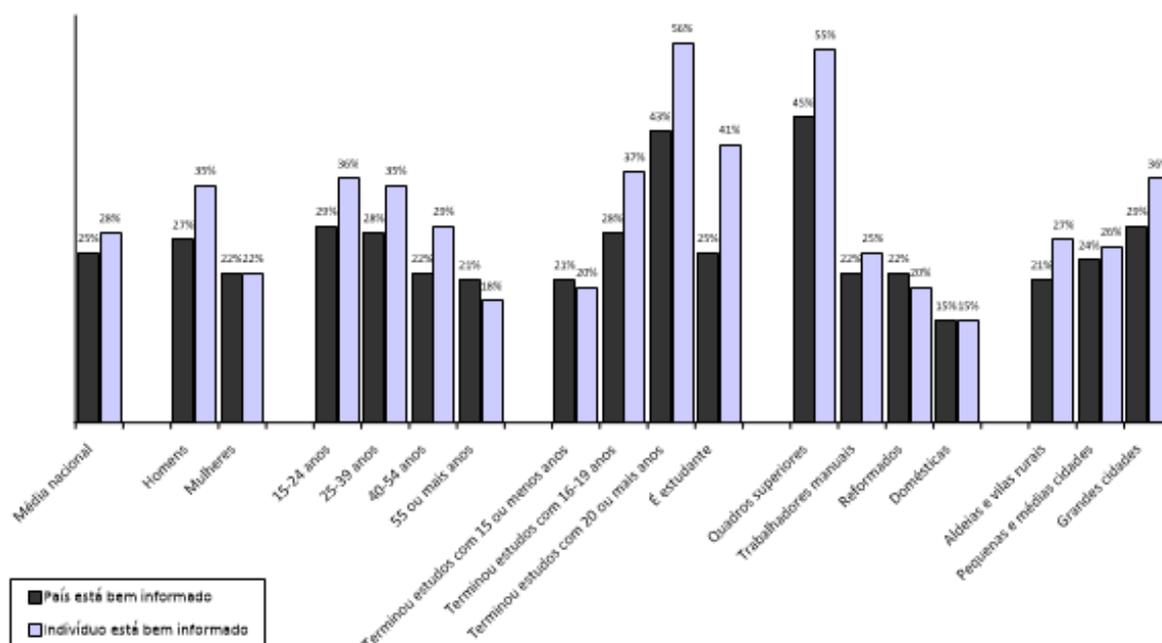


Fonte: Eurobarómetro Standard 76. Relatório nacional – Portugal.

Como já referido ao longo da análise aos diferentes relatórios, o sentimento de informação persistia a não ser igual em todos os grupos populacionais. Como menos

informados, continuavam os reformados, as domésticas e os menos escolarizados. As pessoas mais bem informadas, eram as pertencentes aos quadros superiores e aos mais escolarizados.

Gráfico 3.2.12: Sentimento de informação sobre assuntos europeus por grupos sociodemográficos (% de inquiridos que responderam “muito bem” ou “bem”)



Fonte: Eurobarómetro Standard 76. Relatório nacional – Portugal.

Através da citação abaixo descrita, que se encontram neste *EB*, facilmente se chega à conclusão que a TV continuava a predominar como a mais forte fonte de informação sobre a UE. No que concerne à rádio e ao uso da internet, os resultados continuavam baixos, especialmente no uso da internet onde os portugueses demonstravam pouco interesse.¹⁰⁷

“...em Portugal a televisão apresenta um papel muito mais central no conjunto de fontes de informação do que na generalidade dos países.” (...) “...Portugal é o único país da UE onde a televisão é mais usada do que o conjunto dos outros meios (imprensa, rádio, internet) para obter informação sobre assuntos políticos europeus.”¹⁰⁸

¹⁰⁷ Ver anexo 23.

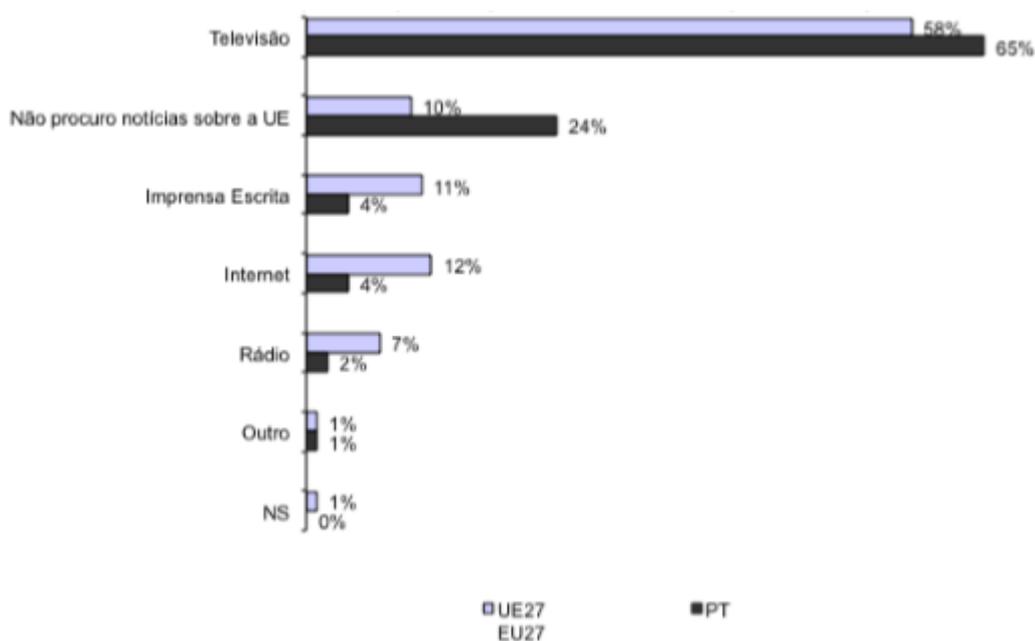
¹⁰⁸ CE, Eurobarómetro 76 Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional. Outono 2011, p. 3 e 4.

Cerca de 16% da população inquirida, não procurava qualquer tipo desta informação, sendo muito poucos os que participavam ativamente em conferências, debates e reuniões sobre a vida europeia (Portugal foi dos poucos países europeus em que estes meios foram referidos). Por fim, as redes sociais nesta altura, ainda tinham pouca adesão no que concerne a assuntos europeus.

3.2.9. Eurobarómetro Standard 78 – Relatório Nacional (outono 2012)

No outono de 2012, a televisão continuava no seu ritmo constante, sendo o meio de comunicação mais utilizado, e usado para procurar informação sobre a UE.

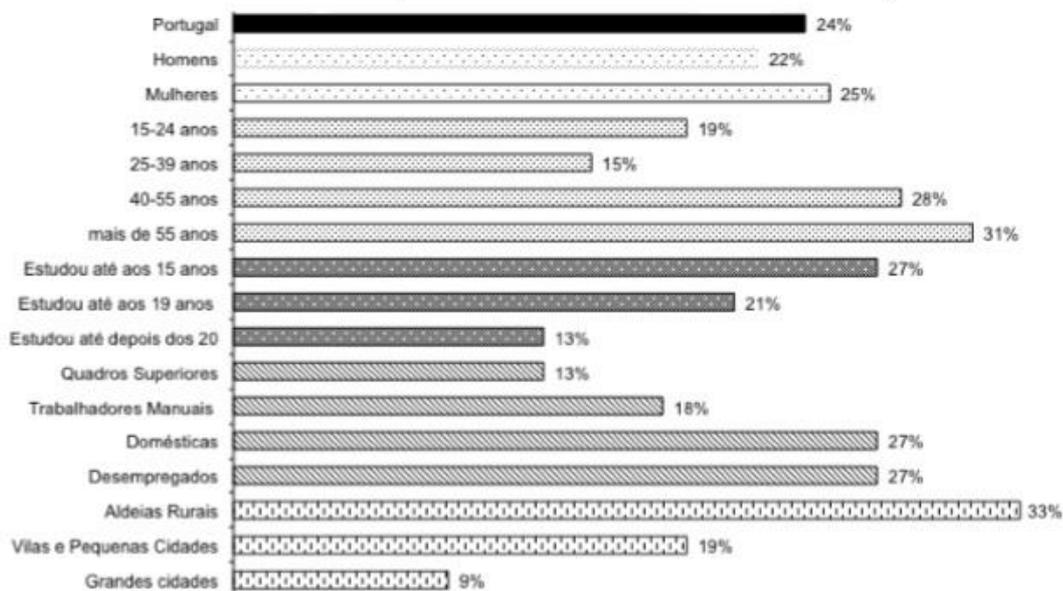
Gráfico 3.2.13: Os *media* privilegiados para procurar informação sobre a UE (% de inquiridos que afirma usar cada tipo de medida)



Fonte: Eurobarómetro Standard 78. Relatório nacional – Portugal.

Como se pode verificar no gráfico 3.2.13, em primeiro lugar encontrava-se a TV (65%), seguida da imprensa escrita e da internet, com a mesma percentagem (4%). Em último, ficou a rádio (2%) e cerca de 24% da população não procurava qualquer tipo de informação sobre a UE.

Gráfico 3.2.14: “Não procuro notícias sobre assuntos políticos europeus” (% que concorda por grupos sociodemográficos em Portugal)



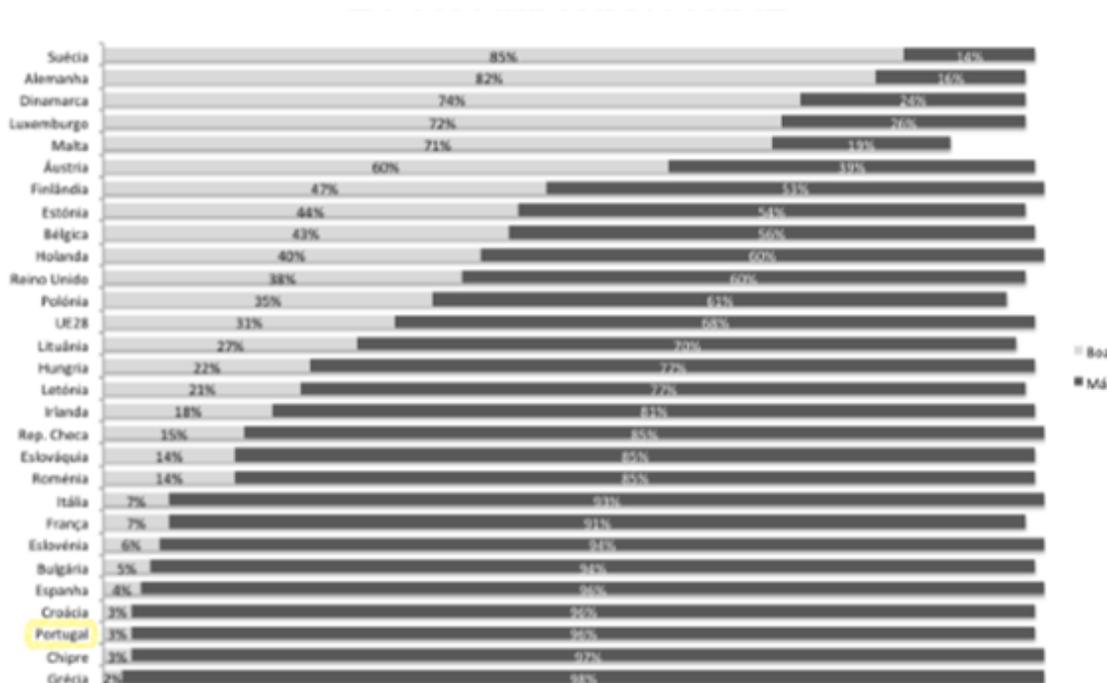
Fonte: Eurobarómetro Standard 78. Relatório nacional – Portugal.

Relativamente às pessoas que não procuravam qualquer tipo de informação, estas continuavam a ser principalmente os idosos, habitantes de aldeias rurais, os menos escolarizados, as domésticas e os reformados.

3.2.10. Eurobarómetro Standard 80 – Relatório Nacional (outono 2013)

Neste último *EB* a analisar, verificou-se que os portugueses começaram a ter uma imagem bastante negativa da UE, observando-se que a nível geral dos EM, também existiu um declínio. Esta descida, é justificado pela crise que o país passa e à austeridade que foi implementada pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Gráfico 3.2.15: Avaliação da situação atual da economia nacional.



Fonte: Eurobarómetro Standard 80. Relatório Nacional – Portugal.

Em suma, a população afirmava que a UE estaria a tomar o caminho errado, tendo por base, associado o forte aumento do desemprego.

Assim sendo, o otimismo inicialmente existente nos primeiros relatórios analisados, correspondiam à situação atual? Estariam os portugueses suficientemente informados para opinarem sobre estes assuntos? Ou seriam os media que influenciavam a população, para que o indivíduo visse o processo português na Europa com bons olhos?

3.3. Conclusões a retirar sobre a análise dos relatórios

De 2003 a 2013, verifica-se que existiram certos resultados que continuaram sempre constantes. Caso disso é o uso da televisão. A maioria dos portugueses, utilizava e ainda hoje utiliza a TV, como o seu meio de informação predileto. Num patamar bastante mais abaixo, encontram-se a imprensa e a rádio (e num período inicial, o uso da internet). É importante referir, que inicialmente a internet não era bem vista, devido ao seu difícil acesso e ao desconhecimento total de como utilizar este meio. Contudo, hoje em dia, a par da televisão também é dos meios mais utilizados para procurar informações sobre a UE e as suas

instituições. Com a globalização e o fácil acesso à informação, as pessoas vão à procura do saber, de alargar o seu conhecimento a vários campos, para saber realmente a origem desta crise europeia que tanto nos afetou e afeta.

Um outro ponto que continuou constante ao analisar os vários *EB*, é o facto dos extratos sociais mais baixos, terem menos acesso à informação. Nestes extractos, estão incluídos os idosos, mulheres, os menos instruídos, domésticas, reformados e os que vivem em ambientes rurais. De salientar que Portugal tem uma população bastante envelhecida¹⁰⁹, que demonstra na sua maioria pouco interesse sobre a vida política europeia. Assim sendo, deveria de se aplicar uma estratégia que causasse maior impacto nas faixas etárias mais altas, para tentar mudar as mentalidades. É claro que este é um trabalho, que requer uma mudança ao longo do tempo.

No que concerne ao sentimento de informação sobre a União Europeia, os portugueses encontravam-se sempre em campo negativo, constatando-se que a população se encontrava distantes sobre os assuntos europeus, pouco informados. Este aspeto alterou-se no ano de 2004, possivelmente devido à ida de Durão Barroso para a presidência da Comissão. A partir daqui, o sentimento de informação europeu esteve sempre em campo positivo, estando e sentindo-se os portugueses mais bem informados.

Inicialmente, Portugal era dos países que mais confiava na UE, o que mudou a partir de 2008, onde o pessimismo foi generalizado. Uma das explicações para este pessimismo crescendo, foi o fenómeno da crise europeia ter atingido Portugal em força, estando associado a este fenómeno também um aumento da imagem negativa da UE.

Em suma, verifica-se que hoje em dia, ainda existe uma falta de informação sobre a UE e as suas instituições, especialmente nos grupos sociodemográficos mais débeis, que aqui já foram referidos. Deverão ser criadas mais estratégias nesse âmbito, através da utilização da televisão, uma vez ser este o meio mais utilizado pela população portuguesa. Deveria de se apostar mais em programas que instruissem as pessoas sobre a União Europeia. Apesar desses programas existirem em canais como a *SIC Notícias*, *TVI24*, entre outros, estes são canais os quais nem toda a população tem acesso. Ou seja, deveria de se apostar mais neste tipo de programas em canais abertos ao público (neste caso a RTP1, RTP2, SIC e TVI). Apesar de na

¹⁰⁹ ROSA, Maria João Valente; CHITAS, Paulo (2013). *Portugal e a Europa: os Números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, Relógio D'Água Editores.

RTP2 existirem alguns programas sobre a UE, as suas instituições e debates entre os EDs sobre assuntos atuais europeus, penso que isso não seja o suficiente para incutir o conhecimento e o transmitir às pessoas.

Capítulo 4

Os media nos dias de hoje e a influência que exercem

Os meios de comunicação de massas e as redes sociais, hoje em dia dão uma resposta cada vez mais rápida e eficaz àqueles que procuram usufruir dela, sobretudo através da internet. Ao contrário do que se verificava há uns anos atrás, onde a população portuguesa não era muito adepta deste meio, hoje é utilizado por um número bastante alargado dos cidadãos.

É importante olhar-mos para o progresso dos *media* ao longo dos tempos, pois leva-nos a refletir sobre a nossa própria evolução.¹¹⁰

Os meios de comunicação, têm progredido de dia para dia, sendo considerados como recursos que permitem a comunicação entre pessoas, ajudando com o processo de transmissão de informação. É por esta razão, que os *media* exercem um papel crucial como elo de ligação entre o PE, as suas instituições e os cidadãos.

4.1. *Euronews*

Este canal, foi fundado a 1 de janeiro de 1993, tendo como objetivo, dar uma cobertura internacional dos eventos numa perspetiva europeia.

A *Euronews* emite 24h por dia, e tem nove idiomas fixos¹¹¹. Assim sendo, é um canal multilíngue pan-europeu de notícias e o primeiro do mundo a expandir-se em várias línguas.

Fig.7: logotipo do canal



¹¹⁰ Ler: FIGUEIREDO, Alexandre Miguel Pereira (2012). *A Construção Europeia no contexto das políticas para a Sociedade da Informação*. Dissertação de doutoramento defendida na FLUC, dezembro de 2012, Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação.

¹¹¹ Alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, português, russo, árabe e turco.

Contudo, nos cinco canais abertos existentes em Portugal, não há nenhum que dê um destaque principal à *Euronews*, a não ser a RTP2, que faz a transmissão simultânea do canal, duas vezes ao dia.

“No Euronews, saiba tudo o que se passa na Europa e no mundo

Um programa que resulta da parceria entre a RTP e a Euronews, com sede em Lyon e onde trabalham, entre outros, 16 jornalistas portugueses, não pertencentes à RTP.

As peças consideradas de maior interesse são enviadas diretamente pela Euronews, procedendo depois a RTP a uma triagem dessas notícias. As reportagens abrangem temas de interesse internacional, nacional, desportivo, cultural, entretenimento e até a previsão do estado do tempo na Europa.

A Euronews acompanha sempre todos os acontecimentos de relevo nacional.

De segunda a sexta feira, este é o serviço europeu de notícias, disponível em permanência na RTP 2.

Os destaques da política, do desporto, da ciência e muito mais, tudo para ver no Euronews.”¹¹²

Curiosamente, este canal tem algo de muito particular. A sua emissão é toda por imagens e não tem qualquer apresentador, havendo só como som de fundo a voz do repórter.

Televisões que incorporaram a Euronews à sua programação habitual:

- Arménia: ArmNews.Eu (transmitido em russo)
- Bósnia e Herzegovina: TVSA Sarajevo (transmitido em inglês)
- Chipre: CyBC2 (transmitido em inglês)
- Finlândia: Yle TV1 (transmitido em inglês e alemão)
- França: France 3 (transmitido em francês)
- Irlanda : RTÉ 1 e RTÉ 2 (transmitido em inglês)
- Itália: Rai 1 (transmitido em italiano)
- Malta: TVM (transmitido em inglês)
- Portugal: RTP2 (transmitido em português)
- República Checa: CT2 (transmitido em inglês)
- Roménia: TVR1 (transmitido em romeno)
- Rússia: EVK, KULTURA e RTR (transmitido em russo)

¹¹² Retirado do site da RTP: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p1118>

- Eslovénia: TV Koper (transmitido em italiano)
- Suíça: RSI La 1 e RSI La 2 (transmitido em italiano e alemão)
- Suíça: RTS Un (transmitido em francês e inglês)
- Suécia: TV4 Fakta (transmitido em inglês)

Relativamente à UE, a 21 de fevereiro de 2005, a *Euronews* assinou uma convenção da União Europeia, que exigia ao canal uma emissão de informações sobre a UE num mínimo de 10% da sua programação total. Assim sendo, é dado a este canal um estatuto de serviço público europeu de informação.

4.2. *Euranet Plus*

Tendo objetivos semelhantes aos da *Euronews*, a *Euranet Plus* é uma rádio composto por 15 organismos de radiodifusão, públicos e privados no domínio da UE. Esta emissora, atinge mais de 20 milhões de ouvintes diariamente.



Fig. 8 : logotipo da rádio.

Com podemos verificar na figura 9, esta rádio é difundida em 15 línguas oficiais da União Europeia, pelas rádios internacionais, nacionais e locais, transmitindo mais de 1.200h de conteúdo relacionado com a UE.

Em Portugal, a emissora que transmite os conteúdos da *Euranet Plus*, é a Rádio Renascença.

Fig. 9: Países onde a rádio é difundida



O seu objetivo, é de reforçar a sensibilização dos cidadãos da UE e fazelos entender os assuntos que lhes dizem respeito, isto através de uma alta qualidade de informação que transmitem, estimulando assim um intercâmbio de opiniões e de debates.

Tem a sua própria agência em Bruxelas – *News Plus Euranet* – e cobre os vários assuntos europeus, introduzindo uma nova dimensão para falar sobre a Europa, enriquecendo a cobertura com assuntos de uma visão realmente transnacionais que vão muito para além das fronteiras nacionais.

Assim sendo, tanto esta rádio como o canal *Euronews*, tentam ajudar a colmatar a falha de informação que existe entre a União Europeia e os seus cidadãos, promovendo por sua vez uma melhor compreensão da Europa.

4.3. Em Portugal, o que transmitem os *media* sobre a Europa e o PE?

Hoje em dia, se uma pessoa tiver curiosidade e quiser aprofundar o seu conhecimento sobre o PE e a sua estrutura, basta aceder à vasta plataforma chamada de internet, e todas as informações estão à distância de um “clic”.

Apesar ser uma coisa simples de se fazer, tem de se ter em conta os sites a que se vai aceder. Primeiramente, tem de se verificar se são as páginas credíveis e oficiais, como é o caso dos sites do PE, UE e CE.

Mas será que a maioria da população portuguesa, tem vontade ou sente necessidade de fazer as pesquisas por si próprias? Não será que existe um certo desinteresse sobre estes temas? Uma coisa é certa, não nos podemos esquecer que Portugal tem uma população bastante envelhecida, cuja mentalidade leva o seu tempo a mudar. Por outro lado, a pouca população jovem que ainda está no país, vai demonstrando um sério desinteresse nestes temas.

Será a crise a grande culpada do desinteresse estar a aumentar, tal com a exponencial abstenção que se verifica nas eleições para o PE?

Como foi observado, anteriormente a razão da abstenção era a existência de um elevado número de analfabetização e a falta de informação, por não se dar a devida importância aos acontecimentos que decorriam no país. Na minha perspetiva, uma das principais falhas destes tempos, esteve relacionado com os políticos que até então governavam o país. Em vez de aludirem aos marcantes acontecimentos que se estavam a

sucedem, ignoraram-os. Assim sendo, havendo uma certa justificação para a abstenção de há umas décadas atrás, qual é a desculpa para os dias de hoje?

De facto, não existe nenhuma justificação concreta que nos faça esclarecer esta questão. Hoje em dia, as notícias correm o mundo no momento instantâneo dos acontecimentos. A rádio, a televisão, a imprensa entre outros meios de comunicação “atacam” constantemente as pessoas de informação. Mas, será que todas essas informações são pertinentes?

Relativamente à Europa, ao PE e às outras instituições, existe um único dos cinco canais abertos, que na sua programação inclui transmissões de *Euronews* e um programa sobre o PE, onde os eurodeputados portugueses são convidados a debater vários temas atuais que a União Europeia enfrenta.

Também é verdade que nos outros canais televisivos abertos, na hora dos telejornais e quando é pertinente, se fala destes assuntos, porém, são pouco frequentes e aprofundados.

Entre vários programas televisivos destacados pelo lado positivo, decidi referir a *Sociedade das Nações* e *Os Europeus*. O programa *Sociedade das Nações* é transmitido aos sábados e domingos na *SIC Notícias*, onde a atualidade internacional é analisada através dos apresentadores e comentadores Martim Cabral e Nuno Rogeiro, especialistas em assuntos europeus e internacionais.

Os Europeus, tal como a *Sociedade das Nações*, é um programa que dá aos fins-de-semana na *SIC Notícias*. Para além das transmissões televisivas que percorrem os vinte e oito países da união e a divulgação de vários factos europeus, tem como suplemento um site bastante completo para quem quer saber mais acerca do PE (<http://europasicnoticias.eu/>).

Nesse site, estão registados em vídeo todos os programas que foram transmitidos. Encontram-se também nele ligações que nos levam a outros temas europeus, tais como a área da política, economia, ambiente, educação, cultura, sociedade, entrevistas que foram realizadas, vídeos e debates, comissários europeus e a área denominada de “os nossos eurodeputados”.

Como se pode observar, este é um programa e um *site* bastante completos, que nos informam esclarecedoramente sobre a UE.

Também é importante salientar os vários repórteres e jornalistas que se dedicam aos assuntos europeus. Um deles, que a meu ver mais marcou a televisão portuguesa, foi Fernando Sousa que infelizmente faleceu em outubro de 2014. Era um jornalista exímio no que tocava a assuntos europeus. A sua carreira passou pela *RDP*, *BBC*, *Diário de Notícias* e *SIC*. Foi o primeiro correspondente português em Bruxelas, onde abriu a primeira delegação de um órgão de comunicação social português.

Vários são os nomes que fazem mover os assuntos europeus e internacionais, como é o caso de Teresa de Sousa, jornalista do *Público* e Fernanda Gabriela, repórter da comissão. Em suma, várias são as pessoas que trabalham diariamente, para que a população portuguesa esteja mais bem informada sobre os assuntos importantes, no que diz respeito à vida europeia, neste caso específico do tema do PE e das suas eleições.

O mundo vai evoluindo, incluindo nele as pessoas. Não se justifica, hoje em dia, a razão da abstenção ser devido à existência de um baixo nível de alfabetização entre a população, ou a falta de conhecimento e informação.

Ao abrirmos um diário, um semanário, existem crónicas, partes específicas dos jornais, geralmente direcionadas para questões internacionais, onde se aborda com frequência estes assuntos. Assim sendo, chega-se à conclusão que o ponto fulcral do problema se encontra nas pessoas, na população e no seu desinteresse ou desmotivação face aos acontecimentos que decorreram e que ainda decorrem na UE.

Conclusão

Ao longo desta dissertação, algumas das dificuldades encontradas, foram devido à complexidade que esta temática apresenta, ao grande leque de informação disponível e à tentativa de cumprir os objetivos referidos na introdução de uma forma clara e concisa, evitando o afastamento ao cerne do trabalho, o caso das eleições europeias em Portugal, para o PE.

Como se pode verificar ao longo do trabalho, para que passasse a haver eleições livres para o PE, houve uma luta que durou décadas, até que fosse possível aos cidadãos europeu votarem. Várias foram as razões para o impasse, como os acontecimentos históricos (Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria), políticos e sociais. Inicialmente, nem todos os países encararam bem o direito dado à população do sufrágio universal direto, isto porque inicialmente, os deputados tinham um mandato duplo. Este mandato, significava que os deputados tanto tinham lugar no seu parlamento nacional, como no PE.

A legitimidade democrática do PE começou a ser posta em causa, até 1979, ano das primeiras eleições para o Parlamento. Este foi um dos passos mais importantes a ser dados, para demonstrar que o PE era uma instituição na qual todos podiam participar, pondo de parte a sensação de ser uma entidade de elites.

Ao aprofundar o tema das eleições europeias, surge o ponto no qual praticamente toda esta dissertação gira, o fenómeno da abstenção. As eleições europeias, realizam-se de cinco em cinco anos, o que se verifica numa análise temporal aos resultados, é que a abstenção tende sempre a aumentar, atingindo números recorde em 2014. Tal problema, verifica-se tanto a nível global, como também no caso particular de Portugal.

Este fenómeno da abstenção, pode estar ligado a vários aspetos, como à fraca imagem da UE entre os cidadãos, a insatisfação gerada com a crise de 2007 e o facto de as campanhas dos EDs serem pouco focadas em assuntos europeus. Assim sendo, as eleições europeias são chamadas de eleições de segunda ordem.

No que diz respeito ao PE propriamente dito, é essencial que os seus votantes saibam como ele funciona, como os assentos são distribuídos, entre várias outras coisas. É nesta parte que os *media* têm um papel importante a desempenhar, ao demonstrar aos cidadãos de cada

país como o parlamento se organiza. Devem ser criados canais de ligação entre os cidadãos e as instituições europeias, uma democracia participativa.

Curiosamente, a entrada de Portugal na CEE não foi solitária, tendo-se juntado a Espanha à adesão. Ambos os países tinham passado por situações semelhantes, uma ditadura.. Apesar de terem sido levantadas várias objeções à entrada destes dois países, o que fez este processo ser mais moroso, a 29 de março de 1955, conseguiram chegar a um acordo e finalizar as negociações da adesão.

Contudo, apesar da adesão ter sido um acontecimento bastante importante para Portugal, não teve por parte dos *media* uma cobertura digna. Nem os políticos davam um especial ênfase ao acontecimento, considerando-o como sendo de desígnio político.

Com um elevado nível de analfabetização na época, a maioria da população não entendia o que se estava a passar, não tendo uma opinião formada e um grande desconhecimento sobre o projeto de adesão. Já no lado oposto a Portugal, no que diz respeito a informar os seus cidadãos, a Espanha teve a preocupação de esclarecer à população, os benefícios e as consequências da adesão.

A 12 de junho de 1985, era assinado o tratado de adesão pelos dois países. A 1 de janeiro de 1986, Portugal e Espanha tornaram-se oficialmente membros da CEE.

Em 1992, altera-se o conhecimento dos cidadãos portugueses sobre a UE. Isto provavelmente devido à presidência portuguesa no primeiro semestre desse mesmo ano. A televisão neste aspeto, tem um papel bastante importante a desempenhar, já que a população portuguesa é uma das que mais consomem TV na UE.

A 19 de junho de 1987, deram-se as primeiras eleições para o PE em Portugal. Como se verificou que aconteceu a um nível geral, as primeiras eleições tiveram um grande impacto positivo, sendo as que mais adesão tiveram. É importante referir, que as eleições legislativas nacionais, também ocorreram no mesmo dia.

A abstenção no caso português tem várias justificações, como a existência de uma grande desigualdade na divulgação dos partidos nos *media*, desinteresse geral pela classe política, entre outras.

É pertinente que os portugueses ao votarem, saibam em quem estão a dar o seu voto de confiança. Um dos grandes problemas que se tem arrastado até aos dias de hoje, é o facto de as pessoas votarem nos partidos nacionais e não nos deputados com base nas suas campanhas. Também é importante que as pessoas percebam o funcionamento do PE, a distribuição dos seus lugares, os grupos políticos e que a rotatividade dos EDs não é benéfica para o país que representam.

O papel da imprensa neste assunto, inicialmente foi pouco notório, não havendo um interesse particular em noticiar esta temática, nem de falar sobre os EDs portugueses e dos acontecimentos que se sucederiam. Contudo, com o passar do tempo, estas questões foram sucessivamente melhorando. Para colmatar este tipo de falhas, a CE em 2006 implementou o *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia* que tinha como objetivo lançar orientações e estratégias, que deveriam de ser implementadas nos países pertencentes à União.

Voltando ao caso português, verificamos após analisar os vários *EB* que conforme a situação económica, política e social, a população ia tendo uma perspectiva mais negativa ou positiva da UE. Inicialmente, os portugueses consideravam-se mal informados, verificando-se que ao longo do tempo ocorreu uma evolução positiva neste aspeto. Hoje em dia, os *media* já dão uma resposta mais eficaz aos vários acontecimentos. Sobre o funcionamento da UE e do PE, existem canais televisivos e de rádio especializados, como é o caso da *Euronews* e da *Euranet Plus*.

A nível nacional, vários são os canais televisivos, onde alguns dos seus programas têm o objetivo de falar e darem a conhecer o PE. Apesar disso, chego à conclusão que o centro deste problema da abstenção, é mesmo o desinteresse e o descontentamento da população. Não se justifica com a evolução que os *media* sofreram e a informação que hoje em dia dão, haver um exponencial crescendo na abstenção. O problema é do cidadão que ou não quer, ou não se considera capaz de participar na vida política europeia.

No fundo, tudo é uma questão de mudança de mentalidades e implementação de um sentimento de cidadania europeia.

Bibliografia

Livros/artigos

CORBETT, Richard (1997). *The European Parliament*. Richard Corbett, Francis Jacobs, Michael Shackleton. London: Cartermill, 3rd edition.

Comissão das Comunidades Europeias (2002). *eEurope 2005: Uma sociedade da informação para todos. Plano de Acção a apresentar com vista ao Conselho Europeu de Sevilha, 21-22 de Junho de 2002*. Bruxelas 28.05.2002. Disponível em: http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes200709/eeurope2005_pt.pdf (acedido a 5/03/2015).

Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia*. Bruxelas, 1.2.2006. Disponível em: http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf (acedido a 27/03/2015).

Comissão de Assuntos Europeus (1998). *Portugal na União Europeia em 1995 e 1996 - Apreciação Parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições.

Direção-Geral da Comunicação Unidade do Acompanhamento da Opinião Pública (2012). *Pesquisa Documental Sobre As Eleições Europeias De 2009 - Abstenção e comportamentos eleitorais nas eleições europeias de 2009*. Disponível em http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2012/research/Desk_research_Abstentio_principaux_enseignements_PT_v2.pdf. (acedido a 12/08/2014).

DESMOND, Dinan (1999). *Ever closer union: an introduction to European integration*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2nd edition.

Direção-Geral da Comunicação, Unidade do Acompanhamento da Opinião Pública. *Pesquisa Documental Sobre as Eleições Europeias de 2009. Abstenção e comportamentos eleitorais nas eleições europeias de 2009*. Bruxelas, 12 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2012/research/Desk_research_Abstentio_principaux_enseignements_PT_v2.pdf (acedido a 12/08/2014).

European Communities (2009). *Building Parliament: 50 years of European Parliament history. 1958–2008*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Disponível em: http://www.ab.gov.tr/files/ardb/evt/1_avrupa_birligi/1_1_tarihce/50_years_of_european_parliament_history.pdf (acedido a 8/12/2014)

European Commission (2011). *The European Union after the Treaty of Lisbon: Visions of leading policy-makers, academics and journalists*. Luxembourg: Publications of the European Union.

FERREIRA, Eduardo Paz (2014). *Da Europa de Schuman à não Europa de Merkel*. Lisboa: Quetzal Editores.

FIGUEIREDO, Alexandre Miguel Pereira (2012). *A Construção Europeia no contexto das políticas para a Sociedade da Informação*. Dissertação de doutoramento defendida na FLUC, dezembro de 2012, Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação. Disponível em: <http://www.artciencia.com/index.php/artciencia/article/viewFile/379/370> (acedido a 1/11/2015)

JALALI, Carlos (2003). *A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras*. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 542-572. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218790614W0IHT7zh8WY45FT3.pdf> (acedido a 1/11/2015)

LUCIANO, Bruno Theodoro (2014). *Eleições europeias de 2014: possibilidade de politização de uma Europa pós-Lisboa e pós-crise do euro*. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_37742-1522-5-30.pdf?140514214318 (acedido a 20/09/2014)

MARTINS, Ana Isabel; VALENTE, Isabel Maria Freitas (2009). *Vinte Anos De União Europeia: Percepções E Realidades Em Portugal*. Cadernos do CEIS20, N°. 10.

NUNES, Filipe (2005). *Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias*

de 2004. *Análise Social*, vol. XL (177), 2005, 795-813. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218711709C7rSL5jl1Ln06DX9.pdf> (acedido a 20/09/2014)

NUGENT, Neill (2010). *The government and politics of the European Union*. Basingstoke: Plagrave Macmillan, 7th edition.

Org. Associação de Jornalistas Europeus (2006). *Portugal e Espanha: vinte anos de integração na Europa*. Madrid: Association of European Journal.

PALMER, Michael (1981). *The European Parliament. What it is. What it does. How it works*. London: Pregamon Press. Ltd.

Publicações do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu (2004). *Um Parlamento diferente dos outros*. Edição: Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/parlamento_diferente_dos_outros.pdf (acedido a 23/01/2015)

Publicação do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu (2008). *A Revolução Europeia por Francisco Lucas Pires - antologia de textos*. Lisboa.

Publicação do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu (2008). *60 Anos De Europa. Os grandes textos da constituição europeia*. Lisboa.

ROLO, Maria Fernandes (1998). *Salazar e a Construção Europeia*. Penélope, nº18, pp. 51-76.

ROSA, Maria João Valente; CHITAS, Paulo (2013). *Portugal e a Europa : os Números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, Relógio D'Água Editores.

SCHMITT, Hermann (2005). *As eleições de Junho de 2004 para o Parlamento Europeu: ainda eleições de segunda ordem?*. *Análise Social*, vol. XL (1777), 2005, 765-794. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218711670H9aPD8wm7Xy19UA0.pdf> (acedido a 1/11/2015)

SILVA, António Martins da (2000). *Portugal entre a Europa e Além-Mar. Do Plano*

Briand na SDN (1929) ao Acordo Comercial com a CEE (1973) Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SILVA, António Martins da (2005). *Portugal e a Europa - Distanciamento e Reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reações e posicionamentos (1830-2005)* Viseu: Palimage Editores.

SILVA, António Martins da (2013). *Sistema Político da União Europeia. Arquitetura, Funcionamento e Teorização*. Coimbra: Edições Almedina.

TRECHSEL, Alexander; ROSE, Richard (2014). *Portugal nas decisões Europeias: uma perspectiva comparada*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: http://www.ffms.pt/upload/docs/portugal-nas-decisoes-europeias_4BBtZd1i0kSPDbxnzaTxHQ.pdf. (acedido a 12/08/2014)

Fontes

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro 60.1, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Outono 2003. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro 61, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Primavera 2004. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro 62, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Outono 2004. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro 63.4, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Primavera 2005. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro 65, A Opinião Pública na União Europeia –*

Relatório Nacional - Portugal. Primavera 2006. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro 68, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Outono 2007. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro 70, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Outono 2008. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro Standard 76, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Outono 2011. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro Standard 78, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Outono 2012. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

CE (Comissão Europeia). *Eurobarómetro Standard 80, A Opinião Pública na União Europeia – Relatório Nacional - Portugal*. Outono 2013. Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Webgrafia

União Europeia:

http://europa.eu/index_pt.htm (acedido a 27/11/2014)

Parlamento Europeu:

http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-parliament/index_pt.htm
(acedido a 15/08/2014)

Comissão Europeia:

<https://ec.europa.eu/eures/public/pt/homepage> (acedido a 15/08/2014)

Eurobarómetros:

http://europa.eu/about-eu/institutions-bodies/european-parliament/index_en.htm

(acedido a 29/01/2015)

Eurocid:

<http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwhom0.inicio> (acedido a 7/09/2014)

PORDATA:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (acedido a 7/09/2014)

Poll Watch 2014:

<http://electio2014.eu/pollsandscenarios/polls#country> (acedido a 15/08/2014)

Comissão Nacional de Eleições:

<http://www.cne.pt/> (acedido a 23/10/2014)

Diário de Notícias:

<http://www.dn.pt/inicio/default.aspx> (acedido todos os meses desde julho de 2014)

Euronews:

<http://pt.euronews.com/> (acedido a 11/06/2015)

RTP:

<http://www.rtp.pt/homepage/> (acedido a 11/06/2015)

SIC Europa:

<http://europasicnoticias.eu/> (acedido a 17/06/2015)

Euronetplus:

<http://euranetplus-inside.eu/> (acedido a 11/06/2015)

Imprensa

Diário da República - 1.ª série. N.º 161 — 15-7-1989, pp. 2818 e 2819.

Diário da República - 1.ª série-A. N.º 168 — 22-7-1994, p. 4053.

Diário da República - 1.ª série-A. N.º 167 — 20-7-1999, pp. 4483 e 4484.

Diário da República - 1.ª série-A. N.º 172 — 23 de Julho de 2004, pp. 4615 e 4616.

Diário da República - 1.ª série. N.º 123 — 29 de Junho de 2009, pp. 4213 e 4214.

Autor não identificado. “PPE apoia Lucas Pires”, *Diário de Notícias*, 1 de junho de 1987, p.3.

LOPES, Manuel. “Campanha eleitoral em Espanha marcada pela ausência de debate político”, *Diário de Notícias*, 3 de junho de 1987, p.10.

Autor não identificado. “Poderes do Parlamento Europeu não devem ser apenas consultivos – defendeu Mário Raposo num seminário sobre o Acto Único”, *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1987, p.5.

Autor não identificado. “Portugal e a defesa europeia”, *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1987, p.6.

FIGUEIREDO, António de. “O europeísmo das comemorações dos Descobrimentos”, *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1987, p.7 e 8.

ALMEIDA, Jorge Pereira de. “CEE – as debilidades de uma negociação”, *Diário de Notícias*, 7 de junho de 1987, p.8.

ALMEIDA, Jorge Pereira de. “A importância da adesão de Portugal e de Espanha à CEE”, *Diário de Notícias*, 8 de junho de 1987, p.8.

Autor não identificado. “Retirada candidatura a quatro deputados”, *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1987, p.3.

Autor não identificado. “Aliado preferencial de Portugal deve ser a Comissão Europeia – Defendeu Silva Lopes no IDN”, *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1987, p.5.

Autor não identificado. “Eleições em Espanha...na Grã-Bretanha...e em Itália”, *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1987, p.6.

NOVAIS, José António. “Espanhóis vão amanhã às urnas para tripla consulta eleitoral”, *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1987, p.9.

Autor não identificado. “CEE vai uniformizar legislação eleitoral”, *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1987, p.24.

Autor não identificado. “PSOE vence eleição europeia”, *Diário de Notícias*, 11 de junho de 1987, capa.

Autor não identificado. “O «choque europeu»”, *Diário de Notícias*, 12 de junho de 1987, p.6.

Autor não identificado. “Avisos em Espanha”, *Diário de Notícias*, 13 de junho de 1987, p.6.

ALBINO, Carlos. “Mário Soares hoje em Estrasburgo para receber distinção europeia”, *Diário de Notícias*, 15 de junho de 1987, p.2.

Autor não identificado. “Integração nas Comunidades foi uma operação reaccionária – sustentou Ângelo Veloso num seminário do PCP”, *Diário de Notícias*, 15 de junho de 1987, p.4.

ALBINO, Carlos. “A Europa apenas terá voz audível quando for uma unidade política – afirmou Soares ao receber o Prémio Schuman em Estrasburgo”, *Diário de Notícias*, 16 de junho de 1987, p.3.

COMPRIDO, J.Baptista. “A voz da Europa”, *Diário de Notícias*, 16 de junho de 1987, p.7 e 8.

Autor não identificado. “MPD quer apoiar em Estrasburgo maior cooperação entre os povos”, *Diário de Notícias*, 17 de junho de 1987, p.5.

Autor não identificado. “PPM defenderá em Estrasburgo Europa colorida e mar português”, *Diário de Notícias*, 24 de junho de 1987, p.3.

Autor não identificado. “Deputados europeus elogiam CDS”, *Diário de Notícias*, 24 de junho de 1987, p.4.

Autor não identificado. “Estratégia europeia debate-se me Lisboa”, *Diário de Notícias*, 24 de junho de 1987, p.5.

Autor não identificado. “Começa corrida eleitoral para os dois Parlamentos”, *Diário de Notícias*, 27 de junho de 1987, capa.

Autor não identificado. “Adesão permitiu reforçar vocação europeia no País – disse Jaime Gama em encontro do CNJ”, *Diário de Notícias*, 28 de junho de 1987, p.5.

Autor não identificado. “Calor não desmotivou partidos em campanha”, *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1987, capa.

Autor não identificado “Fundo Social Europeu apoia rádios locais”, *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1987, p.24.

SOUSA, Fernando de. “Eliminar disparidade de desenvolvimento no seio da Comunidade Económica Europeia – defendeu o primeiro ministro na Cimeira de Bruxelas”, *Diário de Notícias*, 30 de junho de 1987, p.7.

ILHARCO, Simões. “Estamos a eleger um Parlamento e não a escolher um chefe – afirma Ribeiro Teles (PPM)”, *Diário de Notícias*, 1 de julho de 1987, p.4.

SOUSA, Fernando de. “Industria portuguesa vai receber até 1992 pelo menos 32 milhões de contos por ano – anunciou o primeiro-ministro após a Cimeira Europeia” *Diário de Notícias*, 1 de julho de 1987, p.7.

Autor não identificado. “Lurdes Pintasilgo e Lucas Pires revelam concordâncias face à CEE”, *Diário de Notícias*, 2 de julho de 1987, p.4.

Autor não identificado. “Não foi Portugal a entrar na CEE mas a CEE a entrar em Portugal – disse Carlos Paisana (PCTP-MRPP)”, *Diário de Notícias*, 2 de julho de 1987, p.6.

SOUSA, António de. “Posições exisentes mas dialogantes face às instituições comunitárias – defenderam cabeças de lista do PSD, PRD, e PPM no Porto”, *Diário de Notícias*, 3 de julho de 1987, p.4.

CURTO, Francisco Marcelo. “Do Acto Único para a União Europeia”, *Diário de Notícias*, 3 de julho de 1987, p.9.

Autor não identificado. “CEE recomenda prioridade às finanças públicas”, *Diário de Notícias*, 3 de julho de 1987, p.28.

SANTOS, António José. “Futuro da Comunidade passa por Estrasburgo”, *Diário de Notícias*, 4 de julho de 1987, p.2 e 4.

FERREIRA, António Mega. “A invenção da Europa”, *Diário de Notícias*, 4 de julho de 1987, p.9 e 12.

Autor não identificado. “Somos favoráveis à renegociação pois seria irrealista deixar a CEE – disse Jorge Lemos (CDU) em encontro com agricultores”, *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1987, p.6.

ILHARCO, Simões. “Deputado português em Estrasburgo fica com autoridade acrescida – afirma Jorge Campinos (PS)”, *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1987, p.4.

MELO, Guilherme de. “CEE está longe de ser o paraíso em que quiseram que acreditássemos – comenta João Silva, do PC(R)”, *Diário de Notícias*, 12 de Julho de 1987, p.4.

MELO, Guilherme de. “É preciso um referendo para nacional sobre se devemos continuar na CEE – defende José Machado, do PCTP/MRPP” *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1987, p.4.

ILHARCO, Simões. “Eleições directas deviam ser em 89 e em conjunto com os outros países – defende Mederios Ferreira, do PDR”, *Diário de Notícias*, 14 de julho de 1987, p.4.

ILHARCO, Simões. “Poder do Parlamento de Estrasburgo mostra-se extremamente limitado – considera Manuela Tavares, da UDP”, *Diário de Notícias*, 14 de julho de 1987, p.4.

ILHARCO, Simões. “Valores da democracia socialista têm de triunfar ”, nos países da CEE – defende Mário Casquilho, do MPD/CDE”, *Diário de Notícias*, 15 de julho de 1987, p.4.

ILHARCO, Simões. “Evitar que os poderes nacionais se transfiram para Estrasburgo – propõe Ângelo Veloso, da CDU”, *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1987, p.4.

MELO, Guilherme de. “Criar um «lobby» na Europa que seja o Clube de Lisboa – projecto de Lucas Pires, do CDS”, *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1987, p.4.

Autor não identificado. “Oito milhões de eleitores escolhem representantes”, *Diário de Notícias*, 19 de julho de 1987, p.3.

AGUIAR, António. “Soares realça em mensagem ao País a dupla importância das eleições”, *Diário de Notícias*, 19 de julho de 1987, p.3.

Autor não identificado. “Eleições europeias nunca mostraram tão relevante diferença de votos – disse Lucas Pires ao DN comentando os resultados do CDS”, *Diário de Notícias*, 21 de julho de 1987, p.3.

Autor não identificado. “As novas caras portuguesas no Parlamento de Estrasburgo”, *Diário de Notícias*, 21 de julho de 1987, p.4.

CARVALHO, Fausto Lopo de. “Portugal na Europa”, *Diário de Notícias*, 31 de julho de 1987, p.8.

Autor não identificado. “PPM namora com a Europa mas não quer casar com ela – afirmou Esteves Cardoso ao apresentar a candidatura”, *Diário de Notícias*, 5 de maio de 1989, p.4.

GABRIEL, Fernando. “Europeus estão ligados pelo mesmo destino – disse Françoise Miteterrand na celebração do 40º aniversário do Conselho da Europa”, *Diário de Notícias*, 6 de maio de 1989, p.11.

Autor não identificado. “UGT e CFDT defenderam uma Europa mais social”, *Diário de Notícias*, 7 de maio de 1989, p.4.

Autor não identificado. “Secretariado Europa 1992 inaugura serviço telefónico de informações”, *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1989, p.5.

Autor não identificado. “A Europa – o nosso futuro. Apelo aos eleitores para a união política da Europa”, *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1989, p.5.

MASCARENHAS, Óscar. “PSD vai ter dez deputados ou mais”, *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1989, p.2.

FERREIRA, Medeiros José. “Indagações sobre a Europa”, *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1989, p.7.

Autor não identificado. “Lucas Pires acusa o Governo de atitude demasiado defensiva”, *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1989, p.5.

Autor não identificado. “Comunidade precisa de centro de decisão – afirma Barros Moura (PCP)”, *Diário de Notícias*, 21 de maio de 1989, p.3.

Autor não identificado. “Cavaco critica governos anteriores por não acompanharem o ritmo europeu”, *Diário de Notícias*, 22 de maio de 1989, p.3.

Autor não identificado. “Parlamento Europeu inicia a última sessão”, *Diário de Notícias*, 22 de maio de 1989, p.7.

GABRIEL, Fernanda; SOUSA, Fernando. “Parlamento Europeu inicia última sessão com deputados a pensarem nas eleições”, *Diário de Notícias*, 23 de maio de 1989, p.1.

PIRES, Francisco Lucas. “Metafísica do Poder e construção europeia”, *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1989, p.27.

FERREIRA, José Medeiros. “Que fazer com estas eleições?”, *Diário de Notícias*, 28 de maio de 1989, p.7.

ANEXOS

Índice de Anexos

Anexo 1.....	120
Anexo 2.....	121
Anexo 3.....	122
Anexo 4.....	123
Anexo 5.....	124
Anexo 6.....	125
Anexo 7.....	126
Anexo 8.....	126
Anexo 9.....	127
Anexo 10.....	127
Anexo 11.....	128
Anexo 12.....	128
Anexo 13.....	129
Anexo 14	129
Anexo 15.....	130
Anexo 16.....	130
Anexo 17.....	131
Anexo 18.....	131
Anexo 19.....	132
Anexo 20.....	132
Anexo 21	133

Anexo 22.....	133
Anexo 23.....	134
Anexo 24.....	135
Anexo 25.....	136/137

Anexo 1: Participação nas eleições europeias por Estado-Membro

Estados-Membros	1979	1984	1989	1994	1999	2004	2009	Diferença 2009-2004
Bélgica	91,36%	92,09%	90,73%	90,66%	91,05%	90,81%	90,39%	-0,42
Dinamarca	47,82%	52,38%	46,17%	52,92%	50,46%	47,89%	59,54%	+11,65
Alemanha	65,73%	56,76%	62,28%	60,02%	45,19%	43,00%	43,30%	+0,3
Irlanda	63,61%	47,56%	68,28%	43,98%	50,21%	58,58%	58,64%	+0,06
França	60,71%	56,72%	48,80%	52,71%	46,76%	42,76%	40,63%	-2,13
Itália	85,65%	82,47%	81,07%	73,60%	69,76%	71,72%	65,05%	-6,67
Luxemburgo	88,91%	88,79%	87,39%	88,55%	87,27%	91,35%	90,75%	-0,6
Países Baixos	58,12%	50,88%	47,48%	35,69%	30,02%	39,26%	36,75%	-2,51
Reino Unido	32,35%	32,57%	36,37%	36,43%	24,00%	38,52%	34,70%	-3,82
Grécia		80,59%	80,03%	73,18%	70,25%	63,22%	52,61%	-10,61
Espanha			54,71%	59,14%	63,05%	45,14%	44,90%	-0,24
Portugal			51,10%	35,54%	39,93%	38,60%	36,78%	-1,82
Suécia					38,84%	37,85%	45,53%	+7,68
Áustria					49,40%	42,43%	45,97%	+3,54
Finlândia					30,14%	39,43%	40,30%	+0,87
República Checa						28,30%	28,20%	-0,1
Estónia						26,83%	43,90%	+17,07
Chipre						72,50%	59,40%	-13,1
Lituânia						48,38%	20,98%	-27,4
Letónia						41,34%	53,70%	+12,36
Hungria						38,50%	36,31%	-2,19
Malta						82,39%	78,79%	-3,6
Polónia						20,87%	24,53%	+3,66
Eslovénia						28,35%	28,33%	-0,02
Eslováquia						16,97%	19,64%	+2,67
Bulgária							38,99%	-
Roménia							27,67%	-
MÉDIA	61,99%	58,98%	58,41%	56,67%	49,51%	45,47%	43,00%	-2,47

Fonte: “Pesquisa documental sobre as eleições europeias de 2009 - *Abstenção e comportamentos eleitorais nas eleições europeias de 2009*”. Direção-Geral da Comunicação, Unidade de Acompanhamento da Opinião Pública. Bruxelas, 13 de novembro de 2012.

Anexo 2: *Diário de Lisboa*, “Gregos matêm veto contra alargamento”, 28 de março de 1985.

Diário de Lisboa ANO 64 N.º 21720
Março 1985
Quinta-feira 304

ador Joaquim Mano Director A. Ruella Ramos Director-adjunto Fernando Pitreia Santos

Compromisso com a CEE novamente perturbado

Gregos mantêm veto contra alargamento

Fontes oficiais revelaram hoje em Atenas que a Grécia manterá o seu veto ao alargamento da Comunidade Europeia, à Espanha e Portugal, durante a cimeira de amanhã em Bruxelas.

Esta posição da Grécia, que reafirma as anteriormente assumidas sobre a matéria, pode inviabilizar o compromisso a que Emâni Lopes e Giulio Andreotti, presidente do Conselho em representação da Itália, chegaram ontem e contempla, no essencial, as pretensões portuguesas nas negociações. O compromisso está a ser discutido, desde hoje de manhã, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Dez. Na eventualidade de ser ratificado, funcionaria como documento base a apresentar na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEE que principia amanhã e poderia consagrar formalmente o fim das negociações de adesão.

O veto grego, latente desde a cimeira de Dublin, no ano passado, relaciona-se com as verbas a libertar pela Comunidade para os Programas Integrados do Mediterrâneo (PIM).

A Grécia entende que a sua economia não poderá fazer face ao alargamento da Comunidade sem receber os subsídios propostos pela Comissão Europeia e não aprovados para desenvolver as regiões agrícolas mais atrasadas.

Fonte: In *Observador*, <http://observador.pt/2015/02/20/1985-quando-grecia-exigiu-mais-dinheiro-para-aceitar-portugal-na-cee/>, acedido a 26/02/2015.

Anexo 3: Diário de Lisboa, "Portugal e Espanha na Europa: o acordo chegou de madrugada", 29 de março de 1985.

SEXTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 1985

economia **21** PÁGINA 13

Portugal e Espanha na Europa: o acordo chegou de madrugada

Ministros comiam tostas e bebiam vinho espanhol



Ernâni Lopes, Andreotti e Moran: as boas vindas da presidência da CEE aos dois candidatos, aprovados de madrugada

Ministros europeus comendo tostas e bebendo reluzente vinho espanhol deram esta madrugada em Bruxelas, as boas-vindas a um acordo histórico que juntou Portugal e Espanha à maior comunidade económica do mundo, a CEE.

Jornalistas espanhóis começaram a cantar quando o ministro italiano dos Negócios Estrangeiros Giulio Andreotti, que chefiava as negociações, surgiu acompanhado do seu homólogo espanhol, Fernando Moran e com o ministro português das Finanças, Ernâni Lopes.

"Tenho o prazer de vos anunciar, que agora temos uma Europa dos «Doze», disse Andreotti durante a conferência de imprensa.

O acordo hoje estabelecido necessita, agora, da aprovação dos Chefes de Governo dos países da Comunidade, que se reúnem a

partir desta tarde e durante dois dias em cimeira.

Fontes da Comunidade disseram que os líderes dos 10 vão, certamente, dar o seu assentimento.

"Temos agora que assinar rapidamente o tratado de adesão, e depois lá irá, agora, a ratificação dos 12 parlamentos - salientou Andreotti.

O acordo com Portugal foi concluído às 2 horas e 20, hora de Bruxelas (1.20 em Lisboa). A Espanha chegou a acordo 20 minutos depois sendo os dois documentos formalizados ainda durante a noite.

Já de madrugada, o presidente do Conselho da Comunidade, Giulio Andreotti entrou na sala de imprensa com os ministros que chefiaram as delegações dos países candidatos às negociações, Ernâni Lopes por Portugal e Fernando Moran pela Espanha. Ce-

lebraram-se os acordos com tosta e vinho espanhol, pois a maratona negociadora levava horas e entrara pela madrugada dentro.

Andreotti, um dos mais entusiastas defensores do alargamento comunitário, disse no final da maratona de negociações que «temos a alegria de haver conseguido este acordo com a boa vontade de todos».

O chefe da diplomacia italiana realçou a importância de ter sido alcançado o acordo antes da «cimeira europeia», que se inicia hoje, porque «ele possibilita a manutenção da data de 1 de Janeiro de 1986 para levar a cabo a adesão de Portugal e da Espanha à CEE».

Giulio Andreotti considerou que os «Doze» se encontram em condições para assinar o tratado de adesão em curto espaço de tempo, a fim de ser ratificado pelos dez Parlamentos e Governos que

integraram actualmente a Comunidade Económica Europeia.

Os primeiros seis membros da Comunidade - França, Alemanha Federal, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo - iniciaram o processo de criação da CEE em 1951. Inglaterra, Irlanda e Dinamarca juntaram-se-lhes em 1973.

Em 1981 foi a vez da Grécia.

Com a entrada de Portugal e Espanha, cerca de 320 milhões de pessoas vão passar a integrar uma Comunidade que falará em nove línguas entre elas o português.

Para Ernâni Lopes o dia de hoje constitui um «momento histórico que reforçará a democracia e a economia dos dois países», enquanto Fernando Moran não deixou de expressar o que considerou como uma tremenda satisfação.

O ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros acrescentou

Ernâni Lopes, principal negociador

“Conseguimos resultados de primeira grandeza”

A economia portuguesa tem agora horizontes com que nunca pôde contar nos planos comercial, financeiro e de desenvolvimento das suas estruturas, disse esta madrugada, em Bruxelas, o ministro das Finanças e do Plano.

Ernâni Lopes falou aos jornalistas na conferência de imprensa posterior à conclusão do acordo com a Comunidade Europeia.

«Fazemos já parte da Comunidade Europeia, em termos políticos, mesmo que em termos jurídicos ainda não», referiu Ernâni Lopes.

Pronunciando-se sobre críticas da oposição à forma como foram conduzidas as negociações portuguesas, o primeiro responsável pelas mesmas considerou que «na melhor das circunstâncias os resultados hoje obtidos servem para provar o contrário».

«Conseguimos resultados de primeira grandeza que nos permitem encarar melhor o futuro da economia portuguesa a médio prazo», acrescentou o ministro das Finanças.

Sobre a possibilidade de concretizar o alargamento em 1 de Janeiro de 1986, Ernâni Lopes voltou a realçar que, do ponto de vista político, o importante era terminar as negociações.

Não deixou de chamar a atenção «para a quantidade de trabalho a fazer antes da assinatura do tratado para, dentro do limite das possibilidades, manter o data».

Falando das discussões Portugal-Espanha, que na próxima semana continuam em Madrid, Ernâni Lopes disse que «ganham intensidade a partir de hoje».

De acordo com fontes próximas da reunião, a principal questão ainda não resolvida com Portugal - que, aliás, não fazia parte do compromisso - diz respeito à integração financeira, isto é, saber quanto e como vai o País receber dos cofres comunitários depois da adesão, durante um período de sete anos.

O princípio segundo o qual Portugal deverá ser um receptor líquido durante um período transição longo encontra-se assente, tendo em atenção, por um lado, o diferencial de desenvolvimento económico existente entre Portugal e a média comunitária e, por outro lado, o esforço de ajustamento da balança de pagamentos actualmente desenvolvido pelo Governo português.

A Comissão Europeia pretende dar a Portugal uma verba de 1,2 mil milhões de ECU durante sete anos, por intermédio de restituições de partes decrescentes da contribuição portuguesa para os cofres comunitários, a título do imposto sobre o Valor Acrescentado.

A delegação portuguesa pretende obter garantias suficientes quanto ao efectivo recebimento desse montante, mas alguns Estados-membros, designadamente a República Federal da Alemanha e o Reino Unido, consideram exagerada a verba proposta pela Comissão Europeia.

Soares:

«cinco anos para a mudança»

«Portugal, dentro de cinco anos será um País completamente diferente e conheço muito melhor para todos os portugueses». A promessa é de Mário Soares e foi feita esta manhã, depois de se conhecerem os resultados da reunião de Bruxelas, onde se assentou a conclusão do processo de adesão de Portugal à CEE.

O Primeiro-Ministro, numa entrevista à Antena Um, garantiu também que tudo irá mudar neste País, acentuando que se

alcançaram os dois grandes objectivos do seu Governo - o equilíbrio das contas externas e a integração europeia, Portugal, disse Soares, «vai integrar um vasto mercado económico que permitirá modificar a economia portuguesa e caminhar para um programa e um projecto de modernização da economia, que é aliás imposta pelas Comunidades».

Tudo o que é obsoleto na nossa indústria e agricultura terá de desaparecer para dar lugar ao que é novo e dinâmico», acrescentou.

Soares salientou também a importância da integração portuguesa na CEE tendo em conta o facto de os países africanos de expressão portuguesa se encontrarem dentro do pouco tempo na Convenção de Lomé, associada da CEE.

Referindo-se a Espanha o Primeiro-Ministro realçou que a integração dos dois países ibéricos contribuirá para a homogeneidade da NATO e terá implicações nas relações bilaterais luso-espanholas.

Para Mário Soares «o grande objectivo a seguir à adesão à modernização de Portugal, porque Portugal é um País verdadeiramente europeu, cujos padrões de vida terão de ser alcançados pelos portugueses».

O vice-primeiro-ministro Rui Machete, ouvido pela ANOP, assegurou que com a adesão «começam os grandes desafios». E o futuro que está em jogo, disse o líder do PSD que defendeu a realização de um grande debate político para apreciação global destes problemas.

A adesão, acrescentou, implica «a reestruturação profunda do sector produtivo (indústria, agricultura e serviços) e põe à prova a capacidade das pessoas para «acabarem com a rotina e estarem abertas à mudança».

200 milhões de contos — saldo de sete anos

O saldo financeiro da adesão de Portugal à CEE deverá atingir 1500 milhões de ECU's (aproximadamente 200 milhões de contos) em sete anos, de acordo com a proposta aprovada hoje de madrugada em Bruxelas.

Portugal vai receber uma contribuição de mil milhões de ECU's (cerca de 125 milhões de contos) por seus anos, para enfrentar dificuldades com a balança de pagamentos.

A CEE concederá a Portugal um empréstimo a juros bonificadas, que deve ser da ordem dos

200 milhões de ECU's (cerca de 25 milhões de contos), para desenvolvimento industrial.

Acresce que ao longo de sete anos Portugal receberá cerca de 470 milhões de ECU's (cerca de 58 milhões de contos) de retornos da sua contribuição para os fundos comunitários por via do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

No primeiro ano a taxa de reembolso sobre o IVA será de 87 por cento (1986), decrescendo depois gradualmente até zero em 1992.

Delegações de Espanha e Portugal reunem-se em Madrid nos dias 1 e 2 de Abril para negociarem o acordo sobre as relações bilaterais durante o período transição de adesão à CEE, disseram hoje à ANOP fontes diplomáticas em Madrid.

A reunião é continuação da realizada nos primeiros dias de Março, com a mesma finalidade.

Os dois países têm de negociar e estabelecer um acordo bilateral que vigorará o período de adesão à CEE.

Assinatura em Maio depende da Grécia

A assinatura do acordo dando por concluídas as negociações da Comunidade com Portugal e Espanha para a sua adesão à CEE poderá ser feita em meados de Maio, disseram hoje fontes comunitárias.

As mesmas fontes acrescentaram que o presidente da Comissão, Jacques Delors, propôs a data de 9 de Maio, mas admitiu que o Conselho Europeu se deva inclinar por uma data um pouco mais tardia.

A assinatura do acordo com Portugal poderá ser feita em Estambul ou em Lisboa, referiram os círculos comunitários.

A data proposta para a assinatura do acordo depende de até ao fim desta semana, o Conselho Europeu ratificar os compromissos de adesão com os dois países ibéricos, seguindo-se, um período de quatro a cinco semanas durante o qual serão tratados alguns problemas técnicos de menor importância ainda pendentes.

Hoje mesmo os meios comunitários estão a adoptar uma expectativa quanto à atitude que a Grécia tomará na cimeira dos Dez sobre o alargamento, e que principia esta tarde.

Os responsáveis helénicos sempre se mostraram exigentes em relação ao financiamento dos programas integrados Mediterrânicos (PIM), relacionando-o com o alargamento.

O tema será debatido durante a cimeira, após a chegada do primeiro-ministro Andreas Papandreu.

A Grécia realizou ontem durante o Conselho de Ministros a sua reserva geral em relação ao alargamento.

O secretário grego para os Assuntos Económicos, Panayotis Roumeliotis declarou, recordando a reserva que havia sido inscrita durante o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros de 18 de Fevereiro de 1985, que «a Grécia não pode dar o acordo de alargamento, enquanto não forem abordados os problemas relativos aos Programas Integrados Mediterrânicos (PIM)».

Roumeliotis declarou que a solução definitiva para o alargamento e a solução para o financiamento dos PIM devem ser feitos ao mesmo tempo.

Não obstante, a Grécia não se opôs ontem ao acordo comunitário em relação às propostas de compromisso aprovadas durante a noite.

A preocupação dos meios comunitários relaciona-se com a terceira e última volta do escrutínio para a eleição do presidente da República, o candidato único, Christos Sarizetakis.

Ao chegar a Bruxelas, hoje à tarde, vindo directamente do Parlamento, depois da votação, Papandreu deverá adoptar uma táctica em função dos resultados do escrutínio.

Assim, a posição será dura se as eleições legislativas forem antecipadas e mais flexível se Sarizetakis tiver sido eleito e o PASOK não optar por uma antecipação das eleições.

Esta perspectiva não deixa de preocupar os meios comunitários que receiam uma nova «cena» como a que Papandreu provocou em Dublin em plena cimeira europeia.

Aliás, a Grécia manteve desde Dublin a mesma posição em relação ao alargamento e que se traduz numa reserva «ad referendum».

Uma Europa a doze

Os problemas de inter-relacionamento das economias europeias são árduos. Extremamente delicado o problema do «orçamento comunitário». Preocupante o aumento do número de desempregados. A modernização tecnológica ameaçando agravar o desemprego e tornar mais áspere a concorrência da «Europa avançada» relativamente à «Europa atrasada», e dar mais relevo às assimetrias entre «Europa industrial» e «Europa agrícola», entre «Europa nórdica» e «Europa mediterrânica».

O quadro europeu não é idílico e, nessa Europa que vive à sua própria crise, Portugal ingressa como parente pobre.

Não é razão para cantar vitória e falar só das ajudas que virão. Tempos difíceis e de trabalho são os que temos à nossa frente.

Deixemos as mitologias. É preciso administrar com seriedade e trabalhar a sério, afinadamente.

Fonte: In Observador, <http://observador.pt/2015/02/20/1985-quando-grecia-exigiu-mais-dinheiro-para-aceitar-portugal-na-cee/>, acessado a 26/02/2015.

Anexo 4: Diário de Lisboa, “O alargamento da CEE. Preço do veto grego fixado esta tarde”, 30 de março de 1985.

Diário de Lisboa

ANO 64 Nº 21722
Março 1985
Sábado

30

30\$00

Fundador Joaquim Manso

Director A. Ruella Ramos

Director-adjunto Fernando Piteira Santos

O alargamento da CEE

Preço do veto grego fixado esta tarde

A confirmação da adesão de Portugal e Espanha à CEE continuava ao fim da manhã de hoje dependente da retirada do veto grego, embora o clima da Cimeira de Chetes de Estado e de Governo dos Dez fosse de um certo optimismo quanto a esta matéria. O porta-voz da presidência italiana, que dirige os trabalhos em Bruxelas, disse a meio da manhã que um acordo sobre os Programas Integrados do Mediterrâneo (PIM) parece possível embora continuem a verificar-se divergências sérias. A Grécia faz depender a retirada do seu anunciado veto do aumento da ajuda, às suas regiões mais atrasadas através dos PIM. De qualquer modo, o primeiro-ministro grego, Papandreu, mostra-se menos exigente na reunião de ontem, depois de ver eleito o seu candidato à Presidência da Grécia. A Comunidade, por seu turno, parece disposta a fazer algumas concessões à Grécia de um auxílio adicional no quadro das verbas para os PIM: dois mil milhões de dólares (cerca de 350 milhões de contos). Dadas as divergências nesta matéria, a Cimeira continua pela tarde não se concluindo à hora do almoço como estava previsto.

Págs. 10 e 11

Encantou

Como anolamos, em duas palavras, na página 3: Elba Ramalho encantou ontem à noite o Coliseu e repete, hoje, o seu concerto. E o Nordeste brasileiro em Lisboa





Toshack dirigiu o treino

Ao contrário de notícias postas a correr, John Toshack não rescindiu contrato com o Sporting e ainda esta manhã dirigiu o treino dos «leões», em Alvalade. Qualquer alteração ou dispensa, nesta altura de época, seria contraproducente e muito perigosa — afirmou-nos esta manhã o presidente João Rocha, que também pediu para desmentir o telex de uma agência que o dava na Madeira. Estou em Lisboa, vou amanhã ao Restelo e só na 4.ª-feira viajo para os EUA — disse-nos João Rocha.

Pág. 15

Aumentar a produção: receita do PCP para vencer a crise



Uma nova política económica orientada para o aumento da produção nacional, o saneamento financeiro das empresas públicas e País e a melhoria das condições de vida do povo foi esta manhã exigida pelo Partido Comunista Português, na sessão de abertura da sua conferência sobre «a vida do desenvolvimento para vencer a crise». Esta exigência está contida no discurso de abertura por Carlos Costa, membro do Secretariado Permanente do Comité Central, e em que se afirma que os portugueses, a manter-se o actual ritmo de crescimento, só daqui por 30 anos igualariam o rendimento de um cidadão espanhol e daqui por 60 se aproximarão do produto — per capita — da França. A Conferência Económica do PCP, a quarta da iniciativa daquele partido, decorre hoje e amanhã em Paio Pires (Seixal) com a participação de um milhar de delegados. Da parte da manhã, de hoje reuniu em plenário e funcionará, à tarde, em 18 secções. A conferência encerra no domingo, com uma intervenção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

Pág. 20

A maré cheia da terceira vaga

Um primeiro-ministro patrono e divertido, membros do governo e uma sala a transbordar ouviram ontem à noite a longa conferência da super-vedeta da sociologia televisiva americana, Alvin Toffler, falar sobre a terceira vaga e a sociedade post-industrial.

Pág. 9



Exclusivo para Portugal



O que Fidel Castro pensa sobre as dívidas externas

pág. 2 e 3.

VIVER NÃO CUSTA
CUSTA É SABER VIVER

VOCÊ PROVA QUE O SABE AO ESCOLHER TODO O MATERIAL QUE NECESSITA PARA SUA CASA NA VASTA GAMA QUE A ARDAL LHE PROPÕE.

PREÇOS REALMENTE BAIXOS

TUDO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL E ACABAMENTOS

ARDAL

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA.

EXPOSIÇÃO E VENDAS:
AVENIDA DO BRASIL, 190-A
Telefa. 80 65 17/80 76 86
1700 LISBOA

ARMAZÉM:
QUINTA DO FIGO MADURO
(Junto ao Aeroporto Militar)
Telef. 251 42 59
2865 SCAVEM

Fonte: In *Observador*, <http://observador.pt/2015/02/20/1985-quando-grecia-exigiu-mais-dinheiro-para-aceitar-portugal-na-cee/>, acedido a 26/02/2015.

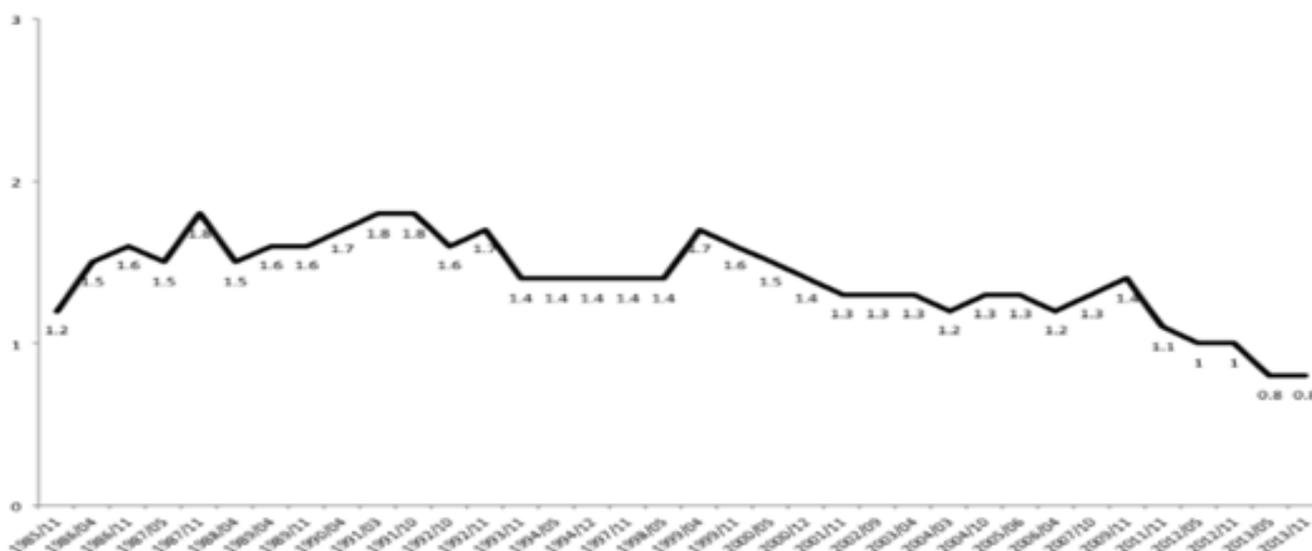
Anexo 5: Evolução das relações diplomáticas entre Portugal e a UE

- Em 18 de Maio de 1962 o Governo português envia uma carta ao Presidente do Conselho de Ministros da CEE, solicitando a abertura de negociações visando “definir os termos de colaboração” que Portugal pretendia ver estabelecida, num futuro próximo, com os países do Mercado Comum.
- Em 28 de Maio de 1971 Portugal apresenta um Memorando pelo qual o Governo português expressa o desejo de iniciar negociações com vista a estreitar o relacionamento bilateral mais oportuno para os interesses das duas partes.
- Em 22 de Julho de 1972 são assinados em Bruxelas um Acordo Comercial entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) e um Acordo Comercial entre os Estados Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (C.E.C.A) e Portugal.
- Em 1976 é assinado o Protocolo Adicional ao Acordo de 1972 e um Protocolo Financeiro através do qual a CEE se dispunha a prestar ajuda a Portugal.
- Em 28 de Março de 1977 Portugal apresenta a o seu pedido oficial de adesão à C.E.E. tendo o Conselho de Ministros respondido afirmativamente, em 6 de Junho de 1977, após parecer positivo da Comissão, datado de 19 de Maio do mesmo ano.
- Em 3 de Agosto de 1977, é criada oficialmente, na tutela da Presidência do Conselho de Ministros, a Comissão para a Integração Europeia, por publicação no Diário da República do Decreto-Lei nº 306/77.
- Em 17 de Outubro de 1977 decorre no Luxemburgo a cerimónia de abertura oficial das negociações entre Portugal e a C.E.E.
- Em 17 de Outubro de 1978 têm início as negociações oficiais com a C.E.E. sobre a futura adesão portuguesa.
- Em 1 de Novembro de 1978 entram em vigor os Acordos de cooperação entre a C.E.E. e Portugal.
- Em 19 de Dezembro de 1979 é assinado o Acordo complementar que revê aquele assinado com a C.E.E. em 22 de Junho de 1972.
- Em 29 de Março de 1985 o Conselho Europeu reunido em Bruxelas aprova a adesão de Portugal à Comunidades Europeias.

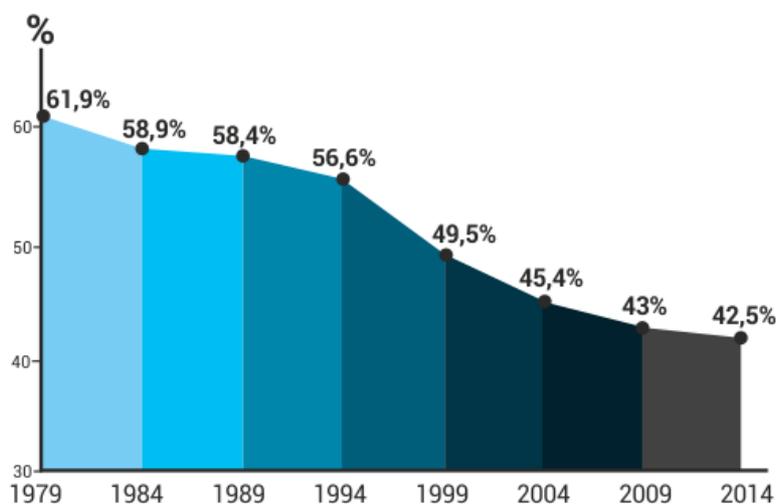
- Em 11 de Junho de 1985 são formalmente aceites pelo Conselho das Comunidades Europeias os pedidos de adesão de Portugal e Espanha. Em 12 de Junho decorre a cerimónia oficial de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à C.E.E.
- Em 1 de Janeiro de 1986 Portugal entra oficialmente nas Comunidades Europeias.

Fonte: <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/682-uniao-europeia.html>, acedido a 26/02/2015.

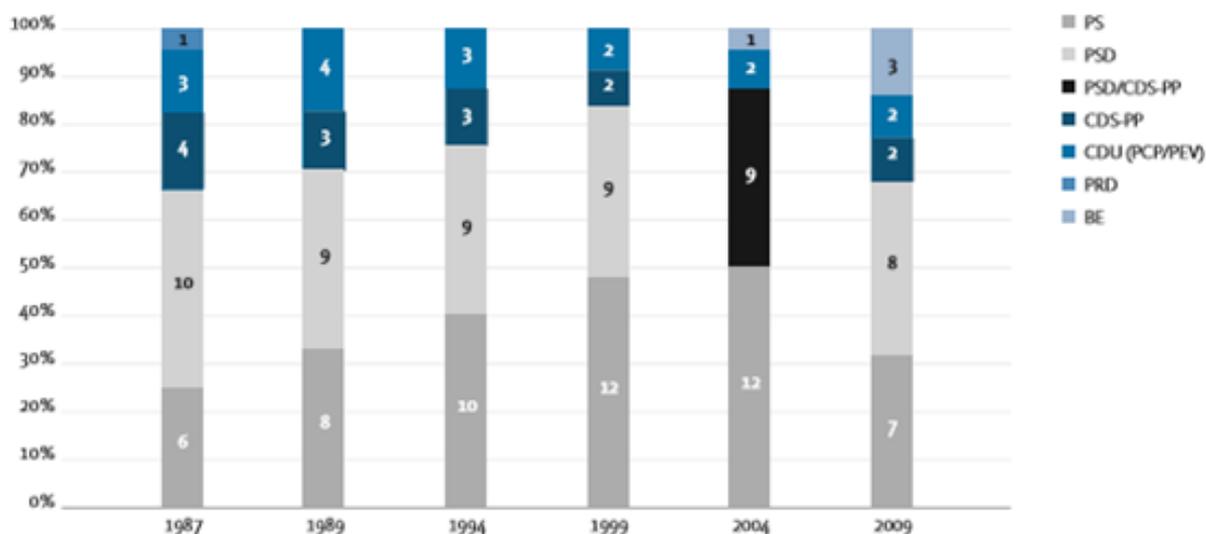
Anexo 6: Satisfação com a democracia, 1985-2013 (escala de 0 [nada satisfeito] a 3 [muito satisfeito]).



Fonte: Eurobarómetro Standart 80. Relatório Nacional – Portugal

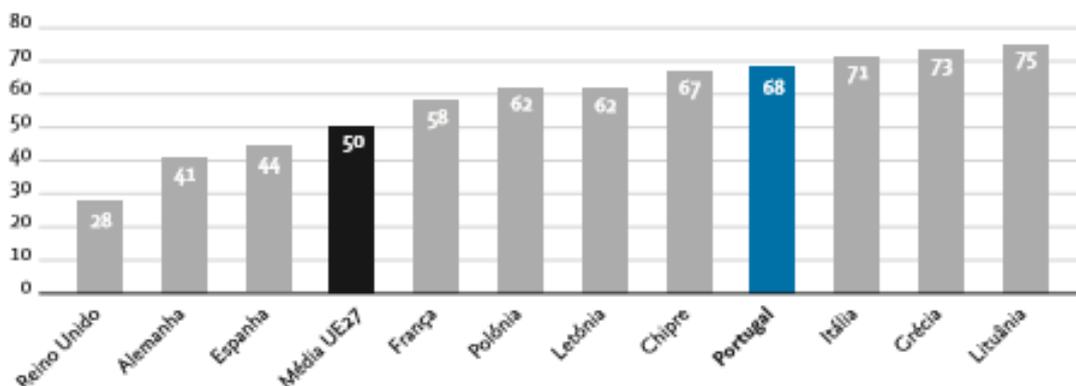
Anexo 7: Participação das eleições europeias segue em queda

Fonte: <http://observador.pt/2014/08/05/abstencao-nas-europeias-de-2014-foi-maior-de-sempre-apesar-dos-primeiros-numeros-terem-mostrado-o-contrario/>, acessado a 25/03/ 2015.

Anexo 8: Resultados das eleições europeias em 1987-2009: número de eurodeputados portugueses eleitos

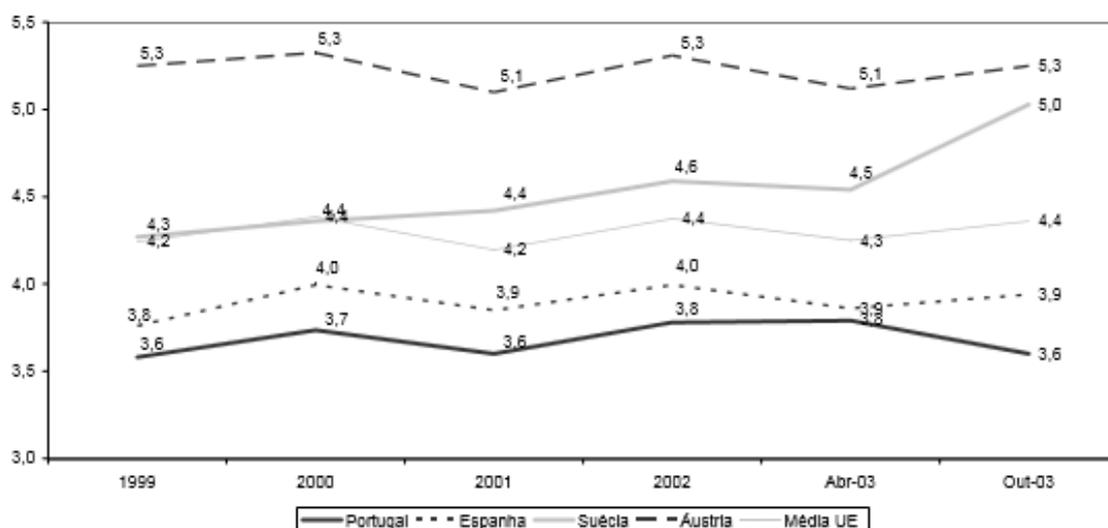
Fonte: “*Portugal nas Decisões Europeias*”, Alexander Trechsel e Richard Rose - Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Anexo 9: Taxa de rotatividade em grupos nacionais seleccionados (% de novos eurodeputados em 2009-2014).



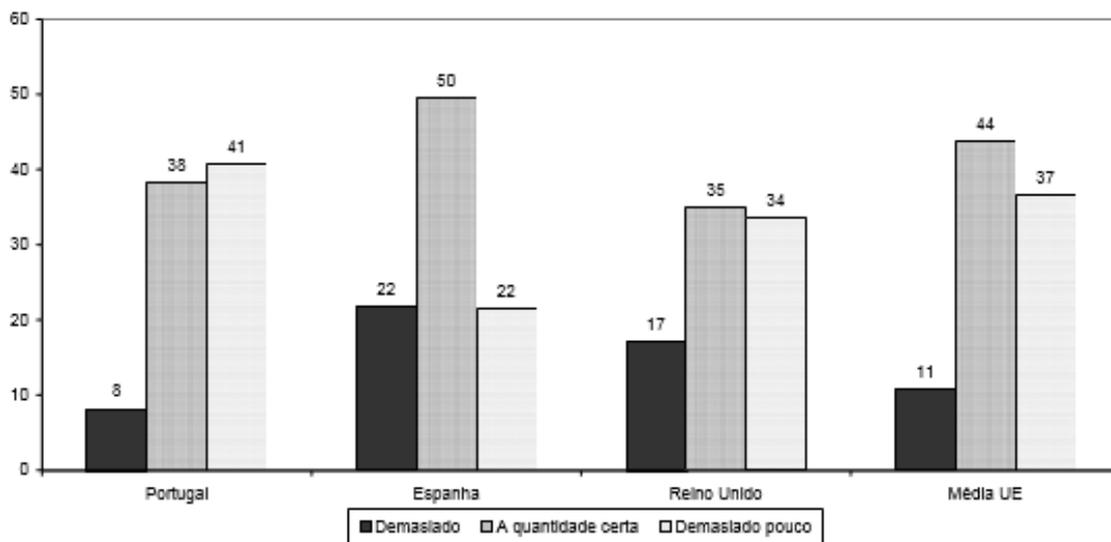
Fonte: “Portugal nas Decisões Europeias”, Alexander Trechsel e Richard Rose - Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Anexo 10: Evolução dos sentimentos dos inquiridos sobre o seu grau de informação sobre a UE, 1999-2003 (valor médio, escala de 1 a 10).



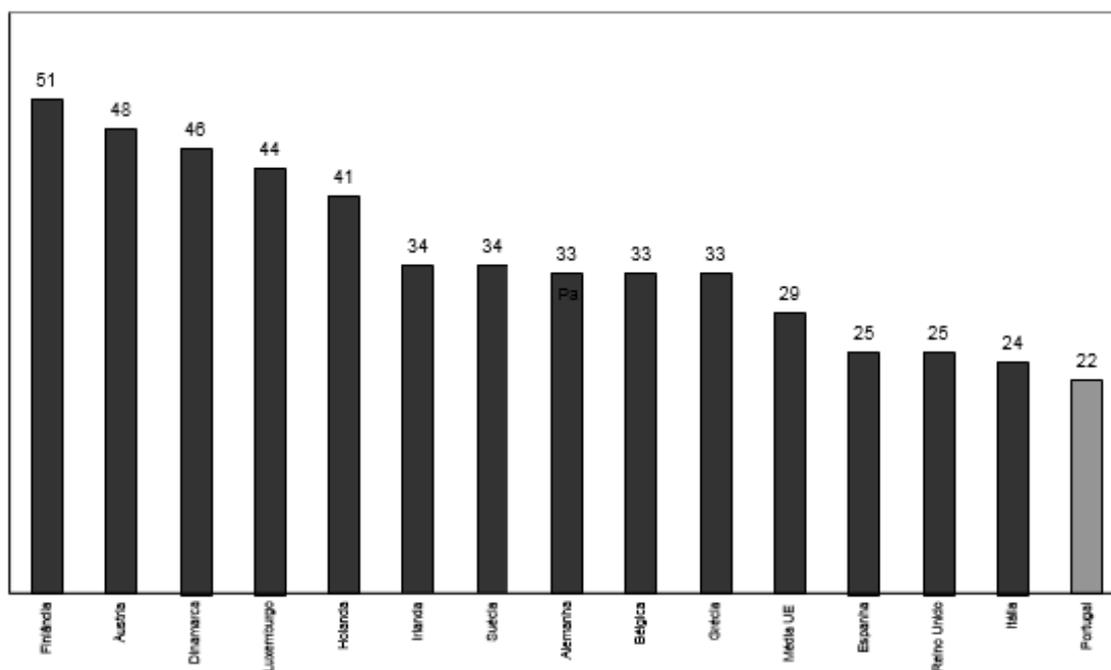
Fonte: Eurobarómetro 60.1. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 11: Os meios de comunicação falam demasiado, o suficiente ou muito pouco sobre a UE (%s).



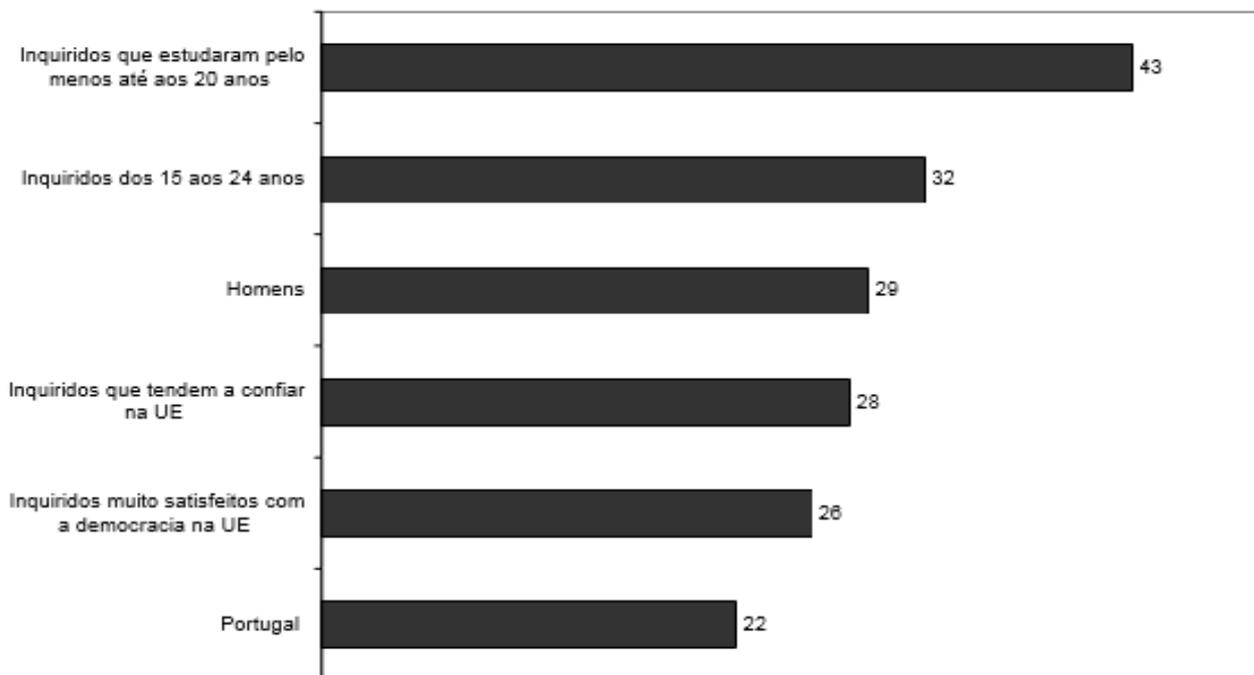
Fonte: Eurobarómetro 60.1. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 12: Percentagem de inquiridos que se sentem muito bem ou bem informados sobre o alargamento.



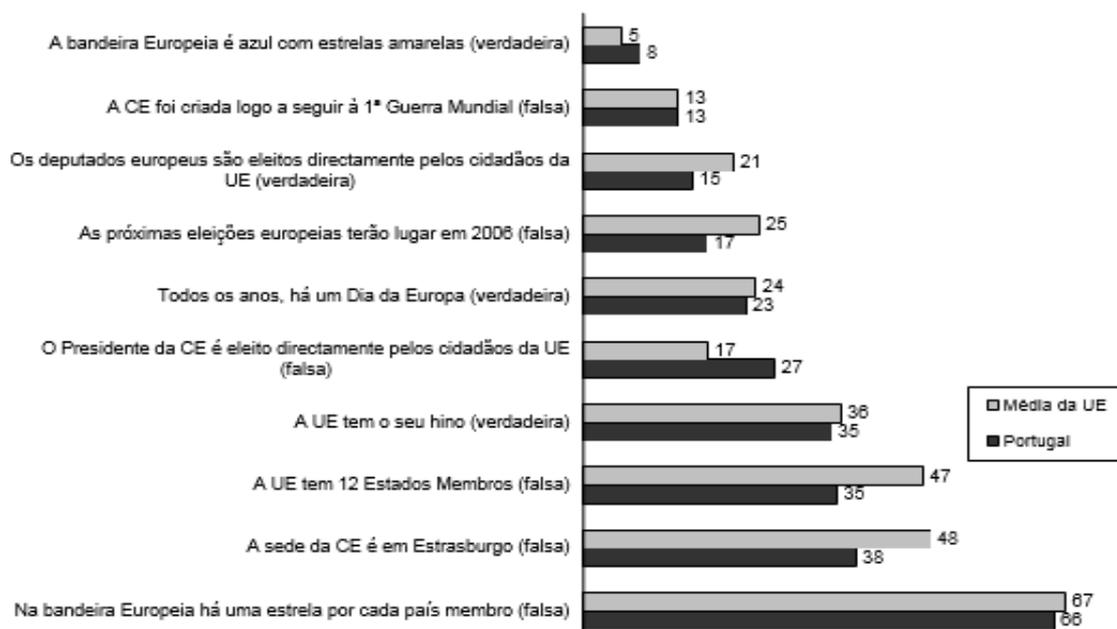
Fonte: Eurobarómetro 61. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 13: Inquiridos que se sentem muito bem ou bem informados sobre o alargamento: grupos sociais e atitudinais.



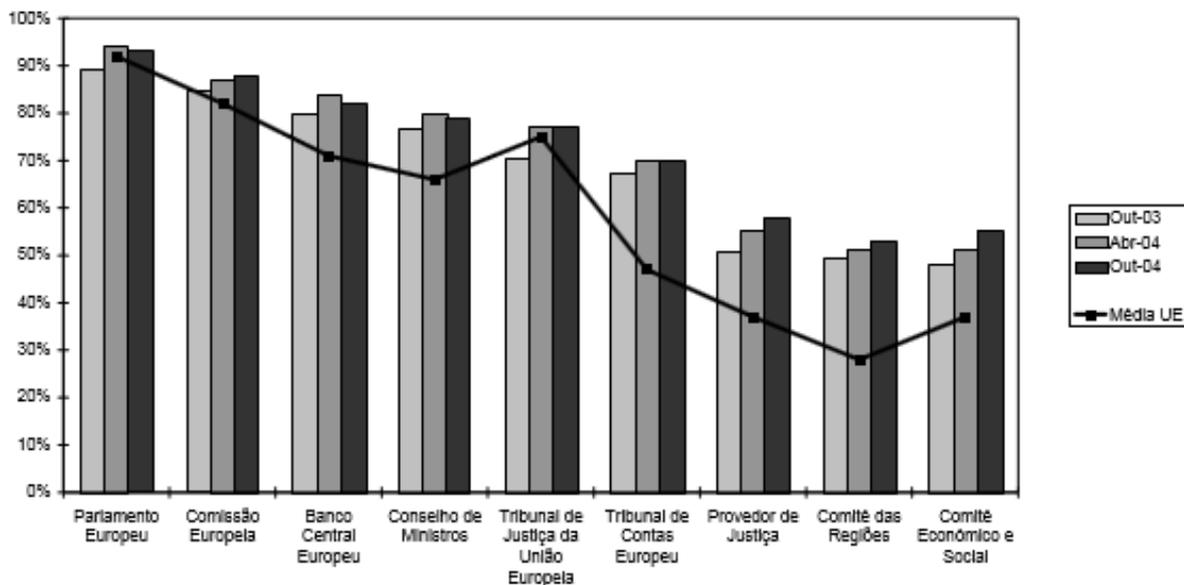
Fonte: Eurobarómetro 61. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 14: Percentagem de inquiridos que errou uma série de questões sobre a UE.



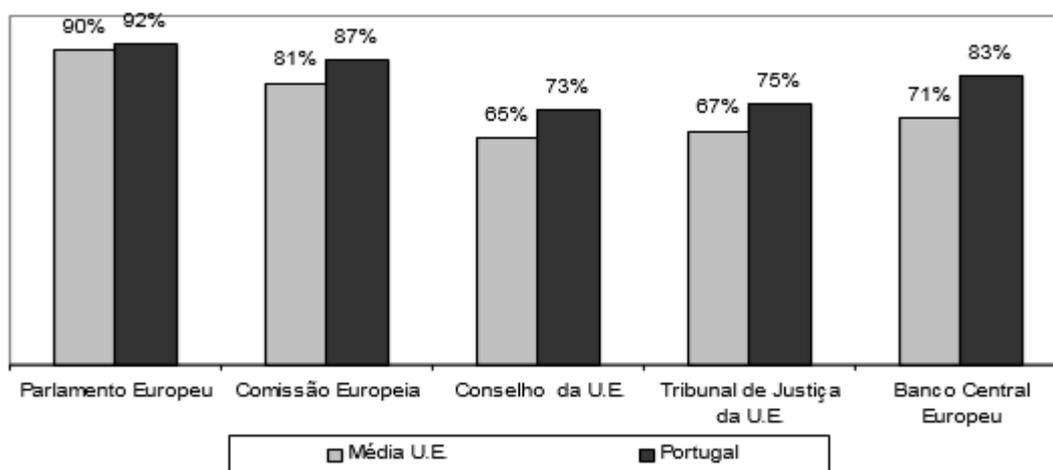
Fonte: Eurobarómetro 61. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 15: Reconhecimento de instituições da UE (% de inquiridos que “já ouviu falar”).

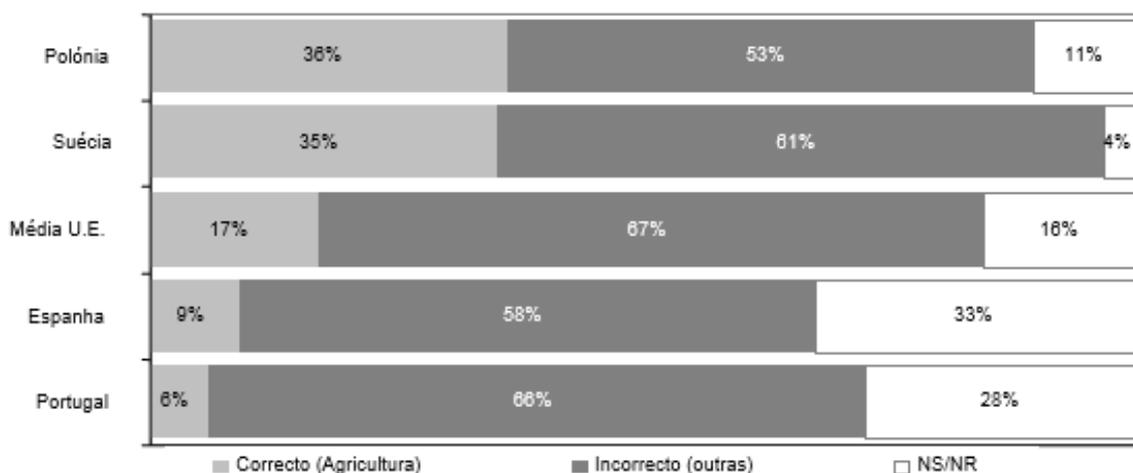


Fonte: Eurobarómetro 62. Relatório nacional –Portugal.

Anexo 16: Taxa de reconhecimento de instituições europeias (% de indivíduos que afirma que “já ouvi falar do(da)...”).

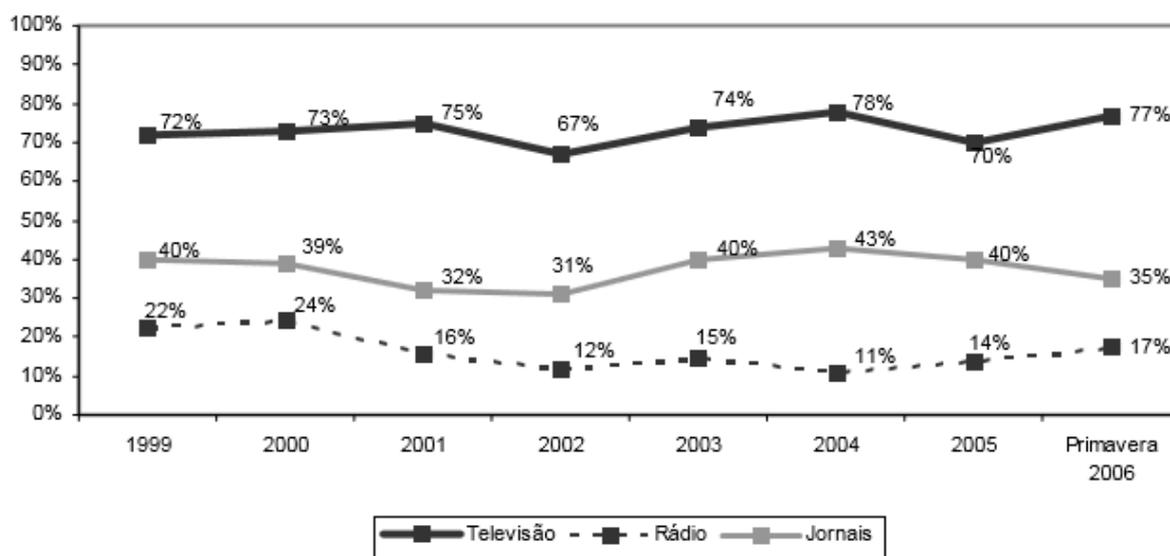


Fonte: Eurobarómetro 63.4. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 17: Onde é aplicada a principal fatia do orçamento europeu?

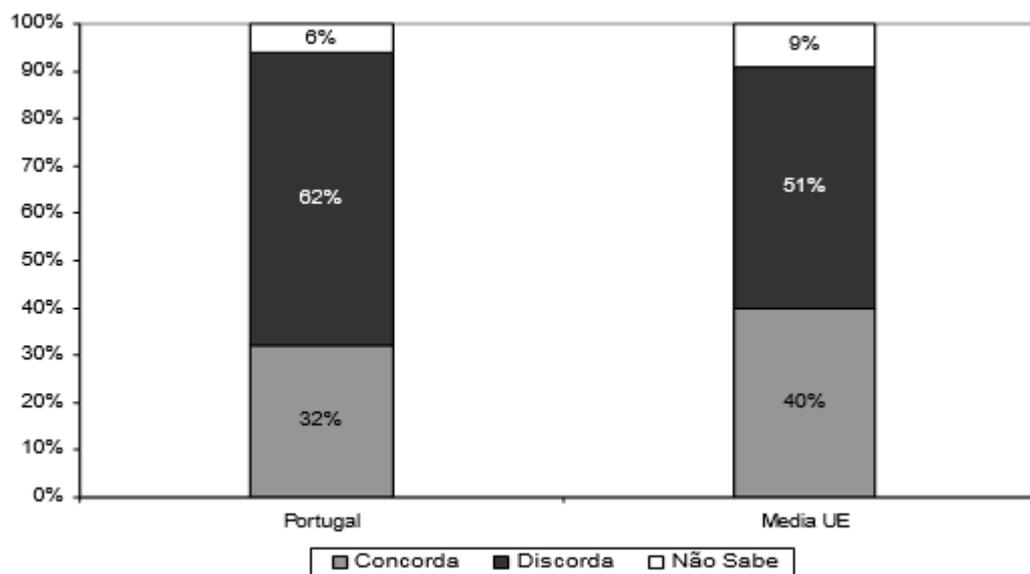
Fonte: Eurobarómetro 63.4. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 18: Evolução da utilização de meios de comunicação social como fonte de informação sobre a UE em Portugal, entre 1999 e 2006 (%s médias).



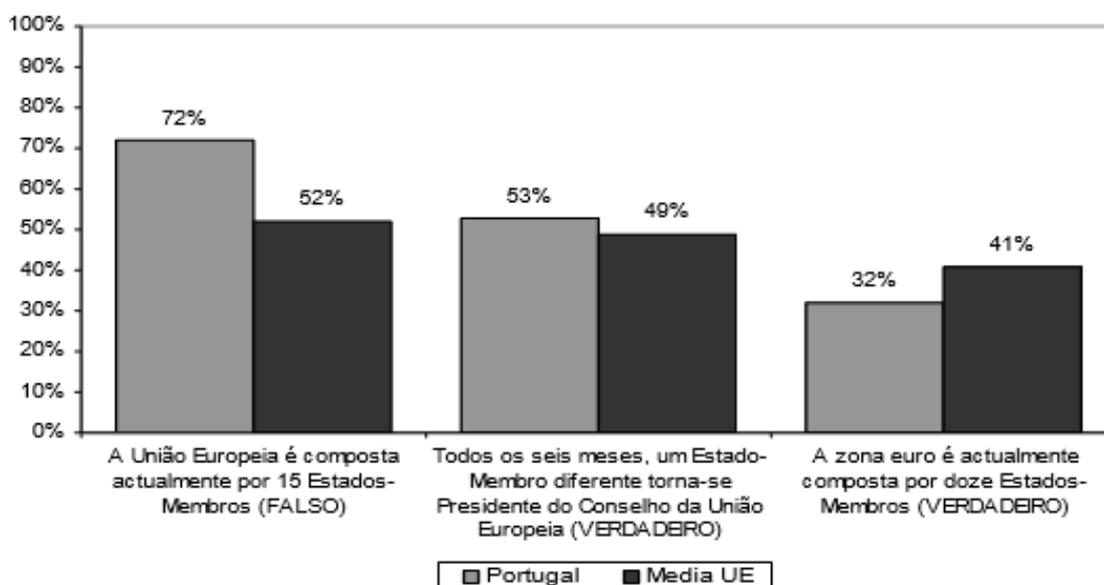
Fonte: Eurobarómetro 65. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 19: Compreensão do funcionamento da UE (respostas à frase “Eu compreendo o funcionamento da UE”).



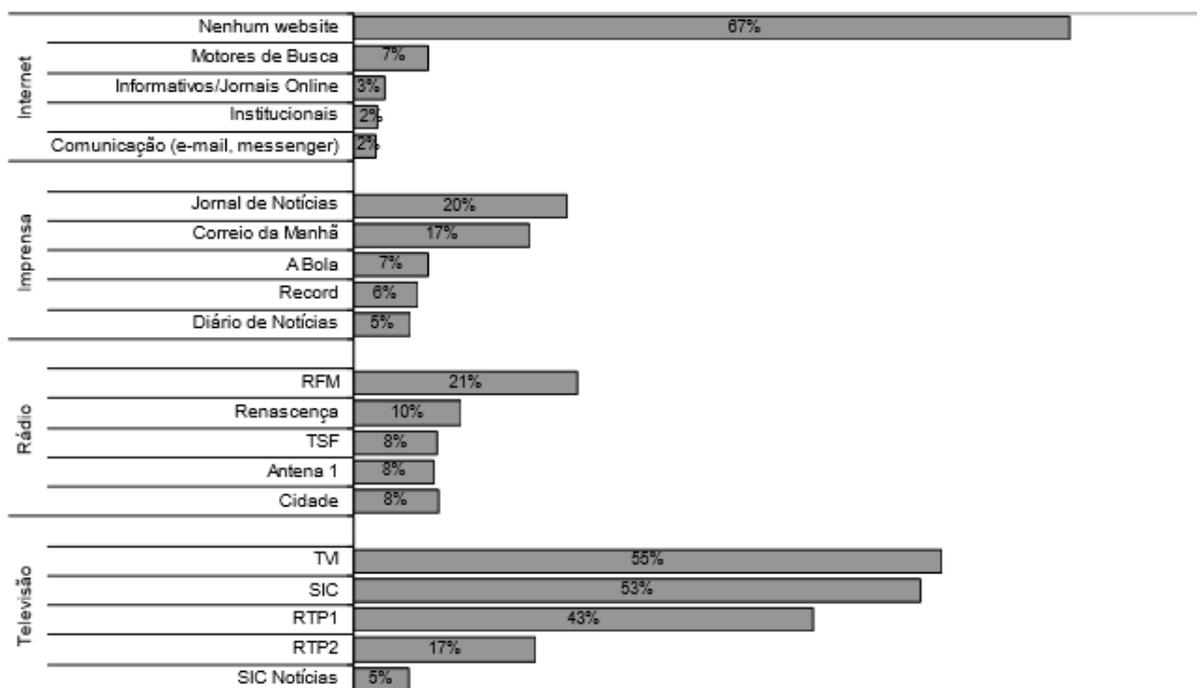
Fonte: Eurobarómetro 68. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 20: Conhecimentos específicos sobre a UE (% de inquiridos que responderam acertadamente).



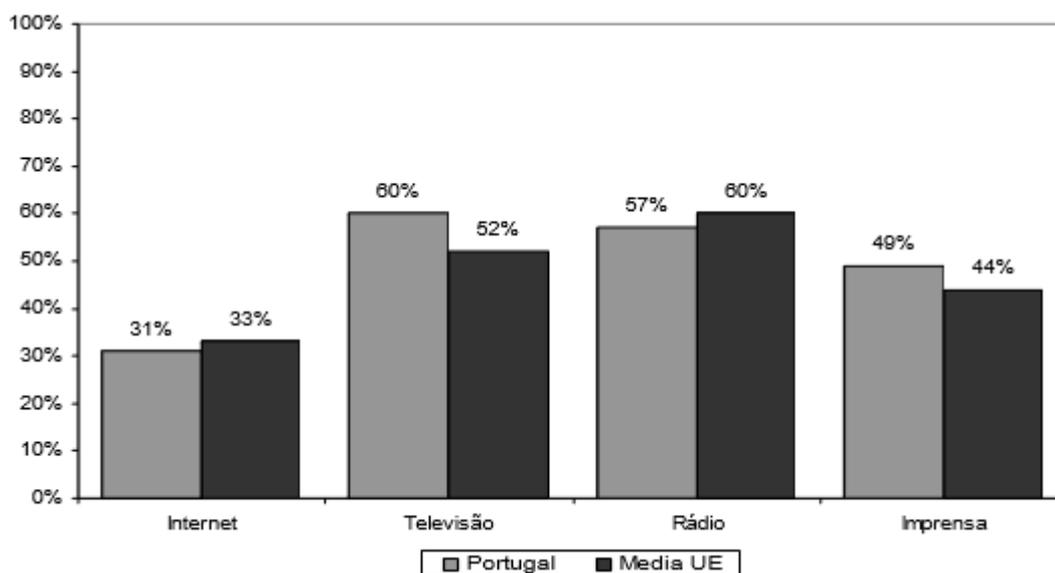
Fonte: Eurobarómetro 68. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 21: Consumo dos *média* em Portugal (canais de televisão e estações de rádio consumidos pelo menos 5 vezes por semana; jornais e websites consumidos pelo menos 3 vezes por semana; % de inquiridos que fez referência espontânea).



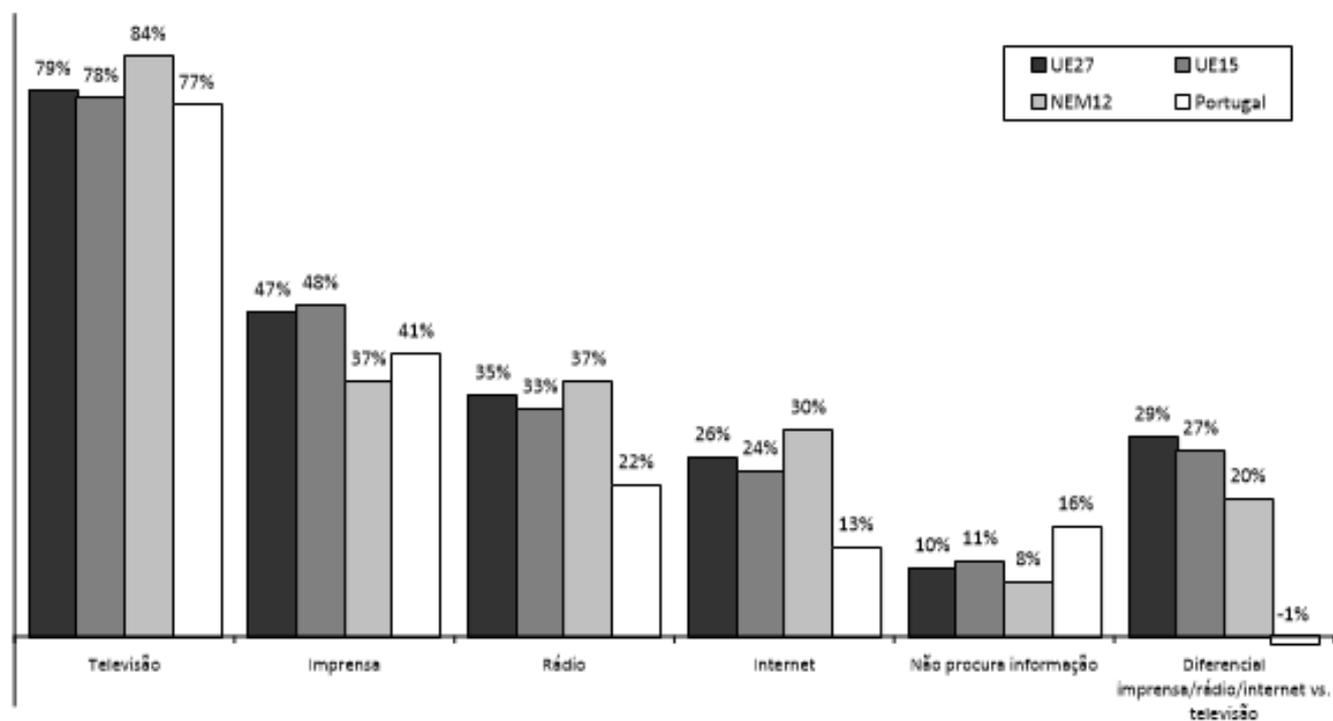
Fonte: Eurobarómetro 68. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 22: Confiança nos meios de comunicação social (% de inquiridos que “tendem confiar”).



Fonte: Eurobarómetro 68. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 23: Principais fontes de informação para notícias sobre assuntos europeus (várias respostas possíveis).



Fonte: Eurobarómetro 76. Relatório nacional – Portugal.

Anexo 24: “A importância da adesão de Portugal e Espanha à CEE”

Cooperação Europa-América Latina (III)

A importância da adesão de Portugal e Espanha à CEE



JORGE PEREIRA DE ALMEIDA *

O ano de 1986 constitui um importante marco nas relações entre a América Latina e a Europa. No dia 1 de Janeiro, Portugal e Espanha tornaram-se oficialmente membros de pleno direito das Comunidades Europeias e, com ele, e ponto assente que as relações entre os dois continentes ganharam uma faíscada de ar fresco há tanto tempo esperada. Estes dois novos países comunitários são, por razões históricas, políticas e culturais, os «irmãos europeus» das nações latino-americanas e como a entidade que mais apta se encontra para entender as diferentes realidades socioeconómicas da América Latina.

Aqui radica essencialmente o futuro papel que os governos de Portugal e da Espanha poderão desempenhar no seio das Comunidades Europeias em prol de uma adequada interpretação política das reais necessidades e potencialidades latino-americanas, com o fim de alcançar fórmulas para a superação da crise actual em benefício mútuo. Esta atitude implicará, sem dúvida, um árduo e continuado trabalho a favor da construção de uma prática ibero-latino-americana de características integradoras, como contrapartida da tradicional prática nacionalista reivindicativa cujos pobres resultados estão à vista.

Mas, embora as expectativas sejam grandes — e legítimas — quanto ao encontrar de novas fórmulas de cooperação que permitam que a solidariedade entre a Europa e a América Latina ultrapasse o mero fraseado diplomático, nem por isso deixa de haver obstáculos que, sobretudo numa primeira fase, irão pôr à prova a vontade política que terá de estar subjacente a essa solidariedade.

E deverá ser com vontade política de ambas as partes que terão de ser resolvidos alguns desajustamentos iniciais ocasionados pela adesão dos dois países ibéricos:

a) um primeiro e importante desajustamento verifica-se no terreno da diversificação comercial destes dois países como consequência da adopção da política agrícola comum da CEE. Com efeito, certos produtos dos quais Portugal e Espanha são importadores quase totais, como é o caso dos cereais e das carnes, passaram a ser fornecidos em quantidades crescentes pelos restantes países membros da Comunidade, em detrimento de outros fornecedores tradicionais latino-americanos, como é o caso da Argentina, para as carnes;

b) como sequência desta perda de mercado, os exportadores da América Latina são obrigados a camalizar os seus produtos para outras áreas do mundo, nas quais, por sua vez, se confrontam com a concorrência acrescida por parte da Comunidade, que não só procura colocar os seus excedentes no mercado mundial, como adopta políticas internas de subvenção e protecçãoismo que lhe permitem colocar esses produtos a preços imbatíveis;

c) no que respeita aos produtos manufacturados, o alargamento da Comunidade conduziu à criação de um maior comércio intercomunitário, como resultado directo da redução mútua das barreiras alfandegárias. Também neste caso, a absorção destes produtos dentro do mercado comunitário far-se-á em detrimento de terceiros países, nomeadamente latino-americanos;

d) finalmente, a adesão obriga os dois novos países a reorientarem os seus fluxos comerciais exteriores, sobretudo no que se refere aos produtos de origem tropical, em razão da sua adesão automática aos Acordos de Lomé III, do qual fazem já hoje parte 58 países da África, Caraíbas e Pacífico (países ACP);

Dentre os produtos provenientes de países latino-americanos, podem mencionar-se como mais afectados pela adesão de Portugal e Espanha à CEE os de agricultura de clima temperado, particularmente os cereais, o açúcar, algumas oleaginosas, carnes e derivados do leite. No que concerne aos produtos manufacturados, os têxteis, os produtos de couro e as confecções.

Um novo diálogo comercial

Ultrapassada, no entanto, esta fase inicial, durante a qual terá de se proceder a reajustamentos pontuais no comércio dos dois continentes — tanto entre eles como perante o resto do mundo —, a verdade é que novas condições estão criadas para que a Comunidade Económica Europeia reveja a sua posição e caminha, com a ajuda de Portugal e da Espanha, no sentido da instauração de um novo diálogo comercial e político com a América Latina.

Será preciso não esquecer, por exemplo, que a adesão obriga igualmente os dois países ibéricos a reduzirem os seus direitos de importação para os níveis impostos pela tarifa exterior comum, bem como a incorporar o sistema de preferências generalizadas, circunstâncias que actuarão certamente como factores criadores de comércio em favor de países terceiros, particularmente dos países latino-americanos mais avançados economicamente.

A recuperação da economia latinoamericana depende fundamentalmente de dois factores, em ambos os quais a Europa poderá desempenhar um papel decisivo:

1. A recuperação controlada das economias dos países industrializados, o que conduziria à expansão e à liberalização do comércio internacional, com o consequente incremento das importações latino-americanas pelos mercados europeus.

2. A reactivação do fluxo líquido de investimentos estrangeiros para a América Latina, cujo volume se reduziu de 38 mil milhões de dólares, em 1981, para cinco mil milhões, em 1983.

É por demais evidente que se torna cada vez mais necessário que as relações entre a Europa e a América Latina se baseiem em políticas e estratégias concertadas, via esta que está agora facilitada pela entrada de Portugal e da Espanha no Mercado Comum Europeu. Pensamos serem quatro as linhas principais desse novo e necessário relacionamento:

a) desenhar uma política de cooperação para o desenvolvimento capaz de responder, não só a critérios e objectivos económicos, mas também aos valores históricos comuns, o que implica uma coordenação institucional das entidades portuguesas, espanholas e latino-americanas, tanto ao nível do sector público como do sector privado;

b) repensar os acordos bilaterais actualmente em vigor à luz das novas possibilidades abertas com a adesão de Portugal e da Espanha à CEE;

c) estudar e desenvolver novas fórmulas de investimento conjunto (joint-ventures), utilizando ao máximo a consequente capacidade de informação e intermediação nos mercados financeiros internacionais;

d) instaurar uma verdadeira política de transferência tecnológica, através da análise prévia das tecnologias intermédias aplicáveis aos sectores onde existam vantagens diferenciais. A adesão de Portugal e da Espanha à CEE veio trazer a estes países acesso em massa à tecnologia europeia, que poderá ser transferida, pelo menos em parte, para a América Latina.

Mas será sem dúvida no plano político — nomeadamente, forçando a criação de uma nova vontade política comunitária — que a adesão de Portugal e da Espanha é um factor decisivo no relacionamento entre a Europa e a América Latina. Estas linhas de cooperação a longo prazo e a longo prazo correspondem aos interesses dos países situados de ambos os lados do oceano Atlântico e a segurança económica promovida pela Europa e a estabilidade do comércio de matérias-primas são, sem margem para qualquer dúvida, pontos cruciais de convergência entre os dois blocos.

Não será de mais realçar a importância que, igualmente a este título, Portugal e Espanha representam para a consolidação da própria segurança interestratégica europeia. Uma segurança que se encontra cada vez mais dependente de factores geográficos europeus e que está particularmente ameaçada precisamente na América Latina, sobretudo na América Central. Ora, se o incremento do diálogo e de cooperação entre os estados latino-americanos e os estados europeus é hoje uma condição para o acautelamento dos interesses directos europeus, o ingresso destes dois novos países na Comunidade veio melhorar de forma decisiva o diálogo entre os dois continentes, tornando as instituições europeias mais permeáveis aos interesses latino-americanos e, dessa forma, permitindo certamente que a cooperação se estabeleça de forma mais efectiva.

Presidente do Instituto Estudos Latino-Americanos

Fonte: DN, 8 de junho de 1987, p.8.

Anexo 25: Exemplo de várias rúbricas “*Candidato europeu ao telefone*”.



Fonte: DN, 14 de junho de 1987, p.4.

